



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Barbara Maria Popadiuk

JORNALISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E ELEIÇÕES 2018: análise das
coberturas jornalísticas dos portais *Catarinas*, *Gênero e Número* e *Revista Azmina*

Florianópolis

2023

Barbara Maria Popadiuk

JORNALISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO E ELEIÇÕES 2018: análise das
coberturas jornalísticas dos portais *Catarinas*, *Gênero e Número* e *Revista Azmina*

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Jornalismo da Universidade Federal de Santa
Catarina como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestra em Jornalismo.

Orientador(a): Profa. Dra. Daiane Bertasso Ribeiro

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Popadiuk, Barbara Maria

Jornalismo com perspectiva de gênero e Eleições 2018: : análise das coberturas jornalísticas dos portais Catarinas, Gênero e Número e Revista Azmina / Barbara Maria Popadiuk ; orientadora, Daiane Bertasso Ribeiro, 2023.

140 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. jornalismo com perspectiva de gênero. 3. jornalismo alternativo. 4. eleições 2018. I. Ribeiro, Daiane Bertasso. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III. Título.

Barbara Maria Popadiuk

Jornalismo com perspectiva de gênero e Eleições 2018: análise das coberturas jornalísticas dos portais *Catarinas*, *Gênero e Número* e *Revista Azmina*

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 13 de março de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Dr(a) Karina Janz Woitowicz
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.(a) Dr(a) Fernanda Nascimento da Silva
Instituto Federal do Rio Grande do Sul

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Jornalismo.

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Prof.(a) Dr(a) Daiane Bertasso Ribeiro

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de escrita é, por muitas vezes, solitário. E para que ele aconteça, precisamos fazer escolhas, nem sempre fáceis. Aqui, quero registrar meu agradecimento para todos que entenderam o tamanho dessas escolhas, e carregaram o peso delas comigo.

Sempre foi meu objetivo seguir na academia e cursar o mestrado. Não sabia, contudo, que isso se daria em um contexto de pandemia, e, muito menos, que eu passaria por um tratamento oncológico no meio de tudo.

De fato, não foi nada simples. Relembrar o processo dos últimos dois anos traz, acima de tudo, o sentimento de realização. Por estar aqui. E não seria possível, sem a minha rede tão amada.

À minha mãe, Jucimara, que tanto me ensina sobre força e perseverança. Ao meu pai, Paulinho, que embarca comigo nos meus sonhos e sempre me ampara. À minha irmã, Debora, por todo o apoio, suporte e amor.

Ao meu companheiro, Luiz Guilherme, que tanto faz por mim, que assumiu todos os riscos, sem pensar duas vezes, que regado a paciência me apoiou em todas as decisões, e me concede o prazer de dividir a vida juntos.

Às minhas amigas de infância, Isabella e Mariana, que me lembram diariamente de como a vida pode ser mais bonita, e por terem acompanhado essa etapa tão de perto, torcido e sofrido as angústias junto comigo.

Ao meu grande amigo de vida Lucas Cabral, que me acompanha há tanto e me fornece acalento quando dividimos a vida acadêmica juntos. A vida em Florianópolis ficou mais leve e colorida quando você esteve ali.

Ao meu maior amigo de mestrado, Elias dos Santos, que desde o primeiro momento foi meu companheiro de jornada. Sem você, realmente não estaria aqui. Aos meus queridos Leopoldo, Letícia, Gabriela, Rodrigo, e tantos outros amigos e colegas que fiz no PPGJOR e pude reencontrar durante todo o curso, que me acolheram em uma nova cidade e me fizeram parte.

Não poderia deixar de citar tantas outras pessoas amadas e queridas que me preenchem de amor em todo momento, e que de certa forma, são representados por esse trabalho. Ana, Michele, Dandara, Leonardo, Debora, Michele.

À minha orientadora Daiane Bertasso, que, primeiro, depositou sua confiança no meu trabalho e na minha disposição. Fez mais do que me orientar quando me permitiu fazer parte da sua trajetória como professora, acadêmica e mulher.

Ao Projeto Prosa, do Laboratório de Educação e Tecnologia da UFSC e também a CAPES/CNPq, que me forneceram a possibilidade financeira de realizar esse trabalho.

À Universidade Federal de Santa Catarina e ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, que nesse agradecimento reconheço todos os professores que passaram por essa caminhada e que me oportunizaram tantos conhecimentos, estrutura e possibilidades.

À banca, professora Karina e professora Fernanda, que avaliaram este trabalho desde a qualificação, que seguem sendo inspiração na pesquisa e pelas considerações ao longo de toda a trajetória.

Gostaria de agradecer à ciência, a todos que se dedicam para que o conhecimento avance e transforme nossas existências. É por causa dela que temos as vacinas que nos permitem voltar ao que tanto almejamos, e perdemos, nos últimos anos.

Por fim, mas nunca menos importante, gostaria de agradecer à toda equipe multidisciplinar que foi essencial para que eu desse continuidade à pesquisa. Todos os médicas(os), enfermeiras(os), técnicas(os), nutricionistas, fisioterapeutas, e outros que atuaram comigo para que eu pudesse passar por todas as etapas do tratamento, e me deram a oportunidade de estar finalizando esse curso.

Todos, sem exceção, fazem parte deste trabalho. E a conclusão é uma realização minha, mas definitivamente, de vocês também. Obrigada.

Lock up your libraries if you like; but there is no gate, no lock, no bolt that you can set upon the freedom of my mind. (Virginia Wolf)

RESUMO

Este trabalho se propõe analisar a cobertura jornalística das eleições nacionais de 2018 realizada por portais feministas de notícias. Para isso, a pesquisa reuniu materiais de três portais (*Catarinas, Gênero e Número* e *Revista Azmina*) que possuem preocupação em inserir conteúdo com perspectiva de gênero. A dissertação retoma o contexto das eleições em um período de seis meses – julho a dezembro de 2018, contextualizando a participação política de mulheres nos ambientes democráticos do Brasil e os principais aspectos históricos do movimento feminista com a luta por direitos políticos. Além disso, o trabalho discute os conceitos que envolvem gênero e como se dão essas perspectivas relacionadas ao jornalismo alternativo e feminista. O período proposto pela análise englobou os momentos de pré-campanhas, período eleitoral e os primeiros desdobramentos após os resultados das eleições nacionais de 2018. A metodologia escolhida foi a Análise de Cobertura Jornalística, que nos permitiu identificar características referentes às coberturas dos portais, e refletir sobre novas formas de se produzir jornalismo, alinhado às perspectivas de inserção do debate de gênero nos materiais. Ao todo, foram 132 textos coletados e que fazem parte deste trabalho. Para a reflexão das temáticas abordadas pelos portais, utilizamos a categorização presente na metodologia de Análise de Conteúdo. Como resultados, podemos apontar a presença de vozes femininas como fontes predominantes, a produção de reportagens como um dos principais materiais jornalísticos, a abordagem de temáticas que se aproximam dos debates dos movimentos feministas e mostram o protagonismo de mulheres candidatas, suas campanhas e propostas.

Palavras-chave: Jornalismo alternativo. Jornalismo com perspectiva de gênero. Eleições 2018. Análise de cobertura jornalística.

ABSTRACT

This study proposes to analyze the journalistic coverage of the 2018 national elections carried out by feminist news portals. For this goal, the research gathered materials from three portals (Catarinas, Gênero e Número and Revista Azmina) that are concerned with inserting content with a gender perspective. The dissertation takes up the context of the elections in a period of six months - July to December of 2018, contextualizing the political participation of women in democratic environments in Brazil and the main historical aspects of the feminist movement with the struggle for political rights. In addition, this paper discusses the concepts that involve gender and how these perspectives related to alternative and feminist journalism happen. The period proposed by the analysis encompassed the pre-campaign moments, the electoral period and the first developments after the results of the 2018 national elections. The chosen methodology was the Journalistic Coverage Analysis, which allowed us to identify characteristics related to the coverage of the portals, and reflect on new ways of producing journalism, aligned with the perspectives of inserting the gender debate in the materials. In all, 132 texts were collected and are part of this work. To reflect on the themes addressed by the portals, we used the categorization present in the Content Analysis methodology. As a result, we can point out the presence of female voices as predominant sources, the production of reports as one of the main journalistic materials, the approach to themes that reach the debates of feminist movements and show the protagonism of female candidates, their campaigns and proposals.

Keywords: Alternative journalism. Journalism with gender perspective. 2018 Elections. Journalistic Coverage Analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Screenshot da página inicial do <i>Portal Catarinas</i>	74
Figura 2 – Screenshot da página inicial da <i>Revista Azmina</i>	76
Figura 3 – Screenshot da página inicial da <i>Gênero e Número</i>	79
Figura 4 – Screenshot da matéria “NOVOS NOMES: ‘Eu tenho essa capacidade de diálogo, e minha campanha fala sobre isso’, afirma Tatiana Roque”, da <i>Gênero e Número</i>	86
Figura 5 – Screenshot da matéria “Mulheres na política: A luta histórica pela voz” da <i>Revista Azmina</i>	87
Figura 6 – Screenshot de infográfico “Como candidatas/os declararam ocupação de 2002 a 2018” da <i>Gênero e Número</i> ”.....	91
Figura 7 – Screenshot da matéria intitulada “Ideli Salvatti: Coerência política e compromisso com um projeto libertador” do <i>Portal Catarinas</i> ”.....	95
Figura 8 – Screenshots da reportagem “Na multidão de mulheres contra Bolsonaro, indecisas se dizem influenciadas pelo grande ato feminino”, da <i>Gênero e Número</i>	99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Definição das categorias temáticas preparadas para a Análise de Cobertura Jornalística.....	72
Quadro 2 – Relação de Editorias do <i>Portal Catarinas</i> e número de publicações.....	88
Quadro 3 – Relação de Editorias de <i>Gênero e Número</i> e número de publicações.....	88
Quadro 4 – Relação de Editorias da <i>Revista Azmina</i> e número de publicações.....	88
Quadro 5 – Relação de temáticas presentes em <i>Catarinas, Revista Azmina e Gênero e Número</i>	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de eleitas de acordo com a variação de tempo entre as eleições de 2010 e as eleições de 2018.....	25
Tabela 2 – Relação de recursos multimídia por portais e seus números absolutos.....	89

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Publicações ao longo do segundo semestre de 2018.....	82
Gráfico 2 – Gêneros jornalísticos na cobertura sobre eleições de <i>Portal Catarinas</i> , <i>Revista Azmina</i> e <i>Gênero e Número</i>	85
Gráfico 3 – Fontes por gênero nos portais <i>Catarinas</i> , <i>Revista Azmina</i> e <i>Gênero e Número</i>	94
Gráfico 4 – Relação de fontes por gênero e categoria no <i>Portal Catarinas</i>	95
Gráfico 5 – Relação de fontes por gênero e categoria na <i>Revista Azmina</i>	97
Gráfico 6 – Relação de fontes por gênero e categoria na <i>Gênero e Número</i>	98
Gráfico 7 – Nuvem de palavras de títulos das matérias de <i>Portal Catarinas</i> , <i>Revista Azmina</i> e <i>Gênero e Número</i>	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
AC	Análise de Conteúdo
ACJ	Análise de Cobertura Jornalística
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CIMAC	Comunicación e Información de la Mujer
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CEMIDIA	Comunicação, Educação e informação em gênero
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GN	Gênero e Número
LEGH	Laboratório de Estudos de Gênero e História
MFA	Movimento Feminino pela Anistia
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1. ELEIÇÕES DE 2018	23
1.1 A ELEIÇÃO EM NÚMEROS.....	23
1.2 O CONTEXTO POLÍTICO E A COBERTURA JORNALÍSTICA NAS ELEIÇÕES	28
2. FEMINISMO(S) E POLÍTICA	35
2.1 DE QUE GÊNERO FALAMOS?.....	35
2.2 FEMINISMO(S) BRASILEIRO	39
2.3 GÊNERO E POLÍTICA – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES.....	45
3. JORNALISMO ALTERNATIVO, FEMINISTA E COM PERSPECTIVA DE GÊNERO	49
3.1 O QUE É O JORNALISMO ALTERNATIVO?	50
3.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO JORNALISMO FEMINISTA E COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA	54
3.3 CARACTERÍSTICAS E MODOS DO JORNALISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	60
4. CAMINHOS METODOLÓGICOS E OS PORTAIS DO ESTUDO: CATARINAS, AZMINA E GÊNERO E NÚMERO	65
4.1 PERCURSO METODOLÓGICO	65
4.2 ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA.....	66
4.3 APRESENTAÇÃO DOS PORTAIS	73
4.3.1 Portal Catarinas	74
4.3.2 Revista Azmina – Jornalismo e tecnologia pela igualdade de gênero.....	76
4.3.3 Gênero e Número – gênero e raça traduzidos em dados	79
5. A ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA ELEITORAL FEITA POR PORTAIS FEMINISTAS	82
5.1 A ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA – MARCAS DE COMPOSIÇÃO E PRODUÇÃO	83
5.2 ORIGENS DA INFORMAÇÃO – QUEM FALA E QUEM É OUVIDO?.....	95
5.2.1 Os dados	104
5.3 TEMÁTICAS E ASPECTOS DO CONTEXTO DE PRODUÇÃO	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A – TABELAS DE ANÁLISE	128

INTRODUÇÃO

A política, por ser um dos espaços em que mulheres brasileiras são representadas apenas por 17,7% das cadeiras disponíveis no Congresso Nacional (resultado da eleição de 2022), precisa de uma participação mais representativa. Esses números se repetem em eleições anteriores, como a eleição nacional de 2018 (com as mulheres totalizando 15%)¹. Neles, conseguimos perceber como as mulheres são vistas dentro do espaço político: o de não pertencimento.

É a partir dessa inquietação que se origina essa pesquisa.

Este estudo se propõe a refletir sobre como é produzido o jornalismo com perspectiva de gênero por portais alternativos constituídos por mulheres, em um contexto de cobertura jornalística de eleições. Neste caso, o foco de estudo são as eleições nacionais de 2018.

Na pesquisa buscamos observar especificamente como estes portais feministas podem trazer novas perspectivas de cobertura sobre política, aliadas às suas intenções de fazer um jornalismo com enfoque de gênero.

Escolhemos nos debruçar em um jornalismo alternativo, por pensar que as estruturas jornalísticas hegemônicas estão em consonância com as estruturas sociais que são marcadas pelas desigualdades de gênero, raça e classe, dentre outras. Partimos dos estudos de Marcia Veiga da Silva (2014) que observou a redação de um telejornal e identificou como o jornalismo se constrói a partir do gênero masculino. As conclusões da autora nos permitem sinalizar as possíveis diferenças de cobertura que podem surgir de experiências alternativas ao jornalismo hegemônico².

Franco e Cervera (2006) vão contribuir para a percepção quando analisam os veículos de comunicação e as formas que as mulheres acabam sendo representadas:

Os meios de comunicação constituem hoje em dia um dos mais importantes agentes de socialização de gênero. Através deles se transmitem de modo muito sutil e inconsciente, uma visão parcial e estereotipada das mulheres e dos homens. De forma que o papel atribuído às mulheres, onde além do mais aparecem em menor porcentagem que os homens, é o de vítimas, artistas, objetos sexuais e ultimamente se está transmitindo muito a imagem da mulher “*superwoman*”, bonita, inteligente, com estudos superiores, mães de família e trabalhadora assalariada, amante e feliz com sua

¹ Dados presentes na matéria: <https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2-representantes-trans/>. Acesso em 04/06/2023.

² Peixoto (2019) contribui na definição do que seria um jornalismo hegemônico: “O jornalismo hegemônico produz um conhecimento, embora invisibilize a ideologia que o orienta, promovendo, por meio dos discursos da neutralidade, imparcialidade e objetividade, uma falsa consciência do real” (PEIXOTO, 2019, p.116). Entendemos aqui que este espaço é construído a partir da hegemonia em outros campos de conhecimento, relação que a autora discute em sua dissertação.

vida. É raro que apareçam mensagens nas quais se questione a dupla jornada de trabalho desempenhada por essas mulheres ou nas que as protagonistas sejam mulheres que detenham o poder ou sejam consultadas como especialistas. Por outro lado, os homens costumam ser representados em profissões de mais status social: políticos, esportistas, empresários e muitas poucas vezes aparecem em anúncios relacionados com a manutenção da casa (FRANCO; CERVERA, 2006, p.11).

Pensando nas formas que o jornalismo vai contribuir para a criação e reprodução de estereótipos (WOITOWICZ; PEDRO, 2010), buscamos refletir nas alternativas. O estudo do jornalismo com perspectiva de gênero define formas de se realizar a prática profissional, de acordo com os principais preceitos éticos da profissão. Discutir a representação e redefinição de estereótipos nas coberturas alternativas com esse enfoque demonstram em quais pontos toda a cobertura jornalística (em especial das mídias jornalísticas hegemônicas) precisa avançar. As discussões de gênero precisam ocupar os espaços da sociedade, desde a academia, política e comunicação, com estudos que evidenciem a desigualdade e proponham reflexões sobre a atuação das mulheres em diferentes áreas.

A partir destas considerações, pretendemos entender como as práticas de enfoque de gênero são utilizadas para abordar temáticas que englobam as discussões políticas no país. Assim, o trabalho se debruça no período da eleição nacional de 2018, que teve as questões de gênero como pauta efervescente e que guiou diversos debates e a participação feminina nas eleições.

O recorte total deste trabalho compreende o segundo semestre de 2018, de julho a dezembro, para que seja possível observar as coberturas das eleições desde a preparação, as campanhas até o resultado, assim como os primeiros desdobramentos. Os veículos definidos para a análise (*Gênero e Número*, *Portal Catarinas* e *Revista AzMina*) foram escolhidos a partir de suas características de jornalismo alternativo e com interesse de conteúdos que discutam gênero, a partir de suas próprias identificações aos leitores e leitoras.

A prática jornalística que busca trazer o debate de gênero traz diversas coberturas interessantes. São inúmeras as bases de dados que o veículo *Gênero e Número* organizou e disponibilizou a partir do jornalismo de dados. Um dos materiais é o Mapa de Violência de Gênero³ que registra todos os casos documentados nas duas maiores bases sobre violência do Brasil, entre 2014 e 2017. O objetivo do portal, além de contribuir para a visualização e a discussão da violência de gênero no país, ainda aproxima quem consome o material deste debate. “A possibilidade de aproximar a população de números e informações que ajudem a

³ Pode ser acessado pelo link: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em: jan/23

aprofundar a percepção sobre esse cenário moveu a criação do Mapa da Violência de Gênero” (GÊNERO E NÚMERO, 2021).

A *Revista Azmina*, além de produzir conteúdo, foca em um trabalho de conscientização e formação, pelo *Instituto Azmina*. Um destaque de sua trajetória foi o lançamento, em 2019, do aplicativo PenhaS, que tem como objetivo auxiliar mulheres que passam pela violência doméstica e de gênero. O aplicativo oferece funcionalidades para se identificar com as violências e formas de combatê-las e denunciá-las. O *Portal Catarinas*, o terceiro portal escolhido para este estudo, possui uma relação próxima com os movimentos e projetos sociais e se engaja nesses movimentos para além da prática jornalística, participando ativamente do debate público em espaços como a Câmara Legislativa de Santa Catarina.

Em primeiro momento, pode-se pensar que a cobertura com perspectiva de gênero se refere apenas a temáticas específicas de mulheres e pautas do movimento feminista. O que as práticas vão sugerir, no entanto, é que o jornalismo estaria cumprindo o papel de mediador de forma mais horizontal quando inclui os debates de gênero, interseccionais e sociais em sua produção, encarando essa uma representação mais diversa da nossa realidade. Os manuais (PNUD, 2011; CIMAC, 2009) que nos munem de informações sobre as mudanças na rotina jornalística para fazer uma cobertura com enfoque em gênero e que farão parte deste trabalho, guiam a nossa compreensão pela prática e pelo que é produzido nos veículos feministas estudados, que extrapolam as temáticas específicas de gênero, de mulheres e pautas do movimento feminista.

É por este motivo que portais alternativos de jornalismo contribuem para o aumento de pautas e abordagens que não estão na mídia tradicional, e, neste caso, portais feministas que incluam outras questões sobre gênero em suas produções. Quando pensamos na cobertura jornalística sobre política e na participação com maior expressividade de mulheres nos debates políticos das últimas eleições nacionais, questionamos: **Como os portais jornalísticos com perspectiva de gênero cobriram as eleições presidenciais de 2018? Quais as características dessas coberturas?**

A intenção é que possamos refletir, a partir dessa cobertura de eleições, como é possível identificar questões de gênero nos conteúdos jornalísticos e tornar o jornalismo mais equalitário, como o manual da ONU compreende essa prática: “Fazer uma cobertura levando em consideração a perspectiva de gênero não é mais que responder os princípios básicos para a realização de um jornalismo de qualidade e com responsabilidade social”⁴ (2011, p. 29).

⁴ Original: “Hacer una cobertura teniendo en cuenta la perspectiva de género no es más que responder a los principios básicos para la realización de un periodismo de calidad y con responsabilidad social” (2011, p. 29).

Os objetivos da pesquisa auxiliam a compreender quais etapas e formas que o trabalho concentrará os esforços durante o percurso, de forma a responder as questões levantadas pelo problema de pesquisa, pelas hipóteses, o propósito do trabalho. Dessa forma, o que consideramos como objetivo geral é analisar a cobertura jornalística de três portais com enfoque de gênero (*Gênero e Número, Portal Catarinas e Revista Azmina*) nas eleições de 2018.

Os objetivos específicos da dissertação são: 1. Aplicar a Análise de Cobertura Jornalista nos conteúdos coletados dos portais *Gênero e Número, Portal Catarinas e Revista Azmina* nas eleições nacionais de 2018; 2. Reconhecer quais as características dos portais em relação às suas coberturas jornalísticas eleitorais e identificar as alternativas sugeridas por esse tipo de cobertura para o jornalismo político.

Entendemos aqui, como pressuposto, que a cobertura jornalística dos portais alternativos e feministas se aproximam dos entendimentos contemporâneos a respeito do jornalismo com perspectiva de gênero. Tal modo de fazer jornalismo se entende como “uma maneira inovadora de olhar, interpretar a realidade com outros olhos e de fazer possível para que apareçam visões diferentes do mundo” (CIMAC, 2009, p.75).

Assim, nossa hipótese é que esses diferentes modos de reportar, temas diferenciados e coberturas variadas, quando olharmos para os três portais (entendendo que não há uma única maneira de se produzir esse jornalismo alternativo com perspectiva de gênero), apresentam alternativas de cobertura jornalística eleitoral que quase nunca ou muito pouco aparecem em coberturas do jornalismo hegemônico sobre eleições nacionais.

A metodologia para atender aos objetivos utiliza a análise de cobertura jornalística (ACJ), proposta por Silva e Maia (2011), com proximidade na análise de conteúdo (AC) de Bardin (2009). A intenção com a AC é de categorizar os temas e as problemáticas que os portais definem neste período eleitoral, contribuindo para identificar as características que especificam essa cobertura sobre política e eleições em portais feministas. Dessa forma, o trabalho se propõe a debater a produção de conteúdo político referente às eleições de 2018 realizada pelos veículos alternativos feministas com perspectiva de gênero, a partir de uma discussão teórica sobre as formas que esse tipo de jornalismo é entendido e se forma no Brasil – a partir de contribuições latino-americanas (PNUD, 2011; CIMAC, 2009). Assim, buscamos compreender quais implicações, mudanças e especificidades da cobertura feita por este tipo de jornalismo em um contexto eleitoral que demarca as questões de gênero como essenciais no debate eleitoral de 2018 e como isso pode ser desenvolvido para a prática do jornalismo político.

Os resultados das eleições nacionais de 2018, que fazem parte do recorte temporal desse trabalho, demonstram um desinteresse na construção dos direitos das mulheres, a partir de políticas e movimentos conservadores e de deslegitimação dos temas que são do interesse deste grupo.

A escolha por veículos que se propõem a divulgar e salientar a importância dos debates sobre gênero e que se posicionam como ferramentas de informação para mulheres brasileiras se sustenta no entendimento de que são nesses espaços em que estas discussões estão mais presentes.

Por ser um trabalho que discute tanto o papel do jornalismo para a sociedade quanto questões de gênero, raça, classe, que se interligam com esses veículos, a linha de pesquisa Cultura e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC contribui para a discussão das problemáticas as vendo também como processos culturais presentes em nossa sociedade.

No percurso deste trabalho nos desdobraremos em algumas questões que entendemos importantes para a construção e desenvolvimento da análise proposta. Assim, partindo desta introdução, o primeiro capítulo, vamos atentar para a contextualização sobre as eleições nacionais de 2018. Compreendemos como essencial contextualizar o período em que as eleições foram constituídas, as implicações histórico-sociopolíticas que compõem este cenário, as candidaturas e demais dados.

Ainda, este capítulo inicial percorre uma busca por trabalhos que realizam análises na perspectiva jornalística sobre coberturas políticas eleitorais, notícias e reportagens que reportam o período das eleições de 2018 e os dados oficiais, disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Autores como Tatiana Dourado (2020), Mauro Porto *et al* (2020), Camyla Terra (2019), Elias dos Santos (2021) e Keltryn Wendland (2020), vão nos conduzir pelas análises e representações que foram construídas das eleições de 2018 no Brasil.

O segundo capítulo desta dissertação busca definir a pertinência das relações de gênero para esta pesquisa, a partir de teóricas do feminismo como: Joan Scott (1990), Adriana Piscitelli (2009), Kimberlé Crenshaw (2004), Gayle Rubin (2003), Lélia Gonzalez (1984), entre outras. Na continuidade deste capítulo, nos aprofundamos na construção do movimento feminista brasileiro e suas relações com a política. Recorremos aqui para Céli Pinto (2003), Amelinha Teles (2010; 2013), Joana Maria Pedro (2005; 2010; 2012), Rayza Sarmiento (2017), Zelia Dutra (2018), Ana Alice Alcantara Costa (2005), entre outras.

Adiante no capítulo, iremos desdobrar as relações já delimitadas de gênero com a política, com o intuito de refletir sobre os conhecimentos estabelecidos ao decorrer da leitura,

com as políticas em relação a desigualdade de gênero na política. Há muitos trabalhos que se aproximam desses debates a partir da representação das mulheres candidatas nos meios de comunicação. Essas reflexões também estão muito presentes em estudos sociológicos e antropológicos, que estão presentes nas discussões dessa dissertação, pois fazem parte da construção das problemáticas que trataremos durante este trabalho. Autores que compreendem essas nuances são Flávia Biroli (2018), Heloneida Studart (1982), Rayza Sarmiento (2017; 2020), bell hooks (2019), Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014).

O terceiro capítulo deste trabalho destaca a construção do jornalismo, as problemáticas quanto à sua prática para poder desenvolver o caminho que se abre quando pensamos em jornalismo alternativo, e em específico, feminista. Para pensar nas questões do jornalismo de um modo geral, nos debruçamos principalmente a partir de Marcia Veiga (2014), Cremilda Medina (1982), Eduardo Meditsch (1992).

Sobre o jornalismo alternativo, que vai ser o enfoque de análise neste trabalho, conceituamos por diversos autores, tendo como função nesta pesquisa entender as formas de atuação, características e outras questões relacionadas a diferenciação desse tipo de jornalismo em relação aos veículos hegemônicos de massa. Para isso, contamos com a base de Bernardo Kucinski (2003), Regina Festa (1986), Guilherme Carvalho (2014), Benevenuto (2002), entre outros. Já a relação histórica do feminismo com a profissão é embasada por autoras como Dulcília Buitoni (1981), Céli Pinto (2003), Amelinha Teles e Rosalina Leite (2013), Elizabeth Cardoso (2004), etc.

Em continuidade das discussões do terceiro capítulo, delimitamos o que entendemos pela perspectiva de gênero no jornalismo. Este enfoque é muito debatido em estudos latino-americanos, que aqui são representados por manuais (CIMAC, 2009; PNUD, 2011), e autoras como Jessica Gustafson Costa (2018); Oliveira (2020); Karina Woitowicz e Joana Maria Pedro (2010); Barbara Popadiuk, Karina Woitowicz e Elaine Schmitt (2020), Gabriela Schander (2021), dentre outras.

Com esses três capítulos, conseguimos retratar as discussões necessárias para que a análise seja construída e realizada. É a partir dos conceitos sobre gênero, os entendimentos históricos do movimento feminista, da participação política das mulheres e das nuances presentes no jornalismo e em seus modos de fazer, que podemos olhar para a cobertura jornalística dos portais com perspectiva de gênero, objetos deste trabalho.

No capítulo quatro, trazemos os procedimentos metodológicos escolhidos para auxiliar na efetivação dos objetivos desta dissertação. A Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) de Gislene Silva e Flávia Maia (2011), já mencionada aqui, conduziu a análise da cobertura

eleitoral, em conjunto com elementos da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2009) e outras composições que elaboramos de acordo com os objetos empíricos deste trabalho. Para basear as categorias de análise, utilizamos Aldo Schmitz (2011), João Canavilhas (2014), Jorge Pedro Sousa (2001), Raquel Longhi (2015). Em complemento deste capítulo metodológico, inserimos as apresentações dos três portais que serão estudados, com suas características e incluindo análises já realizadas por outras autoras, como Jessica Gustafson Costa (2018), Francielle Esmitiz da Silva (2019), Gabriela Schander e Daiane Bertasso (2019), e Rodrigo Rodembusch e Gabriela Fritsch (2017).

O quinto capítulo deste trabalho reúne as análises dos três portais, divididas a partir de elementos sugeridos pela ACJ. Por fim, no último capítulo, iremos desdobrar as considerações finais deste trabalho, refletir a respeito dos resultados e objetivos alcançados, assim como suscitar provocações para pesquisas posteriores.

1. ELEIÇÕES DE 2018

A possibilidade de investigar as produções jornalísticas com perspectiva de gênero durante uma cobertura eleitoral preenche nossos objetivos com este trabalho. Mas, para isso, é de extrema importância considerarmos os contextos em que pensamos gênero, política, jornalismo e democracia no Brasil.

Os capítulos dessa dissertação vão retratar essas realidades e o primeiro pontapé remonta à contextualização das eleições de 2018. Aqui, trazemos uma síntese de como as eleições se construíram no país, suas consequências e como pesquisadores entendem esse momento político no jornalismo.

1.1 A ELEIÇÃO EM NÚMEROS

Nas eleições de 2018, 147 milhões de eleitores estavam aptos para participar com seus votos nas urnas no primeiro turno, em 07 de outubro. 53% desse total, mais de 77 milhões, eram eleitoras mulheres. Isso indica a maioria, portanto, as detentoras de um poder de escolha⁵ com maior peso, eram as mulheres. Aqui já podemos destacar a importância de se discutir as pautas relacionadas a políticas para mulheres, do movimento feminista e outros.

O retrato, entretanto, quando olhamos para os números de candidaturas para a presidência, ao senado, aos governos de estado, à câmara e às assembleias, não é equivalente numericamente. Apesar de um aumento e crescimento de candidaturas femininas ao longo das últimas eleições, inclusive, com duas vitórias de Dilma Rousseff (em 2010 e 2014) para o cargo mais alto do executivo do país, esse crescimento segue a passos lentos.

No próximo capítulo dessa dissertação, poderemos nos debruçar nos momentos de conquista das mulheres em relação a direitos políticos e as ações do governo para incentivar a sua presença nas candidaturas e nos cargos legislativos e executivos por todo o país. Aqui, nosso objetivo é pensar em que espaço a Eleição de 2018, estudada por este trabalho, se enquadra, quando pensamos na participação feminina.

O mínimo requisitado pelo TSE de candidaturas femininas é de 30% em todos os partidos. Em 2018, o número total de candidaturas femininas chegou a 32%. Ainda no início

⁵ O paralelo pensando raça e classe como partes da maioria nesse poder de escolha também podem ser aqui contemplados.

das campanhas, um levantamento do G1⁶ identificou que 37 chapas não cumpriam a regra da proporção da participação de mulheres em candidaturas. Em um relatório da FGV Direito SP⁷, realizado em 2019, esse número sobe para 44 listas que não obtiveram o número mínimo exigido.

Mesmo assim, 2018 é um ano em que se pode observar um aumento na iniciativa de mulheres em se candidatarem aos cargos. No Senado, por exemplo, a eleição nacional de 2018 registrou o maior número até então visto nas candidaturas de mulheres ao cargo, com 62 candidatas, e destaque para a primeira candidata trans.⁸

Ainda em relação às candidaturas, as eleições de 2018 reuniram 9.204 mulheres concorrendo a algum cargo legislativo ou executivo de um total de 29.085 candidatos/as. Considerando somente as candidaturas aptas para a disputa, o número de mulheres diminuiu ainda mais.

Os partidos que tiveram maior recorrência de candidaturas de mulheres nessas eleições foram o PSL (5,06%), PSOL (4,97%) e PT (4,81%). Conseqüentemente, esses três foram os partidos que tiveram o maior número total em candidaturas também. Os partidos em segundo e terceiro lugar nesse ranking se aproximam dos partidos que entendemos como esquerda, a proximidade de mulheres a esses partidos é histórica e veem neles seu espaço de entrada na política, portanto, se espera que a maioria das candidaturas venham desses lugares. O PSL, partido até então do candidato a presidência, Jair Bolsonaro, que possui características conservadoras, religiosas, assume a posição de partido, de forma até surpreendente, com o maior número de candidaturas de mulheres. Poderemos entender mais à frente o porquê dessas escolhas do partido, principalmente pensando nas estratégias de se popularizar e se aproximar da parcela da população que o candidato à presidência não teria uma boa relação: as mulheres.

O número de 32% está longe de ser 50% ou algo mais próximo de uma equidade entre gêneros (pensando aqui que outros gêneros possam ser considerados em eleições das próximas décadas). Não se pode deixar de mencionar que o número de candidaturas laranjas, ou seja, que são inscritas para cumprir com os mínimos de cada partido, tem uma expressividade quantitativa observada em candidaturas de mulheres. Muitas delas, nem sabem

⁶Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/24/mesmo-com-lei-proporcao-de-mulheres-nao-aumenta-nas-eleicoes-e-justica-precisa-notificar-coligacoes-para-que-cumpram-cota.ghtml> Acesso em: 20/11/2022

⁷ Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27646/RELATÓRIO%20FINAL%202018-2019.pdf?sequence=5&isAllowed=y> Acesso em: 20/11/2022

⁸ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/30/eleicoes-2018-tem-recorde-de-mulheres-candidatas-ao-senado-mas-desigualdade-persiste> Acesso em: 25/11/2022

que estão concorrendo a qualquer cargo, como mostra a matéria do The Intercept⁹. Esse tipo de ação dificulta e atrasa os avanços do acesso às pautas femininas na agenda política. Em 2018, 40% das candidaturas, de mulheres, no total, foram consideradas inaptas¹⁰, com falta de informações, indeferidas, canceladas etc.

A Câmara dos Deputados, em 2019, pela Consultoria Legislativa, lançou um relatório intitulado “Breve análise dos dados sobre candidaturas de mulheres nas Eleições de 2018” que buscou revisitar os números entre candidatas e os resultados das eleições.

Tabela 1: Número de eleitas de acordo com a variação de tempo entre as eleições de 2010 e as eleições de 2018

	2010		2014		2018		Variação entre 2014 e 2018
	Nº de eleitas	%	Nº de eleitas	%	Nº de eleitas	%	
Deputadas estaduais / distrital	138	13,03%	120	11,33%	164	15,49%	36,67 %
Deputadas federais	45	8,77%	51	9,94%	77	15,01%	50,98%
Governadoras	2	7,41%	1	3,7%	1	3,7%	0%
Presidente	1	100%	1	100%	0	0%	-100%

Fonte: Consultoria Legislativa Câmara dos Deputados, com dados do SIELE-Consultoria Legislativa, 2019.

O relatório aponta para um crescimento das mulheres eleitas ao decorrer dos anos, com um número mais expressivo em quase todos os cargos em 2018. É possível identificar alguns avanços em relação à diversidade de gênero ocupando cadeiras em cargos legislativos e do executivo. Em relação à 2014, por exemplo, o crescimento de mulheres eleitas foi de 52,6%¹¹. Esse número parece grande, mas quando olhamos para o mapa geral de eleitos em 2018, vemos que mulheres eleitas se tornam apenas 16,20% do total.

O relatório da Câmara de Deputados ainda vai apontar que não é de uma forma homogênea que a representação por mulheres é escolhida pelos eleitores. Alguns estados,

⁹ Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/19/partidos-mulheres-laranjas-cota-eleicoes/> Acesso em: 07/02/2023

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/09/22/mulheres-respondem-por-32-das-candidaturas-apresentadas-e-40-das-consideradas-inaptas.ghtml> Acesso em: 15/01/2023

¹¹ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014> Acesso em: 15/01/2023

como: Amazonas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Pará e Tocantins, diminuíram o número de eleitas.

Na análise do FGV Direito, a evolução dos anos quanto à participação de mulheres, contando os anos anteriores à lei (Lei Federal n. 9.504/1997) que muda as regras das candidaturas, e as eleições após 2010 que atualizou a lei, para evitar brechas:

Em 1982 havia apenas 5 deputadas federais de um total de 479 cadeiras (1% dos assentos), passando para 45 deputadas em 513 cadeiras (8,8%) em 2010 e chegando ao recorde histórico de 51 deputadas em 2014, o equivalente a 9,9% de assentos femininos na Câmara. Em 2018, foi atingido o ápice da representação de mulheres na política, com a eleição de 77 deputadas federais eleitas, totalizando 15% de cadeiras na Câmara.

Este estudo ainda observa que, quando feito o recorte de raça, a desigualdade no número de eleitos/as não diz respeito somente ao gênero. Os números atualizados em 2019 constata apenas 2,5% de mulheres negras eleitas e 22% de homens negros eleitos, do total de eleitos/as.

O trabalho da Câmara Federal analisa que existe uma mudança positiva em relação aos votos, que conquistaram mais de 6 milhões para candidatas mulheres à deputada federal e estadual. Isso, para os autores, indica que não existiria uma resistência ao ato de votar em mulheres. Entretanto, pontua possibilidades para o pouco acesso das mulheres às cadeiras:

A dificuldade parece estar mais em que as mulheres consigam estruturar carreiras competitivas na política, a partir da inserção em profissões ou posições sociais de prestígio e visibilidade (na iniciativa privada, nas organizações da sociedade civil, no setor público ou em outras esferas de representação política) que permitam o acúmulo de experiência e de capital social que possa ser convertido em capital político (CONSULTORIA LEGISLATIVA, 2019, p. 09).

Junto com a regra que torna obrigatório a participação de no mínimo 30% de candidaturas proporcionais de cada gênero, precisamos pensar nos financiamentos de campanha. O Fundo Partidário institui que sejam repassados recursos para as candidatas, de forma arbitrária. Contudo, podemos observar como as campanhas no geral recebem recursos que vão além do destinado pelo poder público.

Nas eleições de 2018, quase 84% dos recursos das candidatas a deputada estadual vieram de fontes públicas, sendo que dos candidatos homens somente 43%. A margem de diferença nesses números mostra que o autofinanciamento e as doações, para as candidaturas de homens, são as formas que se destacam.

O Grupo de Pesquisa em Direito, Gênero e Identidade da Escola de Direito de São Paulo (FGV Direito SP), em sua análise sobre o perfil das candidaturas de mulheres na

última eleição presidencial, identificou que, no quesito de recebimento de recursos, “**mulheres brancas, homens negros e mulheres negras** continuaram subfinanciados. A receita total média de financiamento de homens brancos é superior a dos demais grupos¹²”.

Mesmo que o poder público esteja caminhando para o pensamento de inclusão não só nas candidaturas, mas em métodos de financiamento para que de fato as candidaturas sejam legitimadas, ainda as candidaturas de mulheres não recebem o mesmo interesse e destino de investimentos, doações e afins, de outros setores da sociedade.

Antes de pensarmos de forma mais concreta no contexto em que as eleições se situaram, é importante situar outro ponto que teve grande relevância para as campanhas e para o resultado das eleições de 2018. Foi neste ano que, pela primeira vez, a campanha na Internet foi legislada e incluída nos procedimentos legais. Isso fez com que a corrida presidencial estivesse muito presente nas redes sociais.

Terra (2019) levanta questões quanto a esse trabalho, principalmente pelos algoritmos de cada rede serem diferentes e quase impossíveis de detectar suas parcialidades. Em 2018, de acordo com o Poder360,¹³ a base de seguidores do candidato Jair Bolsonaro bate o número de 20 milhões de seguidores (número somado com as principais redes das mídias sociais: *Twitter, Facebook, Instagram e Youtube*).

Durante o período eleitoral, o DataFolha¹⁴ se dedicou também a pesquisar a presença dos eleitores nas redes sociais em 2018, de acordo com suas escolhas para candidatos da eleição presidencial. 81% dos eleitores de Jair Bolsonaro constavam como usuários ativos nas redes, enquanto somente 59% dos eleitores de Fernando Haddad eram encontrados em alguma rede social (G1, 2018).

A disparidade entre os números e a popularidade de um candidato ascendente entre as publicações nas redes das mídias sociais fazem parte das estratégias de sua campanha e de como seu espaço foi construído, o que podemos analisar com mais afinco a seguir.

¹² Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/fgv-analisa-perfil-candidaturas-femininas-eleicoes-2018-camara-federal> Acesso em: 15/01/2023

¹³ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/jair-bolsonaro-alcanca-20-milhoes-de-seguidores-nas-redes-sociais/> Acesso em: 07/02/2023

¹⁴ DATAFOLHA: quantos eleitores de cada candidato usam redes sociais, leem e compartilham notícias sobre política. **G1**, 03 out. 2018. Eleições 2018, Eleição em Números. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/datafolha-quantos-eleitores-de-cada-candidato-usam-redes-sociais-leem-e-compartilham-noticias-sobre-politica.ghtml>

1.2 O CONTEXTO POLÍTICO E A COBERTURA JORNALÍSTICA NAS ELEIÇÕES

Tem sido de comum acordo entre pesquisadores pensar nas eleições presidenciais de 2018 como polarizadas, se destacando em dois grandes e opostos núcleos: a campanha “Deus acima de tudo, Brasil acima de Todos”, de Jair Bolsonaro, candidato à presidência, e Hamilton Mourão, candidato à vice-presidência (PSL-PRTB) e a campanha “O Brasil feliz de novo” de Fernando Haddad, candidato à presidência, e Manuela D’Ávila, candidata à vice-presidência (PT-PCdoB) (TERRA, 2019).

Antes desse cenário se compor, é importante mencionar as discussões e momentos políticos que o Brasil passou nos últimos anos, como as manifestações de 2013, que são um marco para a polarização política. Os autores Jorge Machado e Richard Miskolci (2019) reconhecem, nas chamadas Jornadas de Junho, um processo que vai se estender e ressoar em todos os próximos capítulos da política e democracia no Brasil.

As jornadas iniciaram com a reivindicação contra o aumento nas tarifas de ônibus de São Paulo, organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), frente sem linha política definida (POMAR, 2013). Os protestos se intensificaram e ramificaram, o que fez com que diversos grupos políticos iniciassem suas próprias reivindicações. Neste momento, os protestos contra a política do PT e da então presidente Dilma Rousseff, começam a surgir.

Os protestos de 2013 podem ser tomados como o ponto de inflexão histórico a partir do qual disputas políticas passaram a se dar dentro de uma retórica antipartidária, que aos poucos foi se aproximando de uma gramática moral que alimentaria uma cruzada “saneadora” contra a corrupção (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

As eleições presidenciais de 2014 já foram carregadas dessa divisão, com o antipetismo crescente e o fortalecimento da direita, culminando em um segundo turno com resultados muito apertados entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB).

Um ponto chave para esse estreitamento ideológico foi o impeachment de Dilma, em 2016, também entendido como golpe institucional contra a governante. As manifestações que dão início a todo o processo do impeachment se espelham nas Jornadas de Junho por se apresentarem como supostos protestos democráticos e apartidários (MACHADO; MISKOLCI, 2019). Entretanto, a presença dos grupos de extrema direita na organização desses movimentos evidencia a carga política e intencional das manifestações, que culminaram no impeachment.

A seguir, são vários eventos que destoam na crise política de 2018, como o crescimento da Operação Lava Jato, o discurso antipetista, com o ex-presidente Luiz Inácio

Lula da Silva se tornando réu da operação, liderada pelo juiz Sérgio Moro e o discurso de ódio de personalidades, como Jair Bolsonaro, ganhar popularidade.

Terra (2019) destaca o papel da mídia no fortalecimento da conjuntura divergente:

A cobertura da mídia em casos de corrupção, especialmente a investigação da Operação Lava Jato envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi um dos principais fatores que contribuíram para construção do cenário de polarização das Eleições de 2018 (TERRA, 2019, p. 24).

Lula foi condenado pela operação e preso em abril de 2018. A tentativa do petista em ser libertado e concorrer às eleições do mesmo ano repercutiram para além do início das campanhas. A intenção era de que o ex-presidente ainda pudesse concorrer, com uma chapa preparada para ser a oposição ao candidato do PSL, que despontava em segundo lugar.

Com a recusa final da candidatura pelo Tribunal Superior Eleitoral, Fernando Haddad assume a campanha do ex-presidente e Manuela D'Ávila desiste de sua candidatura como presidente para se juntar ao professor na chapa de oposição, como vice. É importante destacar que esse movimento acontecia enquanto as pré-candidaturas e candidaturas estavam sendo firmadas e conhecidas pelos eleitores, podemos dizer que essas mudanças aconteceram de forma rápida e tardia. Essa característica, somada à prisão do então ex-presidente Lula, engrandece a campanha de Haddad, que se firma com o apoio de Lula e pela situação política vivida pelo petista. A partir daí, acompanhamos as campanhas eleitorais dos doze candidatos ao executivo nacional, com ênfase nas duas principais, que já mencionamos aqui.

Como as duas candidaturas são de ideologias e alianças opostas, Brites *et al* (2020) analisam que este foi o viés escolhido para serem apresentadas durante o período eleitoral para os brasileiros: “As campanhas políticas construíram suas estratégias com base nos antagonismos entre os candidatos, caracterizando a disputa de sentidos que permeou toda a corrida eleitoral de 2018” (BRITES *et al*, 2020, p. 65).

Na observação das duas campanhas, é possível evidenciar uma diferença que impacta nas possibilidades de visualização dos eleitores e, de certa forma, na criação de boatos e notícias falsas. Durante a campanha eleitoral, os candidatos utilizam dos espaços midiáticos específicos (como as propagandas eleitorais gratuitas), como também o espaço disposto nos jornais, telejornais e outros, para dar a visibilidade de seus planos de governo e projetos. Os debates entre candidatos oferecem esse tipo de oportunidade, somado com o embate entre os candidatos e os questionamentos dos veículos. Em 2018, entretanto, um dos principais nomes da eleição, Jair Bolsonaro, decidiu não participar desse tipo de evento.

Uma pesquisa do DataFolha divulgada pelo jornal *El País*¹⁵ em 18 de outubro daquele ano indicava que 73% dos respondentes consideravam importante a presença do candidato nos debates. Entretanto, esses números não foram suficientes para levar o então candidato Bolsonaro à maioria dos programas.

A decisão de Jair Bolsonaro de não comparecer aos debates promovidos pelos canais de televisão o distanciou de possíveis questionamentos, limitando sua campanha para os eventos presenciais e aparições em *lives* promovidas pelo próprio candidato no *Facebook*. Essa é uma estratégia para dominar as narrativas (ao menos para a sua base aliada) e, também, se esquivar de tensionamentos.

Somado a isso, podemos destacar que as eleições de 2018 foram marcadas por novos formatos e, principalmente, a propagação da desinformação e *fake news*. A pesquisadora Tatiana Dourado (2020), em sua tese, identificou a circulação de 346 notícias falsas, durante o período eleitoral. A avalanche que esse montante (que pode ser ainda maior) causa nos eleitores proporciona um cenário de maior discordância e, sem os debates para confrontos dessas narrativas, não é possível desestimulá-las.

Ou seja, a polarização¹⁶ já existente e construída constantemente na história recente do Brasil foi acentuada também, pelo estreitamento das diferenças entre os dois principais candidatos à presidência. Podemos incluir aqui também, o trabalho da cobertura midiática sobre o período eleitoral como parte desse cenário.

O estudo de Porto *et al* (2020), publicado na revista *Compólitica*, busca observar a cobertura feita por dois dos maiores canais televisivos abertos: TV Globo e TV Record. Nas análises e conclusões desse trabalho, foi possível perceber que a distribuição de tempo de cobertura entre os dois principais candidatos foi desproporcional, com o candidato Jair Bolsonaro tendo mais destaque/tempo nos telejornais das duas emissoras durante o primeiro turno das eleições. Em consonância, o trabalho indica que as coberturas se tornam episódicas, com o acompanhamento dos candidatos de acordo com essa agenda.

¹⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539900781_354443.html Acesso em: 26/01/2023

¹⁶ Entendemos polarização a partir da sistematização bibliográfica de Santos (2021), que compreende ser um conceito em definição de seu uso pelo jornalismo. Inicia pela intenção da proposição de lados opostos, mas que vai depender de outros fatores para ser constituída como tal: “Sem divergência, não há espaço para acirramento político, e sem acirramento político, não há polarização. Todavia, não apenas o acirramento é capaz de caracterizar a polarização, o que nos traz para a segunda parte da definição. A polarização precisa ser construída, precisa ser explicitada em termos práticos pelos mais diversos agentes da comunicação, e quiçá a própria construção desse discurso possa de fato se traduzir em maior polarização” (SANTOS, 2021, p.14). O autor complementa que, um terceiro fator deve ser explicado: o interesse da polarização não é tensionar apenas opostos, mas ela se cria com a possibilidade de tornar os polos divergentes.

Durante o segundo turno é possível identificar uma mudança e um aumento da aparição de ambos os candidatos e de Fernando Haddad nas coberturas. O número total, entretanto, ainda deixa o primeiro candidato com maiores destaques nos telejornais das emissoras, segundo Porto *et al* (2020).

Pode-se destacar como ponto essencial para essa diferença, o caso em que o candidato Bolsonaro sofreu uma agressão durante um evento de campanha.¹⁷ O candidato sofreu um ferimento na barriga e necessitou de hospitalização. O episódio noticiado e acompanhado pelas mídias ocasionou em um aumento em sua recorrência nos telejornais, e, também, de sua popularidade.

Outro ponto destacado pelos autores do trabalho, é o alinhamento do candidato Bolsonaro com a TV Record, salientam o episódio em que o candidato é convidado para uma entrevista exclusiva ao mesmo tempo em que um debate com vários presidentiáveis acontecia em outro espaço midiático (PORTO *et al*, 2020). Já comentamos como essa é uma estratégia do candidato de fugir dos questionamentos que seus concorrentes poderiam fazer.

É em uma disposição extremamente polarizada e com discursos conservadores inflamados, que os direitos das mulheres se tornam temática das campanhas. A atuação dos veículos hegemônicos, como no recorte apresentando, indica uma cobertura envolvida nas campanhas, agendas e declarações dos candidatos.

Com a intenção de abordar outros acontecimentos do ano eleitoral e das consequências para os resultados das eleições, podemos concentrar nosso olhar para a única candidata que faz parte da disputa política mais acirrada (considerando as duas duplas que disputam o segundo turno) – a candidata a vice-presidência Manuela D’Ávila. Como destacamos no início deste item, D’Ávila vinha se lançando como candidata à presidência, antes de se coligar com Haddad.

Na função de pré-candidata, Manuela foi chamada para a tradicional entrevista feita pelo programa Roda Viva, da TV Cultura, que acontece com todos (ou a maioria) dos candidatos à presidência. A sua entrevista teve uma grande repercussão na Internet e nos centros de debates e, como veremos, não foi pelas temáticas abordadas, e sim, pelas interrupções frequentes dos entrevistadores.

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml> Acesso em: 04/06/2023

Uma reportagem do Universa UOL¹⁸ destacou a campanha “Deixa Ela Falar”, que realizou a contagem e observação da entrevista da deputada federal, e destacou que, em 90 minutos de programa, D’Ávila foi interrompida 62 vezes. Comparado ao tempo e interrupções de outros candidatos, como Ciro Gomes, do PDT, o número de cortes de fala para a candidata foi oito vezes maior. Isso indica que a recepção até da imprensa hegemônica sobre a presença de uma mulher como candidata precisa ser constantemente validada.

Keltryn Wendland (2020) dedicou sua dissertação em olhar para as representações das candidatas mulheres à vice-presidência nas eleições de 2018, na *Folha de S. Paulo*. Quando ela observa o tratamento dado para Manuela D’Ávila, a autora destaca que, mesmo quando a deputada buscava sua independência como candidata à Presidência da República, em diversas matérias que citam a política, ela não foi narrada como protagonista do processo, tendo seu nome vinculado em vários momentos ao de Lula e como sua candidatura só estaria definida, a partir da definição da possível candidatura de Lula (WENDLAND, 2020, p.114).

A autora indica que:

Essas afirmações acerca da definição de Manuela para vice na chapa, demonstram que, apesar de atribuir relevância política, através dos destaques dados nos textos ao nome da candidata, a Folha representa Manuela D’Ávila como uma figura política que está se submetendo aos interesses partidários do PT, e mais especificamente de Lula (WENDLAND, 2020, p.117).

Outro destaque na representação observada por Wendland (2020) está no reconhecimento da possibilidade de D’Ávila ser a interlocutora da chapa quando o tema é vinculado às questões de gênero. Ou seja, é nessas categorias temáticas que a candidata à vice-presidência tem seu discurso evidenciado. Isso significa que a *Folha* reconhece o trabalho feito por D’Ávila pelos direitos das mulheres, sua relação com o feminismo e outros debates, mas, ao mesmo tempo, reduz a capacidade de discurso da vice para esta esfera.

D’Ávila concedeu em 2019 uma entrevista para o mesmo veículo – Universa Uol, já mencionado, em que destacou diversas violências que sofreu durante toda a sua trajetória política. Na entrevista ela destaca os seus primeiros anos como deputada federal:

Fiquei oito anos sendo chamada de musa em Brasília. Era a "musa com cérebro". Quando fui reeleita, dobrei minha votação e não tinha espaço nenhum para falar sobre trabalho. Um colunista disse que eu "estava na praça" porque era uma mulher solteira. Usaram uma foto minha com decote e a legenda "de peito aberto para enfrentar o capitalismo". Quando reclamava disso, ouvia: "Deixa de ser chata, quem que não quer

¹⁸ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/26/manuela-davila-e-interrompida-8-vezes-mais-que-ciro-gomes-no-roda-viva.html> Acesso em: 24/01/2023

ser musa? Pare de reclamar". Na época eu sofria sozinha. Hoje tem até nome: violência política. Não há mais espaço para isso (D'ÁVILA, 2019).

Nas eleições presidenciais de 2018 não foi diferente. Já como candidata à vice de Haddad, Manuela sofreu diversos ataques pessoais e profissionais. Foram 33 links derrubados no *Facebook* vinculando o nome da candidata a *fake News*. Uma delas, ligou D'Ávila ao ataque sofrido pelo então candidato Jair Bolsonaro, em um ato de campanha. As ameaças direcionada à Manuela durante o processo eleitoral, e junto a esse episódio específico, fez com que sua chapa chegasse¹⁹ a pedir para a Justiça Eleitoral proteção da Polícia Federal para a candidata.

A partir de discursos enviesados e *fake News*, a imagem de Manuela foi sendo ligada a valores e ações que não condiziam com as defendidas pela família tradicional brasileira – que foi se aproximando da candidatura de Jair Bolsonaro. Inclusive, a outra personagem feminina, que pode ser destacada aqui é a então candidata a primeira-dama, esposa de Bolsonaro: Michele Bolsonaro. Durante boa parte da campanha, Michele se manteve afastada, com poucas aparições e ainda menos declarações. Nas raras, a esposa do candidato se afirma apoiadora da candidatura do marido e menciona suas crenças religiosas. Uma matéria do *El País*²⁰, destaca as aparições com mais frequência de Michele Bolsonaro nos últimos dias de campanha, quando a diferença pelas pesquisas de intenção de voto do segundo turno entre os dois candidatos era pequena. A propaganda eleitoral em que ela aparece destaca o seu trabalho social com a comunidade surda.

A imagem de uma mulher, que viria a ser a primeira-dama, e que se enquadra nos valores tradicionais e conservadores do 'ser mulher': pacata, silenciosa, apoiadora, cuidadora, a fez ter a simpatia dos apoiadores de Bolsonaro. Sua presença destacada no segundo turno se concentra em uma estratégia de buscar os eleitores que não votaram nem em Bolsonaro, nem em Haddad, no primeiro turno, principalmente, do eleitorado feminino, que não tem tanta a simpatia do candidato do PSL.

Para observar diferentes formas de cobertura e de abordagem de temáticas à respeito das eleições de 2018, vamos nos concentrar nesta pesquisa em portais feministas e ou com perspectiva de gênero que já afirmam seus compromissos com a inclusão dos debates de gênero em seus materiais. Nos próximos capítulos, observamos a atuação do movimento

¹⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/24/pt-pede-a-justica-eleitoral-protacao-da-policia-federal-para-candidata-a-vice-manuela-davila.ghtml> Acesso em: 24/01/2023

²⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/politica/1540760471_920767.html Acesso em: 24/01/2023

feminista quanto movimento político e de luta para com os direitos das mulheres, como isso se transforma em uma luta de gênero e suas ramificações que dão origem aos espaços comunicativos que estudamos neste trabalho.

2. FEMINISMO(S) E POLÍTICA

Quando falamos sobre feminismo(s), falamos sobre diversas linhas e vertentes de pensamento que reconhecem a desigualdade de gênero como parte das problemáticas sociais. Dessa forma, neste capítulo abordaremos algumas dessas que constituem a história do movimento brasileiro, e, por consequência, latino-americano. Esta revisão bibliográfica dos conhecimentos acerca dos movimentos feministas e a relação gênero x poder no contexto histórico brasileiro nos concede os requisitos para a realização da análise do jornalismo com perspectiva de gênero, em um período eleitoral.

O capítulo está subdividido em três momentos: primeiro, sobre o que entendemos como gênero nesta pesquisa e como esta definição irá acompanhar as análises e escolhas de pesquisa; em segundo, os aspectos históricos do movimento feminista no Brasil e na América Latina até a atualidade; e por fim, a compreensão das relações de gênero e poder e as implicações que reverberam na política e a participação das mulheres nesse espaço.

2.1 DE QUE GÊNERO FALAMOS?

O objetivo desta pesquisa está em analisar as coberturas políticas de portais com perspectiva de gênero. Anterior a olhar para esse conteúdo e organizar as análises, é preciso entender: quais são essas perspectivas de gênero?

No início desta pesquisa, a minha pretensão era que os próprios veículos me dissessem (por meio dos conteúdos) como funcionam essas perspectivas. E, de certa forma, isso ainda vai acontecer na análise. Entretanto, como avaliar as possibilidades de uso pelos jornais sem considerar uma reflexão do entendimento sobre as questões de gênero, sobre o próprio termo?

Os Estudos de Gênero começaram a ser desenvolvidos a partir da segunda metade do século XX (PEDRO, 2005). E apesar de várias teorias contribuírem para esses estudos, o próprio conceito do que é gênero ainda não é definitivo, ou melhor, consenso, entre as estudiosas. Aqui, revisitamos algumas das teorias que nos possibilitam refletir, acima de tudo, o que significa uma perspectiva de gênero no jornalismo.

A compreensão de que o gênero não é algo dado, mas sim que faz parte de todo um histórico social-político-cultural desloca o conceito de uma interpretação binária e biológica para a compreensão de que é uma construção cultural (SCOTT, 1990), conforme discutido mais adiante. E esta é uma das primeiras mudanças entre os estudos de mulheres para os estudos de gênero, quando refletimos sobre todas as possibilidades que são descartadas,

excluídas, de ser mulher, quando pensamos sobre como a cultura incita uma compreensão de gênero de forma binária.

Joana Maria Pedro (2005) explica que as línguas e formas de expressão da maioria dos países possuem gênero, não sexo. O movimento feminista, segundo a autora, vai identificar essa uma diferença essencial para se pensar gênero, e passar a utilizar a palavra “gênero” ao invés de “sexo”.

A frase mais conhecida da escritora francesa Simone de Beauvoir (1949) “não se nasce mulher, torna-se mulher” nos dá pistas das interpretações que vão partir do proposto de que tudo é construído culturalmente. Se todas as relações, que veremos a frente, são construídas, porque o sexo, e o gênero, não seriam?

Miguel (2014) em suas leituras de Beauvoir vai compreender que: “o que aceitamos como a 'feminilidade' não é a expressão de uma natureza, mas o resultado do trabalho de pressões, constrangimentos e expectativas sociais” (MIGUEL, 2014, p. 79).

Precisamos entender que o gênero é estabelecido socialmente a partir de uma série de requisitos como feminilidade, sexo, masculinidade, características físicas, comportamentais e que não, necessariamente, será o indivíduo que se identificará da forma como gênero é consensualmente estabelecido na sociedade.

A elaboração do conceito de gênero, segundo a antropóloga Adriana Piscitelli (2009), veio para “desmontar esse duplo procedimento de naturalização mediante o qual as diferenças que se atribuem a homens e mulheres são consideradas inatas” (PISCITELLI, 2009, p. 119). Esta naturalização resultará na percepção de que as desigualdades entre os indivíduos acontecem por causa desta diferença que é naturalizada culturalmente, o que vai ser refutado e criticado pelas autoras que passam a adotar e problematizar o conceito de gênero.

Compreendemos essas atribuições para cada gênero como um processo histórico, em que os meios determinantes dessas características (social, político, financeiro) estavam nas mãos dos homens cis brancos. E assim, como Guacira Lopes Louro (2008) afirma, as mulheres foram se constituindo – diante da sociedade e em suas próprias identidades – como o “segundo sexo”, termo que sintetiza a crítica de Beauvoir (1949) e que só ganhou força a partir do chamado feminismo de segunda onda na década de 1960.

Desde então, o conceito de gênero vem sendo problematizado por perspectivas de diversas pensadoras feministas, cada uma com sua peculiaridade e acrescentando camadas para se refletir sobre o quanto é complexo o conceito de gênero. Sendo assim, a pretensão aqui não é fazer uma revisão teórica do conceito, mas sim apontar autoras que são fundamentais para a perspectiva de gênero abordada nesta pesquisa.

As relações de gênero e sexualidade se aproximam, já que as autoras que embasam o conceito de gênero nesta pesquisa vão discutir junto questões de sexualidade. Gayle Rubin (2003), antropóloga referência nos estudos em sexualidade, vai defender que as sexualidades devem ser observadas e entendidas considerando os espaços históricos, sociais, antropológicos e psíquicos. Da mesma forma que os debates de gênero inseridos nas discussões.

Rubin (2003) vai apontar em suas reflexões que as construções dos nossos entendimentos, com base nos estereótipos, do que é entendido como “natural” ou “normal” sobre gênero e sexualidade são desenvolvidos historicamente em espaços dominados pelo patriarcado, o que significa que aponta para a heteronormatividade como esse fluxo “natural” das relações. Considerar a negação das sexualidades dissidentes como formas de opressão, que também vão se relacionar com os gêneros, nos abre as portas para olhar para os demais tensionamentos que se revelam quando refletimos sobre desigualdades.

Quando pensamos nos avanços das teorias, nos deparamos com um termo utilizado pela primeira vez em 1987, em uma palestra da pensadora estadunidense Kimberlé Crenshaw: a interseccionalidade. O conceito vai entender as questões de gênero relacionadas a outras questões que impactam as relações de poder, como raça, classe e sexualidade. Kimberlé observa que as posições ocupadas pelos indivíduos dependem de mais de um fator ou característica, o que ela entende por sobreposição. “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2004, p.10).

A consideração inicial observada pela autora é de que uma mulher negra será/é duplamente sujeita a formas de opressão. As opressões em relação às diversas camadas e características se somam, e devem ser consideradas quando pensamos em desigualdades e até na criação de políticas.

Piscitelli (2008) compreende que “A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento” (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Desde a década de 70, antes mesmo de Crenshaw cunhar o termo que vai acompanhar o conceito, as feministas negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro já traziam tal perspectiva interseccional para o feminismo brasileiro. Faz sentido que este seja um movimento de pensamento considerado pelas teóricas feministas contemporâneas, já que a vivência da realidade brasileira comporta as questões de raça e

classe, em especial, como essenciais para pensar as questões de gênero no feminismo brasileiro.

Gonzalez (1984) expõe as formas que a mulher negra é vista na sociedade brasileira, a partir das representações na mídia e na cultura do país. A autora lembra que esses estereótipos e visões são historicamente trazidas como bagagem do período escravocrata, da sexualização das mulheres negras escravizadas e dos lugares que lhe foram impostos de mulata, doméstica e mãe preta. Já vimos como os papéis sociais impostos às mulheres afetam suas realidades, as mulheres brancas, em certo momento, reivindicaram um espaço de trabalho além do cuidado e do bem-estar da casa. Com as mulheres negras, essa visão vai além desse cuidado com o outro para uma função de servir, que diretamente está relacionado às funções que desempenharam durante o período em que foram escravizadas.

Carla Akotirene (2019), pensadora brasileira contemporânea, sintetiza os trabalhos sobre interseccionalidade a partir dessas autoras na obra “Interseccionalidade”, da coleção “Feminismos Plurais”. A escritora reforça o que Gonzalez (1984) expõe sobre a estrutura social do país, principalmente quando se pensa em políticas públicas que não consideram, muitas vezes, esses marcos da diferença. Akotirene (2019) menciona as leis que, a princípio, são feitas para a proteção, como as que envolvem a violência doméstica, mas que, com o difícil acesso a delegacias da mulher, o horário de atendimento, a falta de preparo dos funcionários para a recepção de uma vítima, até questões mais íntimas para as mulheres e homens negros, quando se fala sobre o sistema prisional brasileiro, faz com que essas ações não atinjam certa parcela de mulheres.

A pensadora transpõe essa responsabilidade não somente para os governos e instituições, mas também, para dentro dos movimentos sociais e de luta por direitos. Akotirene (2019) entende os movimentos antirracistas e feministas, como parte atuante para discussão das pautas das mulheres negras, sendo que nesses espaços a interseccionalidade precisa estar inserida. A autora complementa, indicando que quando esse debate não tem acesso, os movimentos se enfraquecem: “Quando ausentes os letramentos interseccionais para as abordagens feministas e antirracistas, ambos reforçam a opressão combatida pelo outro, prejudicando a cobertura dos direitos humanos” (AKOTIRENE, 2019, p.38).

O incômodo com as diferenças, impactadas pelas interseccionalidades, conforme definidas pelas autoras, não se limita ao espaço acadêmico e está no espaço social e nos movimentos. É o que veremos na organização do movimento feminista brasileiro, no próximo item. Em certo momento, o movimento vê a necessidade de se ramificar, para que outras pautas sejam consideradas. O exemplo mais claro é do Movimento Feminista Negro que

aponta para um olhar de raça e classe, em conjunto com o olhar de gênero, fato que não era considerado pelas organizações feministas. Elas entendem que os demais marcadores fazem parte das leituras das desigualdades, e que o pensamento vai indicar as bases de um feminismo interseccional, que considera além das questões de gênero na constituição das identidades, outros marcadores sociais como raça, classe, idade, sexualidade, capacidade etc.

Ao ponderarmos a forma como os gêneros são definidos e identificados, e em que características os estudos de gênero vão se debruçar, podemos buscar o que significa algo se afirmar como de perspectiva de gênero. Nesta pesquisa, procuramos essas reflexões dentro do jornalismo.

Nesse trabalho a perspectiva de gênero que buscamos visualizar em conteúdos jornalísticos retrata gênero a partir da construção social dessa categoria, que reconheça os limites e as possibilidades. A perspectiva de gênero precisa ser interseccionada com outros marcadores de diversidade, como classe, raça, sexualidade, idade, que também vão impactar no material jornalístico. Entender as diferenças não somente para o que antes já foi considerado como estudo de gênero – estudo de mulheres – mas como sinônimo de perspectivas plurais, fora da binaridade e de estruturas que o feminismo branco está abalizado em suas primeiras teorias.

2.2 FEMINISMO(S) BRASILEIRO

“Um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas” (PINTO, 2003, p. 9). Esta citação poderia ser um resumo da história do movimento feminista. A composição do feminismo é incômoda, gera atritos e discordâncias, desde os primeiros questionamentos sobre as diferenças e desigualdades binárias entre homens e mulheres, até o entendimento dos estudos como questões de gênero.

A historiadora Céli Regina Jardim Pinto fala da experiência do movimento no Brasil quando o define como múltiplo, mas esta característica não é uma exclusividade da organização nacional. Quando olhamos a fundo, percebemos como a história do feminismo brasileiro vai se aproximar e ser influenciada pelos estudos e movimentos europeus e norte-americanos. Autoras como Simone de Beauvoir, Ângela Davis, Betty Friedman e outras são referências que iniciam os questionamentos e debates sobre as desigualdades.

A consolidação do feminismo como um movimento no Brasil vai acontecer de forma lenta e gradual. Céli Pinto (2003) reconta esta história em sua obra “Uma história do

feminismo brasileiro” a partir de momentos que são emblemáticos para a luta pelos direitos das mulheres brasileiras.

O primeiro a ser remontado pela autora é a luta pelos direitos políticos, ou seja, o direito de votar e ser votada, que iniciaram no fim do séc. XIX e início do séc. XX no país. Esta luta se aproxima do movimento sufragista²¹, que tensionou as estruturas políticas europeias do séc. XIX na busca dos direitos políticos para as mulheres. O movimento e as discussões sobre a participação das mulheres nos espaços políticos seguem os demais países até chegar ao Brasil. Desde o princípio, as relações do movimento com a imprensa feminina e feminista são muito significativas, como será possível observar no capítulo 3, que vai se debruçar na construção de uma imprensa feminina e feminista no país.

A autora entende que neste momento, o feminismo vai ser associado a personalidades. A luta pela participação eleitoral das mulheres tem a bióloga Bertha Luz como uma das referências notáveis (PINTO, 2003, p.14). A conquista do voto acontece somente em 1932, mas é o primeiro marco das possibilidades que uma organização da classe feminina poderia ter. Na América Latina, o primeiro país a conquistar o direito ao voto às mulheres foi o Equador, em 1929 (COSTA, 2005).

Desde esta primeira onda do feminismo é possível perceber dissonâncias entre as próprias ativistas. Céli Pinto (2003) define dois feminismos: o “bem comportado” e o “mal comportado”. Entende-se que as formas de reivindicação e do entendimento das necessidades das mulheres eram diferentes, neste caso, entre as mulheres de classe alta e as operárias.

O feminismo “mal comportado” estaria mais ligado aos movimentos anarquistas, de classes mais baixas, com a discussão sobre as explorações de trabalho muito mais vívidas (PINTO, 2003; SARMENTO, 2017). Era visto, portanto, como um feminismo agressivo e que se distancia da questão primária vista pelo feminismo “bem comportado”, que não tinha a intenção de ir além nas discussões sobre gênero: “As mulheres sufragistas lutavam pela inclusão, sem, no entanto, identificarem na sua exclusão razões para os homens terem mais poder” (PINTO, 2003, p. 36).

A percepção das estruturas que determinam essas desigualdades vai acontecer, em uma escala maior, a partir da década de 60. A distância entre os períodos é justificada por dois momentos históricos. O primeiro é o golpe do Estado Novo (1937) de Getúlio Vargas, que desestruturou as organizações civis (AVELAR, 2001). O segundo, é o início da ditadura

²¹ Também considerado como parte da “primeira onda” do feminismo. A definição por “ondas” não é de comum acordo para todas as autoras da área, entretanto, marca momentos históricos em que as lutas dos movimentos feministas se concentram em abordagens e temáticas.

militar (1968-1985) onde se fez necessária a reorganização dos movimentos sociais como forma de combate ao regime.

Além da posição brasileira, é possível identificar uma desarticulação nos movimentos nos outros países latino-americanos, bem como uma tendência nos Estados Unidos e Europa (COSTA, 2005).

Nas décadas de 60 e 70 vamos encontrar uma nova perspectiva do feminismo, a partir da segunda onda. Neste período, vemos o movimento muito próximo dos partidos de esquerda que lutam pelo fim do regime existente (TELES, 2013). Na linha do embate contra a ditadura, as mulheres perpetuam uma atuação com a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFA), coordenado pela advogada Therezinha Zerbini, que requisitava a liberdade dos presos políticos do período.

Podemos considerar ambíguo que em um momento repressivo a organização de movimentos se tornasse mais forte. Céli Pinto explica: “Ao mesmo tempo que o campo político estava completamente reduzido pelo regime militar, era nele que as forças progressistas viam legitimidade para qualquer embate” (PINTO, 2003, p. 60).

Entretanto, nem tudo são flores. Amelinha Teles, em entrevista para o projeto *Mulheres de Luta*²² em 2017 recorda das reuniões dos movimentos, em que as decisões eram feitas majoritariamente pelos homens, dentro das organizações de esquerda. Ou seja, existia uma dificuldade de colocar as pautas feministas dentro desses grupos. “Aprendi desde logo que a igualdade apregoada pelos comunistas não incluía as mulheres” é o relato de Teles no texto “Lembranças de um tempo sem sol” (TELES, 2010, p. 286).

Esse entendimento fez com que as mulheres se afastassem [desses grupos de esquerda] e criassem os seus próprios meios para combater a ditadura enquanto também discutiam as pautas que se referiam a elas, como o MFA já citado. Amelinha indica, na entrevista de 2017, o período como a retomada do feminismo no país.

O Ano Internacional da Mulher, proposto pela ONU em 1975 reforça a importância da década de setenta para a construção do movimento. 1975 é considerado em muitos relatos como a marca de origem do(s) feminismo(s) (PEDRO, 2006). A autora, contudo, percebe esse movimento das Nações Unidas como o reflexo do que já estava acontecendo pelo mundo: as manifestações e reivindicações de mulheres. Os ganhos dos eventos e reuniões que

²² O projeto “Mulheres de luta: feminismos e esquerdas no Brasil (1964-1985)” foi realizado pelo Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) da Universidade Federal de Santa Catarina, em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), com fomento das agências financiadoras Capes e CNPq. O objetivo do projeto era reunir em conteúdos científicos e educativos as histórias de atuação e organização das mulheres e do movimento feminista no regime ditatorial (1964-1985) no Brasil.

aconteceram neste ano podem ser destacados pela criação de conselhos estaduais da mulher, destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Joana Maria Pedro (2012) descreve outras ações que contribuíram para a formação e aproximação de mulheres feministas: os grupos de reflexão. Inspirados em organizações correspondentes internacionais, mulheres se reuniam para discutir assuntos cotidianos, sem pautas específicas, mas que, inevitavelmente, abordavam as questões que as afligiam. Formado por professoras universitárias, militantes de esquerda, estudantes, esses grupos aconteceram em vários estados brasileiros (SILVA, 2020). Maria Odila Leite da Silva Dias considera o grupo que criou como “um grupo de conscientização feminista” (DIAS, 2015, p.15).

Vimos até agora que mulheres que se aproximavam dessas discussões de gênero eram estudosas e as mulheres que faziam parte das lutas anti-ditadura. Isso nos mostra que a presença de mulheres de classes mais elevadas, com diplomas universitários, compreende boa parte da construção do movimento. É importante salientar, contudo, que não são as únicas classes de mulheres que percebiam e estavam preocupadas com seus direitos. A classe de mulheres operárias também se mobiliza – e é quando as classes se encontram e discutem, que percebem as similaridades e diferenças existentes quando refletimos sobre raça, classe, sexualidade, em conjunto com as questões de gênero. O destaque aqui vai para a criação dos movimentos de feministas negras, como o Movimento Contra a Discriminação Racial e o Movimento Negro Unificado (CARDOSO, 2014; SILVA, 2020).

Com a volta das exiladas a partir da Lei da Anistia, de 1978 e 1979, as feministas se deparam com novos desafios: compreender as diversas realidades vividas em movimentos fora do país com o que as organizações realizavam aqui. O período da década de 80 vai apontar para uma reformulação do movimento, levando também em consideração a transição do período ditatorial para a redemocratização (PINTO, 2003; SILVA, 2020). Importante destacar que a volta das acadêmicas militantes exiladas, também compreendeu num avanço das teorias feministas produzidas pelas brasileiras, a partir dessas trocas realizadas internacionalmente.

Nesta década vemos também a partidarização e a institucionalização do movimento feminista no Brasil (PINTO, 2003). Grupos, conselhos, eventos, organizações não-governamentais (ONGs) ganham maior expressividade entre as feministas. Podemos destacar o Movimento de Mulheres pelas Diretas-já e a pauta que teve maior engajamento nesse período: violência contra a mulher, com a criação de centros de auxílio, campanhas etc.

(SILVA, 2020). Não é à toa que em 1980 foi criado o primeiro grupo de combate à violência contra a mulher – SOS Mulher (SP) (PINTO, 2003).

Não podemos deixar de citar que a imprensa (neste caso, feminista, mas não somente) foi essencial para a elaboração desses movimentos (SARMENTO, 2017). No capítulo 3 iremos desdobrar os conhecimentos acerca desta imprensa – que também é objeto deste trabalho – e sua importância para a vinculação dos debates de gênero.

Até aqui, percebe-se um desenvolvimento crescente e um interesse de cada vez mais camadas com a problematização da desigualdade e com o movimento feminista. Algo que vai mudar na década de 90, com um “esmaecimento” (PINTO, 2003) das organizações. Com o fim do regime militar, as feministas tiveram a oportunidade de continuar os trabalhos iniciados (com os conselhos, por exemplo) e desenvolver políticas públicas para a saúde, trabalho, como a participação na Constituinte. Isso é explicado por Karina Woitowicz (2011) como uma busca por formas alternativas de intervenção, uma transferência da militância do regime para as ONGs.

Em conjunto com as mudanças de ação, estão as mudanças nos pensamentos, que, aderem os pensamentos e o termo cunhado por Crenshaw (1989), quando pensamos nas interseccionalidades (já discutidas no item anterior) como fatores nas discussões de minorias e políticas públicas. Pinto (2003) reconhece o que o período possibilita: “Este conjunto dá a medida de uma das características marcantes dessa nova fase do feminismo de ONG: a segmentação das lutas” (PINTO, 2003, p. 97).

Podemos perceber novos fluxos de atuação a partir dos anos 2000, com a popularização da internet no Brasil. O uso das tecnologias por grupos de mulheres para manifestações culturais, atividades hacker e outras são vistas a partir dos anos 1980 em locais como Inglaterra e Austrália, sendo que a teórica e filósofa britânica Sadie Plant era uma das personalidades a frente dessas intervenções (DUTRA, 2018), tendo o seu trabalho influenciado o surgimento do movimento ciberfeminista dos anos 90.

O ciberfeminismo é visto pela ativista como: “uma aliança entre as mulheres, a maquinaria e as novas tecnologias. Existe uma velha relação entre a tecnologia da informação e a libertação das mulheres” (PLANT, 1998, s/p).

A utilização dessas potencialidades pelas brasileiras já pode ser percebida pelas atuações das ONGs feministas: *CEMIDIA: Comunicação, educação e informação em gênero* e *CRIOULAS*, por exemplo, que são grupos que até hoje desenvolvem trabalhos para a distribuição de internet banda larga para mulheres em locais remotos (DUTRA, 2018).

Blogs, perfis em redes sociais, páginas, são alguns dos usos que se popularizam e iniciam esta nova fase do feminismo. É a partir de 2010 que essas ações ficam mais contundentes para perceber um movimento político se fortalecendo no ambiente virtual. Campanhas nas redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, aconteceram por meio de *hashtags*, como a *#MeuPrimeiroAssédio*. O objetivo era de levantar debates acerca da temática de abuso, violência e assédio com denúncias de casos pessoais de assédio na infância e adolescência (BRETAS, 2019; DUTRA, 2018).

A Primavera Feminista ou de Mulheres, como ficou conhecida, acontece em 2015 e foi o movimento com maior número de manifestantes com o propósito de realizar mudanças sociopolíticas para as mulheres. Bretas (2019) pontua que o termo “feminismo” continha, naquele momento, uma carga ideológica que por muitos era vista como negativa, o que começa a mudar a partir desse período.

Dutra (2018) vai perceber que tanto o movimento nas redes quanto nas ruas vai desenvolver uma aproximação com as identidades feministas, em que as mulheres puderam se reconhecer nas manifestações:

A identidade feminista, também se fortalece ou em primeira impressão se estabelece, por fazer mulheres compartilhar e se identificar com o feminismo na rede, traçando um novo caminho muito mais plural e democrático, desconstruindo estereótipos por muito tempo cultivados em relação ao movimento feminista (DUTRA, 2018, p. 25).

Essa possibilidade de identificação trouxe uma nova era para o feminismo, com o ativismo muitas vezes acontecendo pelas redes, até hoje. Inclusive, boa parte dessas movimentações vão ser feitas pela internet – podemos pensar nessa como uma característica do nosso comportamento online, mas não é a discussão que pretendemos iniciar aqui.

As campanhas nas redes continuaram e podemos citar a *#MeTooMoviment*, de 2017, que denunciou diversos casos de abuso dentro dos universos cinematográficos hollywoodianos. A popularização das lutas feministas fez com que novas alianças pudessem ser formadas e é nesse novo espaço de interação que a imprensa feminista, objeto deste trabalho, vai atuar.

A multiplicidade do movimento e das teorias feministas faz com que as possibilidades de debate sejam exponencialmente multiplicadas. Nesse sentido, entendemos que não há a possibilidade – e nem a intenção – de existir apenas um feminismo. São movimentos vivos, que estão em constante mudança e inclusão. A partir dessas considerações, podemos reconstruir parte da participação das mulheres na política e essas relações de poder, no item a seguir.

2.3 GÊNERO E POLÍTICA – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

A presença das mulheres politicamente pode ser vinculada ao movimento feminista, visto que as conquistas para fazer essa participação possível vem dele, como vimos até aqui. Antes de pontuar os momentos e atuações, é importante entender como o gênero vai impactar nos espaços políticos e o porquê de a presença da diversidade de gênero ser necessária.

Quando pensamos em gênero e o relacionamos com política, as primeiras considerações serão sobre a participação em espaços legislativos e executivos, representatividade. E sim, essa é uma categoria essencial de se estar presente em uma sociedade democrática. Contudo, as implicações que resultam na menor representatividade nesses espaços são muito anteriores.

Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014) no livro “*Feminismo e política*” buscam retratar as camadas em que as relações de poder se inter cruzam e desenvolvem os conceitos e estereótipos que nos acompanham. Os autores compreendem que não é possível distinguir a relação entre os estudos de política das teorias feministas, visto que, os questionamentos propostos pelos feminismos vão ser atravessados pelos espaços público, privado, democrático etc. (MIGUEL; BIROLI, 2014).

Deste modo, Flávia Biroli (2014) vai considerar o feminismo mais do que um movimento articulado, mas que “[...] mostra, assim, que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática” (BIROLI, 2014, p. 33).

Da mesma forma que entendemos o conceito de gênero como algo construído e apropriado, vemos as relações de poder entre os indivíduos – esses, classificados por gênero. Isso significa que essas mesmas relações estão correlacionadas aos parâmetros que a própria sociedade impõe. Esta sociedade, compreendemos aqui, como regida historicamente por manifestações patriarcais, de dominação masculina, como define a filósofa britânica Carole Pateman (1988), que reinterpreta a teoria política com argumentos feministas.

Com a percepção da presença desses mecanismos estruturadores, é possível identificar as desigualdades entre os gêneros. O projeto de criação de uma inferioridade feminina perante os homens é relatado desde a Grécia Antiga por um levantamento de Miguel (2014).

Se todas as considerações sobre a capacidade intelectual das mulheres as invalidam na esfera privada, isso vai se refletir na esfera pública. Biroli (2014) relaciona o público e o

privado, insistindo que as relações de poder serão vistas da mesma forma nos dois espaços.

Quando a organização das relações da vida privada constitui barreira à participação partidária de mulheres e homens na vida pública, fica reduzida a possibilidade de que as questões que se definem como relevantes a partir da experiência das mulheres na vida doméstica, como o cuidado com as crianças e os idosos e a violência e a dominação de gênero na família, ganhem visibilidade na agenda pública e nos debates políticos (BIROLI, 2014, p. 34).

A luta do feminismo para que as pautas do movimento sejam discutidas e validadas como problemas da sociedade reflete na descrição exata da autora. Essa agenda, por não envolver a maioria presente nos espaços políticos de decisão (aqui, consideramos os homens brancos cis), não vai ter o mesmo poder para adentrar esses locais.

Piscitelli (2009) resume esse pensamento quando determina que as desigualdades construídas vão ser impactantes: “Quando as distribuições desiguais de poder entre homens e mulheres são vistas como resultado das diferenças, tidas como naturais, que se atribuem a uns e outros, essas desigualdades também são naturalizadas” (PISCITELLI, 2009, p. 119).

A naturalização mencionada pela autora é o ponto que nos distancia dos espaços legislativos e executivos. Já vimos que a primeira conquista de mulheres foi em 1932, com o direito ao voto. Em 1933, a primeira eleição pós o decreto, foram eleitas oito deputadas estaduais no Brasil (PINTO, 2003). Entretanto, existe um desafio que perpassa as gerações que é fazer da participação feminina mais efetiva, ou seja, ser votada. E a noção de que mulheres podem ser votadas vai além do ‘é permitido’ e mais em uma validação dessa personalidade como capaz de cuidar de assuntos fora do âmbito privado.

É o que a jornalista Heloneida Studart aborda na apresentação do livro de Tabak e Toscano (1982). Sua experiência mostra a posição em que as mulheres se encontram pós-redemocratização e como elas mesmas se questionam sobre seus papéis e como podem atuar politicamente:

Essa longa desvalorização do papel da mulher nas tarefas da política acaba sendo assumida pela própria mulher, se *interioriza*. Mesmo as mais valorosas não se vêem como postulantes a cargos eleitorais. Preferem engajar-se nas campanhas dos maridos, irmãos, vizinhos, amigos, aliados. Posso dar, nesse sentido, um depoimento pessoal. Em 1978, fiquei espantada quando alguns amigos do extinto PTB me disseram: ‘Por que você não se candidata? Afinal você tem longa experiência política, foi presidente de sindicato, milita em entidades feministas, escreveu um *best-seller* sobre a condição da mulher’. Espantei-me porque eu só pensava qual *deles* seria o melhor candidato. De maneira inconsciente, havia esquecido de mim mesma, *uma mulher* (STUDART, 1982, p. 17).

A visão de relacionar o privado com o feminino muda com os movimentos feministas e suas reivindicações. Rodrigues (2005) descreve a atuação dessas organizações que vão

identificar que “o pessoal é político”. A autora compreende que todas as relações envolvem as relações de poder, em que cada sujeito vai exercer posições e desempenhar papéis a partir dessas relações que já são constituídas (RODRIGUES, 2005).

Ocorre que as relações de poder têm sido conformadas historicamente como relações de opressão e de exploração. No entanto, é possível pensar e construir relações de poder em outra perspectiva, através da construção do diálogo e do entendimento (RODRIGUES, 2005, p. 16).

A mudança de uma sub-representação para a representatividade dentro dos espaços políticos acontece quando se abre o espaço. Mesmo que as mulheres tenham conquistado na década de 30 seus direitos eleitorais, isso não significa que a participação vai acompanhar um crescimento gradativo.

O processo da Constituição cidadã teve diversas contribuições dos grupos de mulheres, bem como a organização dos conselhos, ONGs e outros espaços. Isso mostra que estas estão interessadas em fazer parte do espaço político e público e se articulam para que seja possível debater as pautas de gênero, como as de saúde reprodutiva, trabalho, acesso à educação. A participação pelos conselhos e afins não deixam de ser participações políticas, mas, no processo eleitoral e de governança, percebe-se uma dificuldade tanto por parte das mulheres se candidatarem até de fato, a eleição.

Por isso, em 1994, a primeira lei de cotas é estabelecida, ela requer que a partir das próximas eleições 20% das candidaturas sejam de mulheres (Lei 9.100/95). No ano posterior as eleições, no entanto, esse número vai ser levado para 30%.

O historiador Luis Felipe Miguel (2014), estudioso das relações políticas e de gênero, vai entender as cotas eleitorais (prática existente em vários países, visto que a baixa presença feminina na política não é exclusividade do processo brasileiro) como uma forma de considerar as desigualdades que vão acontecer também no processo político, sendo impossível que este ofertasse as mesmas possibilidades para os gêneros.

As cotas sinalizam que, ainda que o processo de escolha de representantes possa ser formalmente correto, seu resultado é injusto se grupos sociais importantes não encontram presença adequada. Trata-se de uma revalorização da chamada “representação descritiva”, a concepção de que o parlamento deve espelhar a sociedade onde nasce, considerada pela ciência política, ao longo do século XX, como ingênua e insatisfatória (MIGUEL, 2014, p. 98).

Esta prática de ações afirmativas passa por variados questionamentos, inclusive sobre sua existência, já que a cota relacionada a gênero não englobaria outras categorias e minorias que não estão presentes neste sistema político. Outra questão está relacionada a efetividade

das ações, a crítica vai se situar na compreensão de que o número de candidaturas de mulheres não seria o que levaria as pautas para o debate, e ainda, que este número mínimo de candidaturas passa por diversas tentativas de burlar o sistema, com as candidaturas laranja, que veremos a frente, no capítulo de análise. O comprometimento com as questões feministas, de gênero, de inclusão, não necessariamente estará na agenda de mulheres, se estas tiverem outras leituras de suas realidades (MIGUEL, 2014).

Esta crítica vai além, pensando que mesmo as mulheres que estão preocupadas em levar suas questões para os âmbitos políticos, a sua representatividade não consegue ser total. Discorreremos neste capítulo sobre diversas possibilidades de como o feminismo vai ser visto, estudado e as correntes que se surgem a partir dos pensamentos diferentes. A constante adaptação e crescimento deste conhecimento faz com que seja um movimento que ao mesmo tempo inclua e exclua. Isso vai acontecer também no âmbito das representações, visto que, uma mulher branca cis de classe alta – público que tem uma facilidade maior em ocupar espaços – não conseguirá representar mulheres negras, trans, periféricas.

Não nos resta dúvidas, entretanto, sobre a disparidade entre representações entre homens e mulheres. E até então, as práticas de estímulo para que mulheres façam parte do espaço político reconhecem isso.

Mas, como chegar lá? Matos (2013) estabelece os desafios que as mulheres vão encontrar para conquistar uma eleição. Eles estão envolvidos em dois momentos: o nível micro, que diz respeito ao relato de Studart (1982), da mulher que não se considera capaz de estar em um espaço de decisão; o nível sociológico, que vai estabelecer relação com as dificuldades internas dos partidos e a elegibilidade. Por fim, existe um terceiro momento, o nível político-filosófico, que vai ser requisitado em uma reeleição, quando os primeiros obstáculos já tiverem sido derrubados.

Por esses vislumbres de discussão sobre a participação feminina na política, é possível identificar que as causas por essa atuação ser baixa são variadas, e que dependem que diversas cargas históricas e de representação se transformem. No próximo capítulo, iremos nos debruçar nas questões relacionadas ao jornalismo, pensando em suas características, problemáticas e possibilidades, quando olharmos para o jornalismo alternativo e, o jornalismo com perspectiva de gênero.

3. JORNALISMO ALTERNATIVO, FEMINISTA E COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

O jornalismo como prática possui formas de fazer, objetivos e regras, convenções que foram criadas ao longo do tempo mas também são sustentadas por manuais de redação de grandes mídias, conforme o Manual de Redação da *Folha de S. Paulo*, como também o Código de Ética dos Jornalistas, produzido pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ).

Diversos teóricos ao redor do mundo buscam refletir sobre a prática jornalística e sobre o papel que a mídia exerce na sociedade. Aqui, entendemos que os produtos jornalísticos influenciam na construção social da realidade e que a forma como a narrativa é criada tem impacto na compreensão da realidade por parte das diversas sociedades (ALSINA, 2009).

Meditsch (1992) compreende que o jornalismo faz parte de um conhecimento social, e é preenchido por pontos de vista da bagagem histórica e social que temos sobre a humanidade. O autor entende que essas são áreas (história, sociologia, entre outras) que estão em constante construção, o que faz o jornalismo acompanhar essas mudanças, que acarretam também em posicionamentos políticos e ideológicos presentes nesses conteúdos.

Como uma atividade legitimada pela sociedade, o trabalho jornalístico continua tendo a responsabilidade de mostrar em seus materiais a realidade dos acontecimentos. Medina (1982) percebe que isso depende não somente das técnicas, mas também da “compreensão, das qualidades profissionais e do sentido de responsabilidade do jornalista” (1982, p. 35).

A profissão exerce também um papel na construção e no reforço dos estereótipos (WOITOWICZ, 2011). Marcia Veiga (2014) pesquisou dentro das redações a forma como os processos de pauta, produção e até a relação dos jornalistas se desenvolve. Em seu trabalho, percebeu que as concepções de gênero (definir masculinidades e feminilidades) bem como validar (ou não) sexualidades faz parte dos valores atribuídos dentro das notícias (VEIGA DA SILVA, 2014).

Assim, a autora conclui que o jornalismo tem gênero e ele é masculino. Percebe que não é possível distinguir o jornalista do conteúdo por si produzido, existe, então uma “relação direta entre o perfil do profissional e o tipo de notícia que o mesmo iria produzir, e que nesta relação intrínseca gênero também era [na pesquisa] um elemento pervasivo e determinante” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 199).

Com essas considerações, podemos perceber características que acercam o jornalismo e o impedem de cumprir de maneira efetiva o seu ideal de atender ao interesse da

coletividade. Desta maneira, iremos percorrer a história de movimentos que buscam produzir um jornalismo alternativo ao que é produzido no meio hegemônico até chegar as manifestações de jornalismo feminista e com perspectiva de gênero – que ativamente se preocupam com a inserção das mulheres e seus direitos dentro das pautas do jornalismo, bem como na sua produção.

3.1 O QUE É O JORNALISMO ALTERNATIVO?

Pressupõe-se que algo alternativo realiza processos contrários ou diversos ao que é considerado regular/normalizado. O jornalismo alternativo possui características que o diferem do que é produzido de maneira hegemônica pelos meios de comunicação de massa, embora possua fundamentos jornalísticos em comum no tange à cultura profissional.

A primeira vez que nos deparamos com essa terminologia no Brasil, é a partir da leitura de Bernardo Kucinski (2003) acerca dos materiais produzidos durante o período de ditadura militar (1964-1985) no país. Os veículos mapeados e analisados por Kucinski (2003) estão vinculados diretamente com os movimentos de resistência ao sistema repressivo, feitos de forma efêmera e independente.

Os jornais alternativos eram produzidos clandestinamente, com poucos recursos financeiros e, por estes motivos, a maioria acabava por ter seu período de existência reduzido. Benevenuto (2002) considera que a comunicação alternativa conquistou relevância por “[...] servir, entre outras qualidades, como fonte de consulta para o agendamento de macro e micro ações nacionais e sociais” (BENEVENUTO, 2002, p.133-134). O autor

entende comunicação alternativa como um processo de divulgação, de formação da consciência crítica, de organização e de resistência contra o domínio de uma classe sobre a outra, isto é, uma forma de comunicação dialética, de caráter dialógico, de transmissão de cultura e interlocução com seus pares (BENEVENUTO, 2002, p. 140).

Isso se reflete no conteúdo desses jornais, que buscavam, principalmente em questão aos valores éticos da profissão, suprir a demanda que não era executada por uma mídia ou veículo já consolidado naquele período, a chamada grande imprensa.

Guilherme Carvalho e Marcelo Bronosky (2017) identificam este jornalismo alternativo como:

Se apresenta como “outro” jornalismo”, ao assumir um caráter dialético presente tanto nos nomes dos veículos, como também na proposta de fazer um jornalismo diferenciado do que se verifica hegemonicamente, apresentando aspectos que

propõem uma percepção diferente sobre a realidade. (CARVALHO; BRONOSKY, 2017, p. 25).

Para Pena (2005), o jornalismo alternativo seria uma prática responsável e consciente do jornalismo. O autor identifica nessas formas de produção preceitos que seriam imprescindíveis para a atuação da profissão, já que, nesse modelo de veículo fatores empresariais e comerciais, por exemplo, não influenciariam na produção, escolhas das pautas e no processo de apuração.

Karina Woitowicz e Joana Maria Pedro (2010) caracterizam esta imprensa como uma mídia que determina suas pautas, produção e circulação de maneiras diferentes ao que é produzido hegemonicamente. “Em outros termos, está se considerando mídia alternativa a produção de grupos e movimentos sociais, que criam canais de resistência e promoção de lutas através dos seus espaços de comunicação, em diferentes suportes” (WOITOVICZ; PEDRO, 2010, p. 3). Podemos indicar que estas são experiências que buscam uma maior independência na prática do jornalismo (RENAULT, *et al.*, 2017).

Oliveira (2011) entende que o jornalismo alternativo se preocupa não somente com o conteúdo publicado, mas com todo o processo de produção e realização da prática profissional. Na tentativa de buscar algo diferenciado aos grandes meios, a preocupação com as formas de fazer podem indicar uma possibilidade para o que Veiga da Silva (2014) percebe como um grande problema das redações, quando a reprodução de valores e conceitos são feitos de maneira automática.

Esta preocupação com a prática não indica que o jornalismo alternativo vai se distanciar das técnicas jornalísticas já consolidadas. Carvalho (2014) fala que estas técnicas legitimadas pela sociedade auxiliam o processo de reconhecimento da sociedade como iniciativas sérias e que as diferenciações estarão justamente no conteúdo resultante.

Apesar de uma grande produção desta mídia ter sido registrada a partir da década de 60 por Kucinski (2003), que nomeou centenas de experiências ao redor do território brasileiro, não indica que este tipo de produção só foi identificada neste momento político. Pelo contrário, a Agência Pública possui o Mapa do Jornalismo Independente, em que coleta informações sobre iniciativas jornalísticas que se enquadrem em alguns critérios, a agência definiu o mapeamento para iniciativas que “nasceram na rede, fruto de projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas”.

A seleção da Agência mapeou cerca de 85 experiências pela internet, mas, é possível usuários cadastrarem outras experiências – que se adequem minimamente aos critérios – e estas, somadas às já registradas pela Pública, passam de 200.

O jornalismo alternativo continua a passar por mudanças de configuração, visto que a sua composição e reconhecimento se alteram diante dos anos, tanto pelo período quanto pelas condições de produção que se modificam nas cinco décadas desde o maior agrupamento destes tipos de produtos, na década de sessenta (KUCINSKI, 2003).

Apesar das diferenças e modificações, é interessante destacar que esses veículos têm uma compreensão e uma relação com questões de comunicação popular de maneira diferente dos veículos tradicionais. Regina Festa (1986) compreende que essas experiências, com seu caráter de oposição, se aproximam desses contrapontos.

A experiência brasileira mostra claramente que a comunicação popular e alternativa aparecem, desenvolvem e refletem na mesma medida da capacidade dos movimentos sociais articularem o seu próprio jeito alternativo de sociedade (FESTA, 1986, p.17).

No levantamento da Pública fica muito visível esse conceito de independência, a partir das escolhas específicas sobre temas a serem discutidos por esses portais, ou até mesmo características do jornalismo, como produção de reportagens investigativas, de entrevistas etc.

Todo conteúdo dos produtos jornalísticos passa por questões editoriais que estão intrínsecas aos interesses de editores, patrocinadores, entre outros, e é nessa característica que os jornais alternativos se distanciam. Festa (1986), indica que essas discussões aconteciam de outra maneira nos veículos alternativos. “A democracia interna, a formação de conselhos editoriais com a participação de representantes dos movimentos sociais foi a tônica dessas experiências” (FESTA, 1986, p. 17). Isso representa a diferença nas relações editoriais buscadas por esses veículos.

Nos três veículos que esta pesquisa analisa, os conselhos editoriais são formados por mulheres jornalistas, que geralmente são compostos por três a cinco pessoas. As decisões editoriais, a priori, são definidas por esses conselhos, mas não é possível identificar essa como uma característica absoluta – visto que cada portal vai trabalhar em cima de outros obstáculos, destacados neste capítulo como os desafios desse tipo de veículo.

É importante destacar que, apesar dos veículos alternativos terem relações mais horizontalizadas, assim como outros tipos financiamentos (diferente dos veículos comerciais), isso não significa que tensionamentos não aconteçam dentro de suas redações.

O jornalismo feito de formas alternativas continua reverberando e encontrou um espaço na internet para fazê-lo (CARVALHO, 2014). As possibilidades de acesso à internet, ou melhor, da hospedagem de seu conteúdo na internet poder ser feito de diversas maneiras – diferente de quando os zines, jornais e revistas impressos e de circulação limitada eram os

únicos espaços em que essas iniciativas podiam se desenvolver – facilita, de certa forma, na concentração de mídias alternativas neste espaço.

Quando pensamos na internet, entretanto, que possui teoricamente um espaço mais ‘democrático’, não podemos deixar de pontuar a crítica de que os veículos e pessoas não possuem a mesma voz e espaço dentro da internet. Com a discussão dos algoritmos, é possível observar que os portais que surgem na lógica dos jornais de grande escala, também possuem maior acesso na internet. Ou seja, apesar de proporcionar novas experiências e a possibilidade de se criar uma rede a partir das iniciativas de jornalismo alternativo, não é possível avaliar a sua efetividade de chegar até os públicos, principalmente a públicos que não vão por interesse primário buscar discussões sobre os temas abordados.

Mesmo assim, conseguimos avaliar a internet como um espaço possível para os veículos alternativos hoje. Principalmente em relação ao baixo custo de manutenção do conteúdo – quando há. O jornalismo alternativo, apesar de ser feito considerando outras maneiras de interpretar nossa realidade, por ter muitas dificuldades de custeio, é produzido em uma escala menor e com mais restrições. Muitas vezes, suas formas de sustento estão em campanhas de financiamento coletivo e publicidade de instituições.

Desta forma, essas iniciativas não conseguem realizar a produção da mesma forma que conhecemos dos grandes veículos. Isso faz com que muitos portais se especializem em temáticas, para que a cobertura seja mais completa. Carvalho e Bronosky (2017) percebem que a internet abriu as possibilidades de segmentação nos conteúdos, aproximando os leitores de seus principais interesses. Carvalho (2014) também visualiza a internet como oportunizadora de novos meios. “Se para o jornalismo comercial o desenvolvimento da internet representa uma crise, para o jornalismo o que se observa é o apontamento de oportunidades que se abrem” (CARVALHO, 2014, p. 128).

As mudanças que esse jornalismo vem enfrentando pode resultar em novas formas não só de conteúdo, mas de como o jornalista se identifica na profissão e com seu conteúdo, com uma probabilidade maior de se desenvolver o ativismo dentro do espaço jornalístico (SANTOS, 2019; PEREIRA; ADGHIRNI, 2011). Esta possibilidade, em conjunto da procura por veículos que debatam temas específicos, vai ao encontro de uma produção de jornalismo alternativo que também se segmenta para questões de gênero. O jornalismo feminista nasce do alternativo e se estrutura na internet por razões semelhantes.

3.2 CONTEXTO HISTÓRICO DO JORNALISMO FEMINISTA E COM PERSPECTIVA DE GÊNERO NA AMÉRICA LATINA

Os movimentos sociais se aproximam de espaços de mídia tanto para indicar suas ações como uma forma de reivindicação do que defendem. Com o movimento feminista não é diferente. A história da imprensa feminista possui grande relação com o período de ditadura militar – como já discutimos no último tópico e abordaremos mais à frente. Mas, existem registros de uma movimentação anterior a este tempo.

Considerando as fases do feminismo, houve diversas vertentes e discussões emplacadas pelo movimento nas primeiras décadas do século XIX. A incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos é a primeira; a segunda se caracteriza pelo ‘feminismo difuso’ em que a imprensa feminista alternativa aparece e a terceira em que é possível identificar o movimento anarquista e, em sequência, o Partido Comunista, com questões relacionadas à exploração do trabalho (PINTO, 2003, p.13-15).

Segundo Dulcília Buitoni (1980), as primeiras experiências jornalísticas que focam em discussões femininas abordam moda, literatura, família, entre outros, com sinalização de algumas revistas que debatiam questões políticas. A ‘imprensa feminina’ no Brasil é demarcada pelo período entre os séculos XVIII e XIX e pode ser caracterizada pelas temáticas já mencionadas, menos preocupada com questões políticas (BANDEIRA, 2015).

O *Espelho Diamantino* é a primeira publicação deste caráter no Brasil, datado de 1827, no Rio de Janeiro (BANDEIRA, 2015). Neste mesmo período, mais especificamente em 1873, podemos observar a experiência que Céli Regina Jardim Pinto (2003) encontra, com uma abordagem diferenciada à imprensa considerada feminina.

Francisca Senhorinha Motta Diniz foi possivelmente a primeira mulher a fundar um jornal no Brasil com o objetivo de divulgar a “causa das mulheres”. Em 1873 fundava em Minas Gerais O Sexo Feminino, que teve dois anos de duração naquele estado. Transferiu-se para o Rio de Janeiro e reeditou o jornal, que durou até 1880, passando a chamar-se 15 de Novembro do Sexo Feminino a partir da Proclamação da República. Este era um jornal que tinha tiragem quinzenal e algumas peculiaridades, pois além da preocupação com o voto, generalizada entre as mulheres que lutavam por direitos, interessava-se pelos direitos civis. Já em 1873, Francisca Diniz alertava em artigo para a ignorância em que as mulheres se encontravam em relação a seus direitos no casamento e o perigo a que estavam expostas diante de maridos que faziam do casamento uma forma de enriquecer. Segundo Francisca, as mulheres tinham de estar conscientes de seus direitos e não podiam se deixar enganar. Diante dessa situação, pregava uma educação real das mulheres, que as levaria à emancipação. (PINTO, 2003, p. 31).

Este relato nos auxilia a perceber que a imprensa preocupada com questões de mulheres e de gênero foi se desenvolvendo da mesma forma que as discussões do movimento de mulheres. Essas produções tinham um caráter de resistência aos conteúdos da dita “imprensa feminina” que também eram publicados nesse momento histórico. Martha Alvarez Lopes Makita (2019) entende que esses materiais reafirmavam funções sociais das mulheres.

ao longo do tempo, a imprensa feminina teve papel fundamental tanto na consolidação dos papéis sociais impostos às mulheres quanto na ampliação da representatividade de novos perfis e atuações que elas almejavam conquistar (MAKITA, 2019, p.02).

Essas experiências podem ser consideradas alternativas justamente pelos conteúdos tradicionais tratem de outras questões para as mulheres, a partir do seu papel social. Além de que as redações tradicionais no Brasil na década de 30 demonstravam claramente uma falta de mulheres, a partir do relato de José Hamilton Ribeiro:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estádio, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço (RIBEIRO, 1998, p. 31).

Assim, Eliza Casadei (2011) entende que a inserção das mulheres na imprensa se deu pelos trabalhos alternativos, tanto pela dificuldade da entrada das mulheres nas profissões²³ como na estrutura sexista das redações. Fato que identificamos também na pesquisa de Veiga da Silva (2014).

As discussões dos movimentos estão presentes por toda imprensa que irá se destinar a estas mulheres. Neste primeiro momento, o direito ao voto (conquistado em 1932) era a pauta principal levantada pelas mulheres – apesar de não ser a única. Discussões sobre o divórcio, sexualidade, direito à educação são temáticas levantadas como demandas do movimento e que irão aparecer nas publicações (POPADIUK; WOITOWICZ, 2018).

Após o Código Eleitoral ser publicado e incluir o direito de votar e de ser votado às mulheres, o movimento seguiu se fortalecendo. Contudo, com a instauração do golpe de estado, em 1937, o “Estado Novo”, por Getúlio Vargas, os movimentos de mulheres perdeu força e diminuiu sua atuação.

²³ Os cursos de graduação em comunicação e jornalismo abriram a partir de 1947 no Brasil. Isso aumentou o ingresso das mulheres nessas áreas (ROCHA, WOITOWICZ, 2018, p. 56).

Movimento esse que não se repetiu após o golpe de 1964 dos militares. Neste momento, as mulheres têm um grande papel no levante de bandeiras contra a ditadura e na instauração da anistia para presos políticos. Os grupos de reflexão compostos por mulheres (iniciados nos Estados Unidos, mas começados no Brasil por mulheres que voltavam do país) eram os espaços em que os debates sobre o ser mulher aconteciam. Maria Amélia Teles (1993) descreve como estes se revelaram na nova forma do movimento feminista brasileiro:

Num dos documentos elaborados por elas mesmas, há um relato de como tudo começou: [...] aos poucos, as mães, conversando umas com as outras, foram percebendo que o seu problema é o problema da vizinha também e que diante disso a gente não encontra solução sozinha [...]. Se juntar um grupo de mães de um bairro com outro, uma região com outra, é possível fazer com que todo o povo compreenda esses problemas, e assim, encontrem uma verdadeira solução (TELES, 1993, p.79).

O conteúdo destinado às mulheres neste período procurava consolidar um perfil de mulher perfeita, multitarefas, sempre com bom humor etc. Em 1968, a imprensa feminina percebe os efeitos da revolução sexual, e a revista hegemônica *Capricho* começou a introduzir artigos que falassem sobre sexo, e a importância de trabalhar fora de casa (TELES; LEITE, 2013).

Em contraponto, o combate à ditadura era o tema central dos movimentos e das publicações alternativas produzidas – mas assuntos como sexualidade, trabalho, maternidade, reivindicações de outros direitos começaram a ser levantadas pelo movimento feminista. As mulheres neste período perceberam que era necessário a criação de veículos próprios, visto que o movimento de combate à ditadura era muito vinculado à esquerda, sendo que, Teles (2013) descreve a dificuldade em inserir as questões próprias das mulheres nestes espaços alternativos de mídia – visto que se alegava falta de tempo para a discussão. Leila Barsted (1983) entende que este movimento aconteceu a partir da percepção das mulheres não serem ouvidas:

A necessidade de uma imprensa feminista própria colocou-se, assim, a partir da consciência de que os meios tradicionais de comunicação, esfera de atuação dos donos do poder, e até mesmo alguns setores da imprensa alternativa, ou ignoram a mulher, ou reforçam os estereótipos discriminatórios a seu respeito, ou a manipulam enquanto objeto de consumo-consumidora. Ou seja, negam a existência de um falar feminino e, portanto, de uma mulher sujeito de sua fala e de seu desejo. (BARSTED, 1983, p.14).

O jornalismo feminista brasileiro se consolida nesta fase e, possui pós-1974 dois momentos, de acordo com Elizabeth Cardoso (2004). A primeira geração (1974-1980), para a autora, estaria ligada ao debate das questões de mulheres versus questões gerais, como a luta

contra a ditadura. A segunda geração (1981-1999) já é fruto dessa dissociação do movimento com a esquerda, e já incorpora o conceito de gênero, assumindo temas exclusivamente relacionados às mulheres. A pesquisadora catalogou cerca de 75 periódicos feministas em todo o Brasil – considerando a primeira geração e a segunda, que vai até 1999.

Para Araújo (2000, p. 160), a produção jornalística feminista funcionava não somente como porta-voz dessas mulheres, mas como organizadora de suas militâncias. Casadei (2011) mostra que esse momento foi de uma estruturação da imprensa feminista tanto no Brasil como na Europa e Estados Unidos, por ser um período de guerras e conflitos, que geram uma maior comoção para a reivindicação de direitos (2011, p. 09).

A máxima de que os movimentos sociais se aproximam dos meios de comunicação alternativos e os utilizam como forma de organização pode ser observada também em outros países da América Latina, já que os processos históricos e políticos se assemelham aos acontecimentos vividos no Brasil, com a repressão, governos ditatoriais etc. (MONTROYA, 2005; WOITOWICZ, 2019). Woitowicz (2019) identifica:

Da resistência a regimes autoritários às lutas que caracterizam a sociedade globalizada de hoje, se entende que a visibilidade das demandas de vários grupos sociais está ligada a capacidade de afirmação de sua identidade como projeto político e seu potencial de projeção no espaço midiático (WOITOWICZ, 2019, p.54, tradução da autora).²⁴

Esta primeira geração pode ser representada pelos primeiros jornais alternativos feministas do final da década de 70, o *Brasil Mulher* (1975-1979) e *Nós Mulheres* (1976-1978). Os dois jornais buscavam o que Araújo (2000) considera como principal característica da década, “afirmava a especificidade da luta feminista, mas procurava articulá-la com a luta mais geral da sociedade brasileira contra a ditadura militar. Insistia na especificidade e não na autonomia” (2000, p. 160).

Os processos encontrados nestas experiências, apesar de se creditarem como jornalísticas, fazem parte da construção desta imprensa, que, por seu caráter clandestino, por muitas vezes não acionava os critérios e regras do processo jornalístico, como relata Rosalina Santa Cruz Leite:

Não éramos jornalistas, éramos políticas, todas militantes de algumas ações diferentes, inclusive e aprendendo a ser feminista [e] o jornal [Brasil Mulher] é

²⁴ Original: “De la resistencia a regímenes autoritarios a las luchas que caracterizan la sociedad globalizada de hoy, se entiende que la visibilidad de las demandas de distintos grupos sociales está ligada a la capacidad de afirmación de su identidad como proyecto político y a su potencial de proyección en el espacio mediático” (WOITOWICZ, 2019, p.54)

muito interessante porque mostra que éramos jovens. A maioria estava tendo o seu primeiro filho, éramos mães e estávamos tendo um contato direto com a periferia e clubes de mães. Foi ali que começamos a fazer um feminismo de base (LEITE, 2017, s/p).

Dois momentos históricos fazem com que essa mudança de temática e estruturação aconteça. O Ano Internacional da Mulher, em 1975 (já debatido no capítulo 1) e II Congresso da Mulher Paulista, em 1980 e no III Congresso da Mulher Paulista, que, para Cardoso (2004) promoveu a dissociação da esquerda e a concentração das mulheres para reivindicar seus direitos.

Nesta segunda geração proposta por Cardoso (2004), diversas iniciativas de imprensa feminista puderam ser registradas. Logo após a criação dos primeiros veículos já citados, seguiu-se o *Mulherio* (1981- 1988), *Brasília Mulher* (1982-1983), *Nzinga Informativo* (1985-1989), *Chanacomchana* (1981-1987), entre outros. A estruturação dos veículos era variada, com jornais e boletins informativos sobre os grupos feministas espalhados pelo país, como outras experiências mais próximas do jornalismo. Todas elas discutiam as temáticas de interesse das mulheres, entretanto, alguns se desdobram em outros marcos de diferença, como o *Nzinga* e a cultura negra e debate de racismo, e o *Chanacomchana* com questões mais acentuadas sobre sexualidade (POPADIUK; SCHIMITT; WOITOWICZ, 2020). O *Mulherio* se destaca por ser o periódico considerando como “o mais duradouro e o mais feminista dos jornais feministas” (KUCINSKI, 2003, p. 129).

A abertura política possibilitou que cada vez mais experiências feministas na mídia alternativa se desenvolvessem, também em outros formatos. Como refletimos no item 1, as possibilidades da internet para os movimentos alternativos com precárias condições financeiras fizeram com que diversas dessas experiências migrassem ou fossem criadas já na internet. As temáticas apresentadas na época, como direitos reprodutivos, trabalho, maternidade e autonomia política ainda são assuntos abordados na imprensa feminista hoje.

Kikuti e Rocha (2017) concluem que as experiências de imprensa feminista, em revisão histórica, perpassam várias ideologias e são diversificadas ao ponto de abrangerem vários públicos, ou seja, se adéquam aos contextos e às necessidades das mulheres. As autoras compreendem que este processo de segmentação não ocorre apenas no jornalismo independente e feminista atual:

Nesse sentido, a presente discussão concebe os sites de jornalismo autodenominados independentes destinados a públicos diversos, representando diferentes segmentos de gênero. Embora entenda que a internet tenha impulsionado a segmentação do conteúdo jornalístico em nichos, antes dela já existiam veículos segmentados destinados às mulheres. (KIKUTI; ROCHA, 2017, p. 5).

A conceituação de jornalismo feminista indica uma produção, levando em conta principalmente as experiências brasileiras de jornalismo com lutas sociais atreladas aos movimentos sociais, por sua construção histórica. Bandeira (2015) compreende que a prática deste jornalismo é:

O jornalismo preocupado com as relações de poder, com a opressão, com o protagonismo político, econômico e social da mulher que veio revestido, ao longo da história, com a denominação jornalismo feminista, que seguiu os passos do feminismo, movimento de liberação da mulher (BANDEIRA, 2015, p. 194).

O movimento da imprensa alternativa utilizar a internet como um meio facilitador para difundir o conteúdo e se gestar financeiramente, se deu da mesma forma na imprensa feminista. Rocha e Woitowicz (2018) elencam que a 4ª Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995), na discussão sobre mulheres e mídia, “assinala um marco importante no que diz respeito às mulheres e os meios de comunicação, ao destacar o acesso aos meios como uma alternativa para diminuir as desigualdades” (ROCHA; WOITOWICZ, 2018, p. 58).

As autoras também entendem que a comunicação deve ser vista como “uma esfera dos direitos humanos e como um elemento estratégico para conquistar maior equidade. [...] o que significa a gradativa inclusão da perspectiva de gênero no jornalismo e nos espaços de mídia em geral” (ROCHA; WOITOWICZ, 2018, p. 58).

Segundo Chaer (2007, *apud* ROCHA; WOITOWICZ, 2018), os fenômenos de organização de redes que discutem a perspectiva de gênero vêm do fim do século XX, em que esses grupos de mulheres “passam a se apropriar das tecnologias como forma de luta política, o que acaba por motivar a criação de redes de jornalistas com visão de gênero” (ROCHA; WOITOWICZ, 2018, p. 59).

No Brasil, o movimento de inserção dos debates de direitos das mulheres na internet se dá, principalmente, durante a “Primavera Feminista”, em 2015, que reuniu diversas mulheres às ruas, mas, também, promoveu nas redes sociais online as discussões e aproximações de uma nova parcela do movimento.

Freitas e Oliveira (2018) indicam que a inserção das produções para a internet representa também uma mudança na própria produção de conteúdo.

[...] os movimentos feministas e, conseqüentemente, seus veículos jornalísticos não apenas mudam de plataforma na segunda década do século XXI, mas também sua agenda, como reflexo do contexto social no qual se inserem, apresenta temáticas antes impensáveis, como a violência de gênero na Internet (FREITAS; OLIVEIRA, 2018, p.77-78).

Mas como fazer um jornalismo feminista? Percebemos na construção da imprensa alternativa que esta busca coberturas diferenciadas e plurais do realizado hegemonicamente. A história do movimento e da imprensa feminista se complementam, e pode-se caracterizar esta imprensa como preocupada com a inserção de mulheres no debate público e como agentes de sua própria transformação.

3.3 CARACTERÍSTICAS E MODOS DO JORNALISMO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

O jornalismo com perspectiva em gênero pode ser considerado como sinônimo ao feminista, já que também leva em conta os assuntos de mulheres e da produção destinadas a elas. O termo não sugere uma nova teoria, mas sim, se entrelaça ao jornalismo feminista por buscarem objetivos similares. Esta autora entende que a perspectiva de gênero vai além, quando busca formas, técnicas possíveis de serem aplicadas dentro do jornalismo, para efetivamente produzir uma cobertura preocupada com as questões de gênero.

Estilo, linguagem, construção de pautas e uso de dados são algumas das possibilidades do jornalismo com perspectiva de gênero para repensar a cobertura jornalística como um todo. É importante destacar o que Woitowicz (2019) pontua, de que um jornalismo com perspectiva de gênero não necessariamente se enquadra em um jornalismo alternativo. Ou seja, não é uma prática que vai ser reconhecida e utilizada somente em experiências de jornalismo que buscam se distanciar do hegemônico, e sim, assume-se o enfoque de gênero como práticas possíveis em todo tipo de cobertura.

Nesta pesquisa, evidenciamos espaços alternativos na busca por esses “modos de fazer”, que os veículos aqui selecionados se comprometem a realizar, quando se intitulam feministas, com enfoque em discussões de gênero etc.

Oliveira (2020) pontua que “pensar um jornalismo com perspectiva de gênero perpassa não apenas a construção do texto jornalístico, mas também o contexto produtivo em que é produzido” (OLIVEIRA, 2020, p.18). Assim, as questões levantadas não se bastam na discussão do conteúdo produzido, mas também em como o jornalismo, as redações, realizam seus trabalhos e escolhem suas pautas e enquadramentos – lembramos aqui das considerações da autora Márcia Veiga da Silva (2014) já vistas neste capítulo, entendendo que a reprodução de estereótipos e a manutenção de uma perspectiva masculina nas redações influencia nos produtos.

O que rege a perspectiva de gênero são manuais, documentos e ademais, principalmente produzidos na América Latina. Eles nos permitem que a discussão se aprofunde e, aqui, nos desdobramos em alguns deles. O “Manual de Género para Periodistas - recomendaciones básicas para el ejercicio del periodismo con enfoque de género” foi realizado pela *Área práctica de género del programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo en América Latina y El Caribe*, com o objetivo de orientar jornalistas latino-americanos para a cobertura do jornalismo com enfoque em gênero, com base nas experiências e dados da América Latina e Central.

Antes de expor essas orientações, é interessante entender a característica da mídia latino-americana. O Programa de Monitoramento Global de Mídia de 2020, a partir de análise e entrevista com jornalistas de todo o mundo apresentam alguns dados regionais. O relatório foi capaz de perceber que em todos os temas discutidos pelos veículos midiáticos (tv, rádio, impresso e internet), o enfoque da participação das mulheres como assunto foi de cerca de 26% na América Latina (2020, p. 21).

Além do número ser baixo, é ainda mais baixo em relação ao último levantamento, de 2015, que tinha apontado essa participação como de 29%. Ou seja, comparativamente com a participação masculina, os números de todos os levantamentos são baixos, mas, especialmente nesses cinco anos de diferença entre os estudos, 3 pontos percentuais de diferença para baixo foram identificados. O número de 26% para a América Latina se iguala ao número obtido no estudo do ano de 2010.

É visível a discrepância entre a participação masculina e feminina nesses materiais. Também é possível entender o porquê dos conteúdos com a intenção de discutir questões de gênero com jornalistas estarem sendo produzidos na América Latina.

Outra questão que é intrínseca ao espaço da perspectiva de gênero e dos países latino-americanos, é a importância de incluir as discussões sociais de classe e principalmente de raça no debate de gênero. A autora Gabriela Schander (2021) pontua que é necessária a conexão entre as temáticas, para que haja uma produção que aborde satisfatoriamente as complexidades que o assunto requisita.

Schander (2021) conclui em sua pesquisa a relação intrínseca que esse tipo de fazer jornalismo se aproxima do conceito de interseccionalidade, que já foi destacado no capítulo anterior, como essencial para pensar o feminismo e os movimentos por políticas públicas. “A perspectiva de gênero está conectada aos conceitos de interseccionalidade e diversidade, demonstrando que um recorte apenas por gênero não é o suficiente para abarcar a complexidade de cruzamentos possíveis” (2021, p.112).

Na leitura dos manuais e documentos nos deparamos com a primeira premissa do manual escrito pela ONU em 2011: “A importância de trabalhar em enfoque de gênero nos produtos e processos comunicativos está no papel da mídia e do jornalismo como agentes de socialização²⁵” (2011, p.13, tradução da autora). Nela, podemos relacionar e entender o quanto o jornalismo está atrelado aos acontecimentos e a nossa percepção de realidade.

As autoras do manual compreendem que a mídia tem um grande poder de representação e de reforço de estereótipos. “A realidade mostra concentração da mídia em poucas mãos, interconexões entre meios de diferentes formatos, com agendas informativas similares que, na maioria dos casos, replicam estereótipos²⁶” (2011, p. 13, tradução da autora).

Este não é o único manual que se aproxima dessa discussão. O texto “Hacia la construcción de un periodismo no sexista”, produzido pela *Comunicación e Información de la Mujer* (CIMAC) também pretende ser uma fonte para os/as jornalistas que procuram orientações para a produção jornalística. Esse texto apresenta um conteúdo para reflexão dos estereótipos nos meios de comunicação.

Entre os estereótipos de uso mais frequentes na produção informativa estão: ausência das mulheres em temas e como pessoas, convivência de imagens tradicionais com as novas versões de feminilidade, imagens das lideranças desde a ambição e como supermulheres, uso de adjetivos femininos que se associam à fragilidade, incompetência e beleza e simplificações em temas como maus tratos: vítimas contra o carrasco, “pobre vítima”, o “maldito carrasco” (2009, p. 33, tradução da autora).²⁷

Mas podemos questionar o que é um jornalismo com perspectiva de gênero. Para o Manual de Género para Periodistas, “[...] a comunicação com enfoque de gênero não é escrever, informar, nem falar só sobre mulheres, do que se trata é de adicionar uma nova categoria de análise da realidade para a construção do discurso comunicativo²⁸.” (2011, p. 21, tradução da autora).

²⁵ Original: “La importancia de trabajar el enfoque de género en los productos y procesos comunicativos radica en el papel de los medios y del periodismo como agentes de socialización” (p.13).

²⁶ Original: La realidad muestra concentración de medios em pocas manos, interconexiones entre médios de distinto formato, com agendas informativas similares que, em La mayoría de los casos, replican estereótipos” (p.13).

²⁷ Original: Entre los estereotipos de uso más frequentes en la producción informativa están: ausencia de las mujeres en temas y como personas, convivência de imágenes tradicionales con las nuevas versiones de feminidad, imágenes de las líderezas desde la ambición y como supermujeres, uso de adjetivos masculinos que hacen referencia a competencia y fuerza y adjetivos femeninos que se asocian a la fragilidad, incompetencia y belleza y simplificaciones en temas como el maltrato: víctimas contra verdugos, “pobr e víctima” o “maldito verdugo” (p.33).

²⁸ Original: “[...] la comunicación con enfoque de género no es escribir, informar ni hablar solo sobre mujeres, de lo que se trata es de añadir una nueva categoría al análisis de la realidad para la construcción del discurso comunicativo (p.15)

O Manual indica um passo a passo de busca de informações que pode auxiliar na produção de um jornalismo com enfoque de gênero. E é a partir dessas sugestões que podemos imaginar, de maneira prática, como inserir o enfoque de gênero nas produções jornalísticas:

1. Buscar, sempre que possível, dados diferenciados por sexo. 2. Ter em mente a condição e posição das mulheres a respeito dos homens e a situação a analisar ou descrever. 3. Como afetam as relações de gênero em uma situação determinada? 4. Detectar os fatores de desigualdade que afetam a homens e a mulheres em uma situação determinada. 5. Reconhecer as estruturas que mantêm e reproduzem essas desigualdades em uma situação determinada. (2011, p. 34-42, tradução da autora).²⁹

As informações são as principais matérias-primas de um produto no jornalismo, a busca de dados reflete na qualidade e no resultado do conteúdo. É a partir deles que os conteúdos tomam fôlego e contabilizam a credibilidade da informação. Incluir as discussões de gênero, das desigualdades refletidas nesses dados compreende em refletir e analisar de outra maneira os acontecimentos na sociedade.

Quanto às desigualdades de gênero, reconhecer as posições sociais diferentes em que os homens e mulheres atuam na sociedade determina um sentido para os materiais que engloba não só um ponto de vista, mas variados. O manual criado pela CIMAC considera que essa produção jornalística precisa considerar os impactos entre homens e mulheres nos temas políticos e sociais. “Isto implica tomar conhecimento que há diferenças nas necessidades e realidades de ambos os sexos” (2009, p. 82)³⁰.

A linguagem, portanto, têm papel essencial nas produções jornalísticas. Oliveira (2020) compreende que é a partir dela que se pode realizar mudanças duradouras e efetivas na profissão e, também, na sociedade. Utilizando a linguagem como ferramenta de mudança, empenha ao jornalismo a responsabilidade de promover um debate consciente e diverso.

Todavia, podemos nos perguntar os porquês de que essas práticas não são utilizadas de forma geral. É de entendimento desta pesquisa que as estruturas do jornalismo e da sociedade, baseadas e construídas em espaços patriarcais, de silenciamento, não condizem com a criação de um espaço preocupado com debates da maioria minorizada da população.

²⁹ “1. Busca, siempre que te sea posible, datos desagregados según sexo. 2. Tem em cuenta ela condición y posición de las mujeres respecto a los hombres em la situación a analizar o describir. 3. Cómo afectan las relaciones de género em una situación determinada? 4. Detectar los factores de desigualdad que afectan a hombres y a mujeres em una situación determinada. 5. Reconocer las estructuras que mantienen y reproducen estas desigualdades em una situación determinada.” (34-42)

³⁰ Original: “Esto implica tomar em cuenta que hay diferencias em las necesidades y realidades de amos sexos” (p.82).

Dessa forma, as autoras do manual da PNUD (2011) registram vários obstáculos e dificuldades que, mesmo os jornalistas que buscam se concentrar no enfoque de gênero, tem durante a produção. As autoras citam os vazios formativos de como tratar a perspectiva³¹, as dificuldades para encontrar informações e dados distinguidos por sexo, a carência de relação com outras fontes especializadas e a falta de tempo para aprofundar as temáticas, entendendo que a rotina profissional do jornalista requer agilidade, rapidez.

Hall et al (1993), em seu estudo, compreende que, na busca das fontes e em seus usos, muitas vezes reproduzindo os mesmos padrões, acontece pelas pressões de trabalho, da busca pela objetividade no jornalismo etc.

Até aqui, percebe-se que a discussão da inclusão de gênero nos conteúdos jornalísticos concentra não somente na representatividade, mas também na própria fidelidade na construção da realidade e do dever jornalístico. Nossa pretensão com este trabalho é de dar continuidade a produção de conhecimento acerca das produções que se debruçam sobre a perspectiva de gênero no país e buscam trazer reflexões e novas formas de produzir jornalismo.

No próximo capítulo, iremos explicitar os caminhos metodológicos percorridos por esta pesquisa, bem como as ferramentas e escolhas que foram realizadas no percurso. Ademais, os portais que são objeto da análise e tem destaque nesta dissertação serão apresentados para o leitor ou leitora.

³¹ Bruna Camargo e Karina Woitowicz (2018) realizam um trabalho de mapeamento das disciplinas nos cursos de comunicação em universidades do Paraná, em busca da temática de gênero. O resultado da pesquisa, é que nenhum dos currículos pesquisados abordam questões de gênero na formação profissional, apesar de perceber que a temática aparece em grupos de pesquisa e extensão.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS E OS PORTAIS DO ESTUDO: CATARINAS, AZMINA E GÊNERO E NÚMERO

4.1 PERCURSO METODOLÓGICO

É a partir da escolha – e principalmente, da execução – da metodologia de uma pesquisa que o trabalho se reconhece e se desenvolve. Os objetivos desta dissertação só são alcançados se todo esse percurso é satisfatório. Em primeiro momento, o trabalho apontava a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009) como o principal meio de observar as questões levantadas.

Com o polimento dos objetivos e problemáticas de pesquisa, optamos por outra abordagem para a metodologia, buscando um processo que contribuísse de forma mais assertiva para pensar o jornalismo com perspectiva de gênero e a cobertura eleitoral.

Assim, escolhemos a análise de cobertura jornalística (ACJ), proposta por Silva e Maia (2011), como uma possibilidade metodológica. Esta escolha, por avançar para um método que seja do próprio campo do jornalismo, nos dá margem para contribuir tanto para o desenvolvimento do método, como também aproximar as discussões e categorias para o campo jornalístico. Entretanto, a Análise de Conteúdo não foi completamente descartada. Ela servirá como apoio nas definições de características das temáticas dos produtos analisados.

Anterior a estes processos, nos debruçamos na coleta e no conteúdo empírico. Para atender aos objetivos, a pesquisa empírica busca os conteúdos publicados em três portais com perspectiva de gênero no Brasil. Os portais *Catarinas*, *Gênero e Número* e *Revista Azmina* foram escolhidos por serem veículos alternativos que se aproximam entre si, em relação aos conteúdos publicados. O que se observa neste trabalho é a relação de uma cobertura sobre política que se empenhe em compreender o debate de gênero e torná-lo intrínseco à produção jornalística.

Os meses que compreendem esta pesquisa – julho a dezembro de 2018 – objetivam a abarcar todo o período de pré-candidaturas, campanhas eleitorais, as eleições propriamente ditas e os primeiros desdobramentos a partir dos resultados – conhecidos ao fim do mês de outubro. Com essa extensão de seis meses, podemos avaliar a construção das temáticas dentro dos portais, e como eles veem a produção política-eleitoral no seu fazer jornalismo com perspectiva de gênero.

A partir da coleta dos três portais no período indicado, iniciam-se as primeiras abordagens de análise, que serão descritas a seguir. Com as análises pretendemos identificar

as principais características da cobertura eleitoral nos veículos alternativos, bem como a forma que se posicionam (ou se se posicionam) dentro do cenário político do país.

A coleta foi realizada nos últimos meses de 2021 (novembro e dezembro) e início de 2022 (janeiro e fevereiro), seguindo o cronograma de pesquisa. A busca pelos conteúdos publicados pelos três veículos se deu por busca diretamente no portal de cada veículo – sem se atentar para a publicação em redes sociais, por exemplo. A lista completa de cada portal surgiu a partir da busca por uma editoria/categoria em cada portal que se destinasse ao material de política, e depois a busca pelas datas que fazem parte da pesquisa. Outra possibilidade foi a busca por palavras-chave nos portais, como: eleições, eleições 2018, política, editorial (aqui, para buscar com maior ênfase textos editoriais de cada portal); e pelos nomes de todos os candidatos à presidência do Brasil: Álvaro Dias, Cabo Daciolo, Ciro Gomes, Fernando Haddad, Geraldo Alckmin, Guilherme Boulos, Henrique Meirelles, Jair Bolsonaro, João Amoedo, João Goulart Filho, José Maria Eymael, Marina Silva e Vera Lucia. Além dessas buscas, a terceira opção serviu como confirmação do conteúdo já coletado, e acréscimo de conteúdos que, por algum motivo, acabam ficando de fora das categorias dos próprios portais: a busca geral das publicações dos veículos no período que abrange a pesquisa.

A seguir, iremos desdobrar a análise de cobertura jornalística proposta pelas autoras Silva e Maia (2011) e, a partir disso, esclarecer as adaptações necessárias para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como a classificação de todas as categorias utilizadas pelo trabalho.

4.2 ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA

O processo metodológico das autoras parte do princípio de que “o processo manifesta-se no produto, em maior ou menor medida” (SILVA; MAIA, 2011, p. 23). Isso significa que o texto possui marcas de apuração e de outras questões que antecedem o produto. O objetivo é estar atenta a essas características, além do que o conteúdo irá dizer. Assim, é possível observar tanto o produto quanto marcas de sua produção, escolhas editoriais e as formas que esses veículos alternativos com perspectiva de gênero conseguem realizar seus procedimentos. “O protocolo ajuda a pensar, a identificar e a tipificar as especificidades da atividade jornalística, mapeando tendências e possíveis lacunas na obtenção, averiguação e apresentação das informações” (SILVA; MAIA, 2011, p. 26).

Inicialmente, a ACJ é pensada para textos jornalísticos impressos e informativos e estes são os primeiros fatores que precisam de modificações. O jornalismo na internet possui diferentes formas de publicação, principalmente por não se limitar apenas ao texto escrito, mas com atenção para variados conteúdos multimídia (CANAVILHAS, 2014), que fazem parte desta análise.

O segundo ponto é o gênero informativo, que não está sozinho nessa pesquisa – a identificação dos conteúdos opinativos dos portais também fará parte do escopo. As sugestões para incluir esses conteúdos na análise serão feitas dentro das categorias propostas.

O último ponto de mudança se expressa na classificação das fontes. Na análise piloto em temporada de qualificação deste trabalho, percebemos dificuldades no preenchimento dessas fontes, principalmente quando refletimos sobre suas funções nos textos, por isso, realizamos uma troca de categorização, descrita mais à frente.

O protocolo sugere três níveis de observação nos conteúdos: I) Marcas de apuração; II) Marcas da composição do produto e III) Aspectos do contexto de produção. O primeiro irá levar em conta o texto/conteúdo multimídia em si, buscando definir os processos que levaram até o resultado, bem como as características do produto. O segundo nível vai observar questões gerais sobre o conteúdo e os recursos que são utilizados para complementação. O terceiro vai se aprofundar nos contextos históricos, sociais e políticos das temáticas abordadas, bem como o período em que os textos são publicados (SILVA, MAIA, 2011).

Aqui, desenvolvemos um esboço dos elementos que a ACJ irá se debruçar, levando em conta as mudanças necessárias:

I) Marcas de apuração

- Assinatura: - Local (Repórter da redação); correspondente; enviado especial; colaborador; outros
- Local da Apuração: - Interno ou Externo
- Origem da informação
 - Fontes femininas/masculinas
 - Fontes Oficiais, Fontes Empresariais, Fontes Institucionais, Fontes Populares, Fontes Notáveis, Fontes Testemunhais, Fontes Especializadas, Fontes Referenciais e Fontes Temáticas³².

³² A categoria de fonte temática é desenvolvida especialmente para este trabalho, de forma a adequar uma necessidade de pesquisa, que será identificada a frente.

II) Marcas da composição do produto

Gênero jornalístico/formato:

- Nota; Notícia; Foto notícia; Entrevista; Reportagem; Reportagem especial; Editorial; Artigo de opinião

Localização do texto no veículo:

- Editoria, categoria, caderno

Temática: tema abordado pelo conteúdo.

Recursos visuais e multimídia:

- Gráficos, Infográficos, Fotografia, Vídeos, Hiperlinks, Boxes, Imagem não fotográfica, Animações, entre outros.

III) Aspectos do contexto de produção

Categorização contextual: - Contexto interno: perfil do veículo jornalístico e de sua redação, público-alvo etc. - Contexto externo: características do tema/acontecimento e da conjuntura social/política/econômica do período.

A partir desse esqueleto, podemos destacar os pontos de mudança e desdobrar todas as categorias de análise aqui utilizadas. A primeira mudança diz respeito ao primeiro nível de observação – sobre as marcas de apuração. Aqui, a mudança na classificação das fontes se deu pela inviabilidade do uso das categorias originais da ACJ para pensar as funções das fontes consultadas. Em diálogo com os manuais de jornalismo com enfoque em gênero que compõem este trabalho, a primeira intenção é distinguir as fontes por gênero: masculino e feminino e/ou outros. Essa diferenciação possibilita a análise de como esses veículos utilizam as fontes e se existe uma diferenciação no tratamento e recorrência destas fontes.

Depois dessa primeira identificação é interessante ver quais papéis as fontes desempenham na composição dos textos. Para isso, substituímos a categorização original pela de Schmitz (2011) que determina elementos a serem observados para classificar uma fonte. O elemento utilizado aqui é o referente ao grupo (SCHMITZ, 2011, p. 23).

Nesta classificação, o autor indica oito tipos de fonte: oficial; empresarial; institucional; popular; notável; testemunhal; especializada e referencial. Schmitz (2011) compreende que as informações possuem origens, e “quem informa é reconhecido pela

notoriedade, testemunha ou especialização” (2011, p. 24). Os grupos sociais podem ser representados por indivíduos ou por porta-vozes, como a assessoria de imprensa.

As fontes **oficiais** são indivíduos em cargos públicos que representam certo órgão estatal. As **empresariais** representam corporações e indústrias. As **institucionais** podem ser observadas a partir de representantes de instituições sem fins lucrativos ou grupos sociais. As **populares** são as pessoas comuns, que se manifestam por si só, enquanto testemunha. As **notáveis** representam pessoas notadas por talento ou fama, geralmente das artes. As **testemunhais** funcionam como álibi para o jornalismo, “pois representa aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observadora” (2011, p. 26). As **especializadas** são as fontes que são procuradas para contextualizar, explicar o tema discutido. Por fim, as **referenciais** são as fontes de pesquisa, livros, pesquisas e documentos que complementam as reportagens (SCHMITZ, 2011, p. 25-27).

Aqui, ainda utilizamos de mais uma categoria para compor a ACJ aqui desenvolvida, que é a criação da categoria de **Fontes Temáticas**. Por se tratar de um período eleitoral, existem fontes que são consultadas especialmente por estarem envolvidas neste período de campanha e processo eleitoral. Dito isso, entendemos que encaixá-las em outras categorias faria com que perdêssemos dados cruciais sobre as escolhas de fontes, principalmente, envolvidas nas eleições de 2018. Assim, pré-candidatas/es/os; candidatas/es/os são designadas para esta categoria.

As próximas mudanças dizem respeito ao segundo nível de observação – marcas da composição do produto. Aqui, incorporamos na análise a adesão de textos opinativos e editoriais.

Para compreender as características de cada gênero, nos debruçamos nas definições de Jorge Pedro Sousa (2001) que considera como os principais gêneros jornalísticos: notícia; entrevista; reportagem; crônica; editorial e artigo (de opinião, análise etc.) (2001, p. 231).

Nesta pesquisa, entendemos como reportagem, notícia, entrevista e nota como textos jornalísticos informativos, a partir de Sousa (2001). E crônica, editorial e artigos como textos jornalísticos argumentativos.

Dentro dos textos informativos, a **notícia**, de acordo com Sousa (2001, p.232), “[...] é, essencialmente, um pequeno enunciado reportativo, um discurso sobre um acontecimento recente”. O autor indica que essa produção é o gênero básico do jornalismo, com “informação nova, atual e de interesse geral (2001, p. 232). Já a **entrevista** é uma técnica importante para a produção do conteúdo jornalístico, na obtenção de informações. Mas, a entrevista como gênero não tem a mesma função que o uso como confirmação e veracidade do conteúdo. “Só

se considera a entrevista como um gênero jornalístico autônomo quando é apresentada isoladamente ou como parte importante de uma peça jornalística” (SOUSA, 2001, p. 235). Ela como gênero corresponde à transposição de perguntas e respostas na íntegra ou com pequena edição acerca de um tema, personalidade, entre outros.

No que diz respeito a **reportagem**, o autor identifica como um gênero jornalístico híbrido, que pode obter elementos de todos os principais gêneros jornalísticos: “A reportagem é um espaço apropriado para expor causas e consequências de um acontecimento, para o contextualizar, interpretar e aprofundar, mas sempre num estilo vivo, que aproxime o leitor do acontecimento” (SOUSA, 2001, p. 259).

Poderíamos aqui nos concentrar em outras definições de reportagem, principalmente por estarmos considerando conteúdos publicados diretamente na internet. Entretanto, a função deste trabalho não é discutir todos os formatos de reportagem existentes no online, mencionando apenas quando houver diferentes modelos de publicação. As características de um *webjornalismo* serão discutidas de forma mais ampla nos recursos visuais e de complementação.

Outra possibilidade de gênero jornalístico que não faz parte da análise, mas que, depois de sua produção, pudemos perceber características é o gênero **interpretativo**. Campos (2009) classifica o gênero próximo do opinativo, mas o principal diferencial estaria em “deixa para o leitor a decisão de acatar ou não a informação passada do modo mais claro e mais explicativo possível, sempre buscando a contextualização histórica, o entorno do fato, os detalhes [...]” (CAMPOS, 2009, p. 130). Apesar de ser um gênero não abordado na classificação da análise, será um gênero mencionado no capítulo de análise, por ser uma maneira que os portais encontram de expressar posicionamentos, sem deixar o conteúdo informativo de lado.

Quando nos debruçamos aos textos opinativos, percebemos que, na concepção do autor, o **editorial** é um gênero argumentativo, que apresenta o posicionamento de um veículo sobre assuntos específicos. Já o **artigo de opinião ou análise** compreende os textos de origem interpretativa, explicativa e/ou persuasiva que abordam temas de interesse do público (SOUSA, 2001, p. 281-298).

Outra mudança que compõe o segundo centro de observação vai ao encontro do entendimento dos recursos visuais, que estão muito mais presentes no espaço online, e não devem ser vistos apenas como “adicionais” (termo que faz parte da categorização da ACJ) e sim como material essencial para ser caracterizado como parte do online – entendendo que ser multimídia vai além de recursos de agregar o conteúdo, mas requisito para sua presença na

internet. Como Longhi (2015) descreve quando retrata as características das reportagens multimídia, que fogem das imagens estáticas, em busca de formas mais expressivas para alimentar os conteúdos (2015, p. 12).

Aqui, também se enquadra a leitura dos vídeos que fazem parte das publicações. Nesta pesquisa entendemos que esse tipo de produção faz parte do conteúdo final, e assim, foram lidos de maneira integral e analisados em conjunto com o material de texto escrito.

Quando decidimos ampliar a importância dos recursos multimídia dos conteúdos web na ACJ, eles se tornam como uma categoria a mais de análise. Com o entendimento de Canavilhas (2014) das possibilidades de recursos nos materiais jornalísticos, elencamos todas as formas que poderiam ser encontradas: hiperlink, vídeos, áudio, foto, ilustração, infográfico, gráfico, animações. Boa parte dessas possibilidades podem ser encontradas em materiais impressos, tanto que já são citadas pela ACJ. Todavia, entendemos que pela internet ser um espaço com um uso mais recorrente de recursos multimidiáticos, essa análise depende de um olhar mais complexo. O resultado desta listagem estará no próximo capítulo, em que podemos concluir com os usos feitos desses recursos pelos três veículos alternativos.

A última categoria das Marcas de Composição da ACJ vai permitir um olhar para as temáticas retratadas pelos conteúdos jornalísticos. Escolhemos reunir esta última categoria com a análise dos aspectos de contexto, já que as temáticas complementam as discussões sobre os contextos dos veículos, como também do período estudado.

As definições temáticas não são fixas, e podem mudar de acordo com o produto/período e interesse de pesquisa. Neste trabalho, escolhemos reunir as temáticas em categorias que agrupem os temas abordados e auxiliem na visualização da cobertura e de suas características.

Esse trabalho de definição das categorias foi realizado durante e após a leitura do material coletado para análise, o que facilitou a organização dos itens. Ao todo, foram nove categorias temáticas criadas para suprir as necessidades e os resultados obtidos pela análise.

Para complementação, é necessário informar que diversas matérias poderiam estar alocadas em diversas categorias, mas seguindo as definições da metodologia, que iremos desdobrar à frente, os textos foram designados às temáticas que predominam nos materiais. Esse olhar só foi possível de ser desenvolvido com o uso da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009).

A análise de conteúdo (AC) é um método empírico que, para Laurence Bardin (2009, p. 30-31), necessita de adequação, a partir do que será pesquisado. “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou,

eventualmente, recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2009, p. 38).

Este tipo de análise permite que o analista categorize elementos comuns dos textos para visualizar resultados. Caregnato e Mutti (2006) compreendem a realização da AC em três etapas:

A técnica de AC se compõe de três grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação. A mencionada autora [Laurence Bardin] descreve a primeira etapa como a fase de organização, que pode utilizar vários procedimentos, tais como: leitura flutuante, hipóteses, objetivos e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação. Na segunda etapa os dados são codificados a partir das unidades de registro. Na última etapa se faz a categorização, que consiste na classificação dos elementos segundo suas semelhanças e por diferenciação, com posterior reagrupamento, em função de características comuns (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 683).

A autora ainda sugere que as categorias, no momento de criação, cumpram cinco regras, para definir sua validade. São elas: homogêneas, com conteúdos que se aproximem; exaustivas, que pretendam esgotar o texto; exclusivas, em que um único elemento não deve estar em mais de uma categoria; objetivas, que facilitem os resultados; e adequadas, que se aproximem do objetivo e do conteúdo (BARDIN, 2009, p. 36).

Foi olhando para esses mecanismos e passos atribuídos pelos autores, que conseguimos realizar a definição das categorias temáticas que vão estar presentes na análise. Com a leitura inicial dos textos coletados, destacamos as temáticas e narrativas presentes em cada material. Após esse movimento, pudemos distinguir qual era de fato o principal mote do conteúdo e realizar a diferenciação.

Muitas vezes as próprias editoriais, títulos e subtítulos já indicavam o enfoque, facilitando esse processo. A partir dessa lista dos três portais, a criação das categorias foi realizada. A seguir, no Quadro 1, os nove itens e suas descrições estão dispostos:

Quadro 1: Definição das categorias temáticas preparadas para a Análise de Cobertura Jornalística

Categoria Temática	Definição
Campanha	Conteúdos que se concentrem nas campanhas eleitorais, questões relacionadas às Eleições, como Fundos Eleitorais, candidaturas laranjas etc.
Direitos Reprodutivos	Os materiais que destacam questões sobre aborto, desde legislação à saúde pública, controle de natalidade, discussões sobre contraceptivos, entre outros, entram nesta

	categoria.
História e Movimento	A categoria engloba as matérias que busquem reflexões a partir da história dos movimentos sociais, do feminismo, que seu principal destaque seja o caráter histórico do conteúdo.
LGBT+	Dispõe sobre o material que apresenta seu conteúdo com maior destaque às representações, direitos, histórias de sexualidades dissidentes.
Raça	Conteúdos que evidenciem raça como a problemática principal do material.
Religião	Os materiais que destacam as questões envolvendo religiões diversas fazem parte desta categoria.
Representatividade	A representatividade entra aqui como a categoria que vai abordar as matérias que vão ter como principal mote a participação de mulheres em locais de poder e visibilidade, conquistas, desafios.
Violência	Materiais que se concentrem nas questões de violência, seja física, psicológica, sexual, política, infantil etc.
Vozes	A categoria engloba as matérias que designam seu espaço para que as candidatas de vários cargos legislativos e executivos possam canalizar suas vozes.

Fonte: A autora, 2023.

Assim, finalizamos a descrição dos procedimentos metodológicos da pesquisa. Seguimos então, para entender quais são esses objetos empíricos do estudo.

4.3 APRESENTAÇÃO DOS PORTAIS

O foco deste trabalho é pensar a cobertura jornalística eleitoral feita por portais alternativos que se aproximem dos debates de gênero. Já desdobramos as possibilidades e as motivações para que estes portais se desenvolvam (Capítulo 2). Agora, apresentamos os veículos escolhidos para fazer parte desta pesquisa, com o intuito de mostrar as especificidades e a história de cada um. Com esse conhecimento, poderemos realizar uma análise que leve em consideração as formas de produção, as escolhas e os perfis de cada portal.

4.3.1 Portal Catarinas

Catarinas se identifica como um portal de jornalismo independente, feminista e antirracista. Em sua linha editorial, o site assim se sustenta: “Desenvolvemos jornalismo de causa, com atuação feminista e antirracista no âmbito da afirmação dos direitos humanos e direitos fundamentais para a garantia de uma sociedade mais justa, democrática e plural” (CATARINAS, 2023).

Figura 1: Screenshot da página inicial do *Portal Catarinas*



O site é produzido em Santa Catarina, na capital Florianópolis, que é considerado pela equipe como o estado mais conservador do país, e possui números altos em relação à violência doméstica e feminicídio³³. O portal se alinha aos movimentos feministas atuais para que “nossas vozes sejam ouvidas”.

Desde 2016, é espaço de debate e de interesse nas questões de gênero. O portal surge de uma iniciativa menor, o ‘somos muitas’ que por um tempo foi um blog alimentado com posicionamentos, notícias de eventos e manifestações feministas e outras atividades que as

³³ O estado de Santa Catarina atingiu a marca de um dos estados mais feminicidas durante a pandemia, de acordo com os levantamentos da Secretaria de Segurança Pública (vide matéria <https://catarinas.info/santa-catarina-esta-entre-os-estados-mais-feminicidas-na-pandemia/>). E o número de feminicídio aumenta em 2022 com o dobro de casos no estado (vide matéria <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/g1-santacatarina-10-anos/noticia/2022/07/14/feminicidios-dobram-em-2022-em-sc-e-media-de-idade-das-vitimas-e-de-36-anos-veja-perfil-das-mulheres.ghtml>)

autoras acompanhavam. É do desejo de uma cobertura diferenciada que o portal surge, e entende o ativismo como parte da prática.

Somos ativistas NO jornalismo, a partir do olhar político e ético para a necessidade da transformação social, e ativistas DO jornalismo enquanto profissionais que atuam pelo direito de exercerem sua profissão que é fundamental para uma sociedade democrática (CATARINAS, 2022).

Francielle Esmitez da Silva (2019), em sua dissertação, analisa o portal a partir de entrevistas com as criadoras e compreende que:

[...] o portal *Catarinas* nasce como o primeiro portal feminista de jornalismo. Ainda que existissem outras iniciativas de comunicação e gênero no estado [Santa Catarina], o *Catarinas* busca produzir conteúdo e informação sobre e a partir de gênero, contribuindo para que essas narrativas também tenham espaço, trabalhando pela equidade de gênero e transformação social (SILVA, 2019, p.116).

O veículo busca a pluralidade de fontes e valorização das vozes das mulheres que, segundo o grupo, são invisibilizadas na mídia tradicional. Além das reportagens, o portal possui 24 colunistas que colaboram sem periodicidade regular.

Catarinas divide suas publicações em: notícias, especiais, *Webstories*, entrevistas, podcasts e opinião. Nas seções temáticas, as matérias possuem subcategorias de identificação, como: feminismos, política, corpo, violências, território, movimentos sociais, cultura e América Latina. Já o conteúdo de opinião se ramifica para os editoriais, artigos e colunas.

As *webstories* compõem conteúdo em formato interativo e em *stories* – formato relacionado ao Instagram. As colunistas estão reunidas nesta outra divisão, tendo colunas de pessoas físicas, coletivos, grupos, entre outros.

O site se considera um canal de comunicação livre, com acesso gratuito apesar das dificuldades de financiamento para sustentar as produções. É de interesse do portal convergir os eixos principais com outras áreas como políticas, saúde, cultura etc. É possível observar que o portal se identifica e fortifica através de parcerias, uma delas é a *Agência Patrícia Galvão*, que publica diversas matérias das *Catarinas* em sua própria plataforma. É uma forma de divulgar com mais afinco e para mais pessoas as informações e apurações do veículo. Outras parcerias que podem ser citadas são: com o portal *The Intercept* – que destacamos mais a frente; com a *Artigo 19*, na produção de reportagens e um livro; e o grupo de pesquisa *Prosa*, da Universidade Federal de Santa Catarina.

As redes sociais são importantes para os veículos alternativos que são nativos da internet. A atuação do *Portal Catarinas* nesses espaços tem maior expressividade, em números, no

Instagram com 62 mil seguidores. Isso é seguido pelo *Facebook* com 46 mil curtidas e o *Twitter* e *TikTok*, com as menores abrangências, de 5,8 mil seguidores e 422 seguidores, respectivamente.³⁴

Uma especificidade do portal é que o uso das redes sociais não está somente na propagação do conteúdo, mas também, algumas atividades específicas, principalmente no *Instagram*, com a cobertura de manifestações e atos, na categoria ao vivo da plataforma.

O financiamento do *Catarinas* consiste nas campanhas de financiamento coletivo, divulgadas dentro do portal e em suas redes sociais.

No ano de 2022, o portal recebeu atenção nacional a partir de uma investigação realizada em conjunto com o *The Intercept* sobre o caso da juíza em Santa Catarina³⁵ que induz uma menina de 11 anos a continuar uma gravidez depois de ser vítima de estupro e desistir do aborto legal. O caso ganhou repercussão em todo o Brasil, com diversos desdobramentos, e tem o *Catarinas* como um dos produtores dessas reportagens.

4.3.2 Revista Azmina – Jornalismo e tecnologia pela igualdade de gênero

A *Revista Azmina* registra seu início em maio de 2015, por um financiamento coletivo que proporcionou a criação do site e as primeiras reportagens. Nomeia-se como uma revista online e produz conteúdo para acesso gratuito em seu site e redes sociais. O veículo tem como cidade “casa” São Paulo/SP, entretanto, possui colaboradoras de diversos lugares do país, tratando de assuntos em caráter nacional. A iniciativa já foi premiada em 2017 no Troféu Mulher Imprensa na categoria “Melhor Projeto Jornalístico”.

Figura 2: *Screenshot* da página inicial da *Revista Azmina*

³⁴ Os dados das redes sociais do *Portal Catarinas* foram atualizados pela última vez nesta pesquisa em 08/02/2023. Esses dados podem variar conforme o tempo.

³⁵ A matéria, intitulada: “[“SUPORTARIA FICAR MAIS UM POUQUINHO?” Vídeo: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto legal](https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/)” pode ser acessada pelo link: <https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>

Gabriela Schander e Daiane Bertasso (2019, p. 12) compreendem a produção da revista como uma maneira de ressignificar os conceitos jornalísticos por ocupar um “lugar outro” no jornalismo.

Um jornalismo feminista, que se mostra combativo, ideologicamente comprometido e posicionado, é uma das formas de se fazer conhecer mulheres e assuntos invisibilizados pela mídia tradicional e, de fato, de fazer valer a ideia de uma prática orientada pela ideia de conhecimento (SCHANDER; BERTASSO, 2019, p. 12).

Os autores Rodrigo Rodembusch e Gabriela Fritsch (2017) refletem sobre o objetivo da produção da revista como de “contribuir para a redução das desigualdades de gênero do Brasil” (2017, p. 9-10) e de modificar os discursos e representatividade utilizados no jornalismo.

A equipe traz à tona publicações que normalmente são esquecidas pela imprensa brasileira, como a falta de representação política da mulher e a violência doméstica. Os editoriais de moda, por exemplo, estão de acordo com princípios de sustentabilidade e rompem com o padrão de beleza inatingível, além da não utilização de Photoshop. (RODEMBUSCH; FRITSCH, 2017, p. 09-10).

Na apresentação, o portal busca diversidade e afirma que isso é buscado internamente na escolha de sua equipe de jornalistas. “Hoje, nossa turma é formada por 20 mulheres localizadas em cinco estados, sendo 65% de pessoas negras, 35% LGBTQIA+ e 25% de jovens” (AZMINA, 2022).

Em seu conteúdo, a revista se divide em: categorias temáticas – que englobam reportagens e especiais; na categoria de opinião; na ‘Divã d’Azmina’ e no *Webstories*. Os principais eixos temáticos, com destaque na *home* do portal são: política, violência, saúde e feminismos. Outros eixos como cultura, comportamento, esporte também aparecem. Na

divisão de opinião, temos a listagem de oito colunas ativas, entre elas, colunas das criadoras e editoras da revista, como Nana Queiroz e Helena Bertho. O Divã d’Azmina é o espaço colaborativo do site, em que recebe contribuições e histórias de leitoras. Por fim, a categoria *Webstories* reúne os conteúdos feitos no mesmo formato de *stories* – desenvolvido pelo Instagram.

Por ser um veículo nativo na internet, ou seja, que teve seu desenvolvimento voltado para as mídias digitais, sem contato com produção física anterior, a presença nas redes sociais faz parte da linguagem do portal. A *Revista Azmina* possui perfil nas principais redes sociais: *Youtube* (29,9 mil inscritos), *Facebook* (128 mil curtidas), *Instagram* (111 mil seguidores), *Twitter* (45 mil seguidores) e, mais recentemente, o *Tiktok* (7,3 mil seguidores).³⁶

As postagens são diárias, mescladas com conteúdo jornalísticos (publicados com menor frequência) e os demais eixos da revista. Além de produção de conteúdo, o veículo já realizou campanhas de conscientização na internet e de luta contra o machismo, como: “MachismoNãoÉBrincadeira, Carnaval Sem Assédio e #VamosMudarOsNúmeros.

A *Azmina* atua em outras frentes fora do trabalho jornalístico. A instituição sem fins lucrativos (*Instituto Azmina*) busca usar a informação para combater as violências que atingem as mulheres no Brasil e atua desde 2017. O instituto gerencia levantamentos e projetos jornalísticos como o Mapa das Delegacias da Mulher e o aplicativo PenhaS, lançado em 2019, que prevê auxiliar mulheres em situação de violência. Ele possui três aparatos principais: o de contatos urgentes (em que a vítima escolhe pessoas próximas para serem acionadas em caso de violência) e a produção de provas (a plataforma permite que a mulher grave, fotografe ou filme alguma prova e evita o descrédito); um chat de apoio anônimo onde mulheres podem conversar sobre suas experiências; e um espaço de informação, com reportagens sobre os direitos das mulheres, a Lei Maria da Penha e os locais onde as mulheres podem fazer a denúncia (de acordo com a sua localização) e outros locais de acolhimento.

A manutenção do portal se dá pelas campanhas de financiamento coletivo, arrecadação de doações, de palestras e oficinas, e de editais, patrocínios, e parcerias com fundações. Alguns exemplos são a *Quality Fund*, *Open Society Foundations* e *Youtube+Google News Initiative*.

A Revista recebeu popularidade nacional em 2019 pela matéria “Como é feito um aborto seguro?” que aborda as questões dos direitos reprodutivos e as possibilidades de um

³⁶ Os dados das redes sociais da *Revista Azmina* foram atualizados pela última vez nesta pesquisa em 08/02/2023. Esses dados podem variar conforme o tempo.

aborto seguro. A matéria foi denunciada ao Ministério Público pela então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. O argumento da ministra apontava a matéria como apologia ao crime. Essa repercussão fez com que a reportagem fosse comentada e mencionada por diversos veículos de comunicação, como a *Folha de S. Paulo* e a *Revista Exame*.

4.3.3 Gênero e Número – gênero e raça traduzidos em dados

A *Gênero e Número* é um site que tem como eixo primordial dar a visibilidade a dados sobre desigualdade de gênero e outros temas relacionados. A produção jornalística com dados abertos é o carro-chefe do veículo. A redação principal está no Rio de Janeiro/RJ, mas o veículo possui colaboradores por todo o país e até internacionalmente.

Figura 3: Screenshot da página inicial do *Gênero e Número*



O site é uma empresa social e se considera uma organização de mídia “que produz e distribui jornalismo orientado por dados e análises sobre questões urgentes de gênero e raça, visando qualificar debates rumo à equidade” (GÊNERO E NÚMERO, 2022). O portal se propõe a utilizar de variadas ferramentas do jornalismo para promover seus conteúdos. A linguagem gráfica, multimídia e de dados compõe o trabalho e a produção da GN.

O próprio veículo se denomina como apartidário e apresenta um nicho que se interessa pelos temas e pelos dados publicados pelo meio. A partir desse nicho, se percebe que a atuação do site pode ser considerada um meio que se apropria do ativismo, apesar do site

entender que sua missão é “produzir jornalismo plural e preciso” (GÊNERO E NÚMERO, 2022).

As publicações são divididas em: Reportagens, Entrevistas, Webstories, Artigos, Para Assistir e Projetos GN. Os eixos temáticos principais, que aparecem na *home* do portal são: política, direitos reprodutivos, ciência, educação & cultura e violência. Temáticas como saúde, LGBTQIA+, indígenas também fazem parte das divisões do veículo. As Webstories seguem a mesma linha dos demais veículos, simulando a ferramenta do Instagram para divulgar dados e informações curtas e os Artigos reúnem os editoriais produzidos pelo portal.

Em ‘Para Assistir’ estão disponíveis as reportagens em vídeo, documentários e outras produções audiovisuais. Os ‘Projetos GN’ comportam todos os levantamentos, mapeamentos e estudos que a *Gênero e Número* realiza, tanto individualmente quanto em conjunto com outras instituições, destaque aqui para a pesquisa *Mulheres no Jornalismo Brasileiro*, realizada em 2018 em conjunto com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI), que expõe as violências que as jornalistas estão expostas dentro e fora das redações, e o projeto *Racismo à Brasileira*, de 2022, que reúne relatos de racismo em diversos locais do Brasil e com impactos diferentes na vida das vítimas.

Na busca pelo êxito no jornalismo de dados, a equipe do portal se estende por diversas áreas como: jornalismo, design de informação, cientista política, cientista de dados, pesquisadoras e colaboradores do setor da tecnologia.

Por ser uma empresa social, a *Gênero e Número* afirma não visar lucro, e seu modelo de negócio inclui doações, projetos subsidiados por fundações e institutos, prestação de serviços de análise de dados, assinaturas e produtos editoriais produzidos pela área educacional do portal. Alguns exemplos de instituições vinculadas ao veículo estão a Fundação Ford, Open Society e Instituto Ibirapitanga.

Nas redes sociais, a *GN* está presente na mesma linha que os outros veículos, sua maior abrangência está no *Instagram* com 31,1 mil seguidores, seguido do *Facebook*, com 21 mil curtidas, e do *Twitter*, com 18 mil seguidores. Recentemente aderiu o *TikTok* e conta com 17 seguidores.³⁷

O portal produz conteúdo específico para as redes sociais, de forma que o público possa acompanhar suas produções também por esses espaços. Isso acontece tanto com produtos exclusivos, como com a publicação dos gráficos das matérias, o que pode adiantar a discussão dos materiais.

³⁷ Os dados das redes sociais da *Gênero e Número* foram atualizados pela última vez nesta pesquisa em 08/02/2023. Esses dados podem variar conforme o tempo.

Sua atuação nos levantamentos de dados é vista não somente por quem acompanha o veículo. Vários desses trabalhos acabam sendo divulgados também por veículos de comunicação de maior abrangência, o que indica um reconhecimento deste trabalho. O grupo já foi citado em colunas no *Estadão*³⁸, como local de busca de dados, e, também já teve conteúdos publicados em outras plataformas, como na *Carta Capital*³⁹.

³⁸ Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contr-a-mulher-brasileira/>. Acesso em: 30//10/2022

³⁹ Reportagem da *Gênero e Número* publicada na *Carta Capital*. Pode ser acessada em: https://www.cartacapital.com.br/diversidade/mulheres-sao-40-das-deputadas-na-argentina-com-volta-de-kirchner/?fbclid=IwARINemGBnVXuwx_HXCoWKUsS1F7XSMV1JKYtrNagO0kB8P8MW4a22um6uM

5. A ANÁLISE DA COBERTURA JORNALÍSTICA ELEITORAL FEITA POR PORTAIS FEMINISTAS

A análise de cobertura jornalística (ACJ) nos permitiu direcionar o olhar para questões chave da produção jornalística a partir dos textos coletados. Neste capítulo conseguimos retratar de que maneira a cobertura sobre as eleições foi realizada pelos três portais com perspectiva de gênero, em diálogo com o que entendemos por esse viés em materiais jornalísticos. O objetivo aqui é de reunir as reflexões que realizamos nos capítulos anteriores e observá-las com os resultados da análise do empírico.

Dividimos este capítulo em três tópicos de análise, de forma a destacar os principais achados e percepções que tivemos quando aprofundamos nosso olhar para o material. No primeiro, agrupamos as informações mais gerais em relação às estruturas jornalísticas, alinhadas às categorias de marcas de produção e composição da ACJ.

No segundo, detemos o olhar para as especificidades e possibilidades de cobertura em relação às fontes de informação, a fim de buscar compreender as maneiras que os portais se utilizam dessas fontes, suas funções, representatividades, entre outras questões.

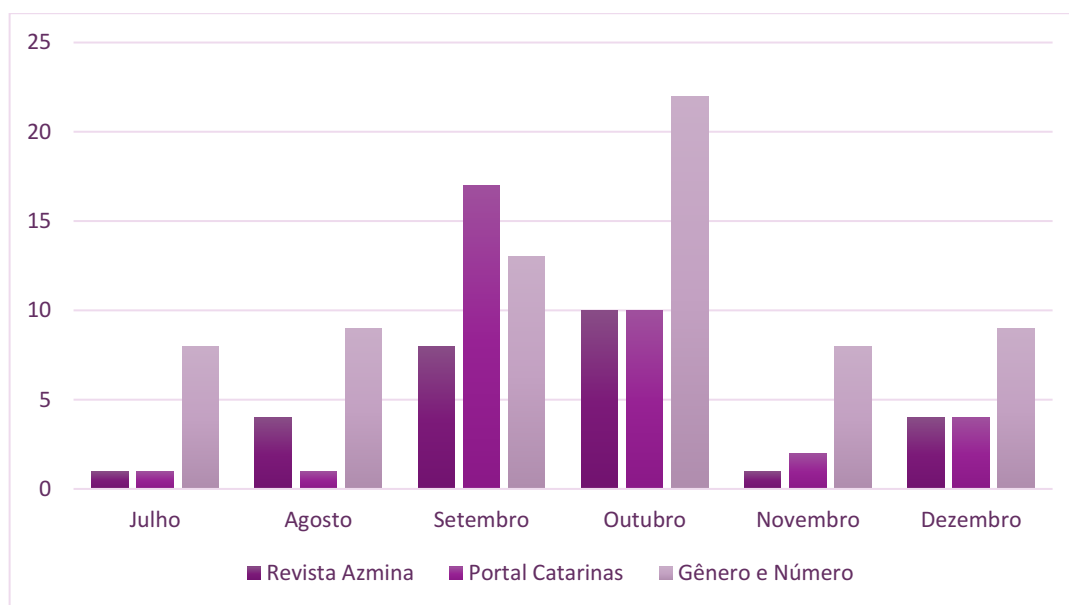
E, por fim, no terceiro tópico apresentamos a última marca da análise que diz respeito ao seu conteúdo, quando observamos as temáticas abordadas pelos três portais, em conjunto com as marcas de contexto (interno e externo) propostas pela análise de Silva e Maia (2011). Essa junção se justifica neste capítulo já que o entendimento das temáticas escolhidas pelos portais e os contextos que perpassam o período da análise se complementam.

Neste trabalho, conseguimos agrupar um *corpus* que compreende 132 textos no total (é possível consultar todo o levantamento no Apêndice I, ao final deste arquivo), no período de seis meses (julho a dezembro) de 2018. Do *Portal Catarinas*, registramos 35 conteúdos, da *Gênero e Número* 69 conteúdos (o maior número de publicações) e na *Revista Azmina* encontramos 28 publicações.

Esta pesquisa não incluiu a totalidade de textos de colunas que foram publicados no período de coleta nos portais. Somente foram contabilizados os textos opinativos que puderam ser identificados pelas buscas já descritas anteriormente. A intenção em coletar os textos que não se enquadram nos jornalísticos objetivos está no intuito de perceber de que maneiras as temáticas podem ser abordadas por esse tipo de conteúdo – e com qual frequência aparecem. O critério para a inclusão do material está na relação direta com os conteúdos políticos ou de eleição produzidos pelos portais – e é por isso que somente os encontrados nas buscas determinadas pela pesquisa fazem parte da amostra.

O maior número de publicações, na soma entre os três veículos, aconteceu nos meses de setembro e outubro, com 38 e 42 matérias, respectivamente. O mês com menor número é julho, com 10 publicações no total, todo o percurso ao longo do segundo semestre de 2018 pode ser visto no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1: Publicações ao longo do segundo semestre de 2018



Fonte: A autora (2023).

Como implicação, já conseguimos observar que o mês que antecede às eleições e o mês em que elas acontecem possuem uma expressividade no número de matérias produzidas. Apesar dos três portais possuírem rotinas e esquemas de produção diferentes entre si (com volumes de material distintos), é possível pontuar essa concentração – em uma medida maior ou menor – nos meses do meio da pesquisa.

5.1 A ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA – MARCAS DE COMPOSIÇÃO E PRODUÇÃO

Levando em consideração os termos de análise propostas pela ACJ e com todas as informações já coletadas, iremos destrinchar os dados que mais importam para pensar na cobertura eleitoral dos três portais analisados. Assim, juntamos as Marcas de Apuração e Composição, para serem observadas juntas. Alguns pontos específicos como origem da informação (as fontes) e as temáticas serão analisadas nos próximos itens, por possuírem uma análise mais extensa.

Os demais aspectos serão analisados a partir da ordem de estruturação que a própria ACJ constrói. A primeira informação que observamos diz respeito às marcas de Apuração: as assinaturas. A finalidade de se olhar para essa qualidade está na percepção de entender a origem desse conteúdo. Como característica de portais alternativos, é possível que encontremos materiais repostados, em uma espécie de rede entre veículos, parcerias ou outros. Nessa compreensão, vamos olhar individualmente para os portais e perceber que no *Portal Catarinas* somente **duas** matérias são indicadas com participações externas à equipe do veículo: uma reportagem sobre as manifestações⁴⁰ do #EleNão, com cobertura de diversos estados brasileiros, e uma reportagem (uma das únicas da pesquisa escrita por um homem) com a cobertura de um episódio⁴¹ internacional de perseguição a uma vereadora brasileira por um vereador, na Espanha.

Na *Revista Azmina*, a única participação externa representada é do coletivo *Fluxa*, em uma série de reportagens especiais sobre as mulheres brasileiras na política. Apesar de serem externas à equipe da *Azmina*, não quer dizer que as jornalistas do portal não participaram do processo em conjunto – abordaremos esta série em específico no item a seguir. Outro conteúdo, dessa vez opinativo, também é assinado como da organização “deFEMde” – Rede Feminista de Juristas, entretanto, a rede possui uma coluna regular no veículo, o que descaracteriza uma participação pontual.

A *Gênero e Número*, diferente dos veículos anteriores, não tem uma participação externa representada. O que nos leva ao segundo ponto a ser observado nos três portais – como e quando decidem utilizar os nomes de suas redatoras nas matérias. Apesar de ser uma característica usual no jornalismo: a de assinar em seu próprio texto, muitas vezes, principalmente em jornais alternativos, o nome da pessoa que escreveu a matéria não aparece e isso pode ser causado por uma decisão editorial, como também uma forma de proteger a jornalista de ataques pessoais e profissionais.

Na *GN* vemos que a assinatura segue os padrões tradicionais, sendo que, das 69 matérias, 61 são assinadas nominalmente pelas jornalistas. As 8 restantes são destinadas ao Portal/Equipe, sendo uma um editorial.

⁴⁰ A matéria pode ser consultada na íntegra, disponível em: <https://catarinas.info/o-grito-elenao-ecoa-na-maior-manifestacao-de-mulheres-da-historia-do-pais/>

⁴¹ A matéria pode ser consultada na íntegra, disponível em: <https://catarinas.info/parlamentar-catalao-simpatico-a-bolsonaro-persegue-vereadora-brasileira-na-espanha/>

No *Catarinas*, 10 são assinadas pelas jornalistas e 23 são designadas como da equipe/portal, sendo que destes somente três são editoriais. Isso mostra uma diferenciação nas escolhas de matérias com assinaturas individuais e as que são identificadas como do portal.

Na *Revista Azmina* teremos a maior diversidade em relação às escolhas nas assinaturas. A maioria das matérias continua com a assinatura individual mantida, sendo 21 dos conteúdos. As identificadas como do Portal somam 4, e temos uma matéria mantida com anonimato na assinatura, de forma a preservar a identidade da pessoa que escreveu, por ser um texto com opiniões polêmicas em relação ao senso comum.

A segunda Marca de Apuração definida pela ACJ se define pelos **Locais de Apuração** (internos ou externos) das publicações. Durante a análise buscamos perceber as características que determinam essas marcas. Entretanto, o caráter de construção das matérias não permitiu que essa identificação acontecesse de forma completa – fato que aconteceu nos três portais.

Foi possível observar o deslocamento, ou seja, o local externo das apurações em matérias que vão desdobrar eventos, manifestações e atos. Mas, nas demais publicações, essas linhas ficaram mais nebulosas de serem analisadas, destacamos aqui as possibilidades que videochamadas, conversas por aplicativos de mensagens e demais proporcionam, e que nem sempre são identificadas como tais.⁴²

Antes de seguir para a abordagem de cada item da pesquisa, é importante destacar outra característica geral dessa cobertura. A princípio, os portais realizam suas coberturas de maneira generalizada, ou seja, abordam diversas temáticas e buscam abranger acontecimentos nacionais. A eleição por si só já vai ser identificada como de caráter nacional, por levantar discussões por todo o Brasil.

Entretanto, a eleição não é só nacional. A corrida pelo legislativo acontece em cada estado e aí, veremos abordagens diferenciadas em cada um dos portais. Veremos principalmente na categoria de gêneros jornalísticos e fontes, uma mudança em relação ao *Portal Catarinas* que busca visibilizar as candidaturas de mulheres do estado em que o portal está inserido – Santa Catarina. Os outros dois portais, por se situarem em São Paulo, também irão focar em candidaturas mais próximas de suas realidades, mas com menos intensidade do que o estado do Sul.

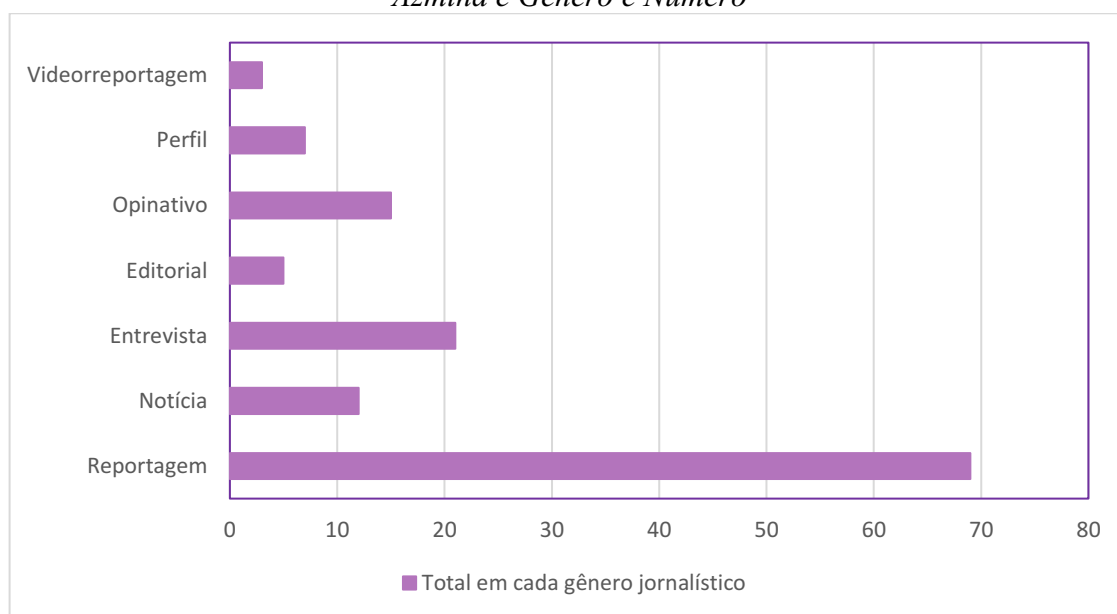
⁴² É interessante pensar esse movimento de utilizar as redes como forma de comunicação, principalmente as videochamadas, em um período anterior à pandemia de Covid-19, que, no jornalismo, caracterizou uma das únicas formas de se produzir entrevistas durante os períodos de isolamento. Podemos encarar isso como uma solução para os portais com pouco financiamento para a produção de reportagens, diminuindo assim, os custos de locomoção.

Como já destacamos, as origens de informação (as fontes) serão interpretadas no próximo item deste capítulo. Assim, passamos para as **Marcas de Composição** das publicações.

Iniciamos este processo com os **gêneros jornalísticos** utilizados pelos portais durante as coberturas. No total das 132 matérias coletadas são identificados sete gêneros, entre eles, informativos e opinativos. As definições dos gêneros foram feitas a partir da leitura dos textos e a identificação de características como fontes, estrutura de texto, linguagem, baseados nas definições de Sousa (2001).

O demonstrativo total pode ser observado no Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2: Gêneros jornalísticos na cobertura sobre eleições de *Portal Catarinas, Revista Azmina e Gênero e Número*



Fonte: A autora (2023).

Como é possível visualizar na demonstração de dados acima, o gênero Reportagem se destaca como o mais utilizado pelos três portais, de maneira geral. O mesmo acontece quando olhamos para os números individualmente (o total dos demonstrativos está localizado no Anexo I).

Esse primeiro dado não é uma surpresa, já que a reportagem aparece com maior frequência em veículos de jornalismo alternativo devido às suas características de apuração e publicação. Podemos entender a escolha de um gênero que possui como estrutura textos mais longos, com aprofundamento e diferentes vieses, como condizente com as proposições e posicionamentos do fazer jornalístico com perspectiva de gênero. Outro fator que implica na

produção de conteúdo com uma maior dedicação, não tão vinculados as “*hard News*”, é a própria condição de trabalho dentro dos veículos alternativos.

Durante a análise dos conteúdos, foi possível perceber uma tendência a aproximar as reportagens de um gênero que conhecemos como **interpretativo**. Esse não foi um gênero pensado para integrar as categorias de análise, porém, sentimos a necessidade de mencionar como os textos buscam uma relação entre o informativo e a opinião. Ou seja, o conteúdo visa e preza pela qualidade da informação, ao mesmo tempo que não deixa de lado os posicionamentos e pensamentos do portal e de suas autoras.

Aqui, já podemos fazer alguns paralelos pensando na cobertura sobre eleições, de um modo geral, já que nos meios tradicionais classicamente são realizados acompanhamentos em tempo real das agendas de candidatos, por exemplo. Nos três portais analisados, percebemos a mudança de estrutura de cobertura, mesmo em um período em que os acontecimentos estão sendo documentados em um espaço de tempo relativamente curto (as campanhas propriamente ditas e as eleições acontecem em um período máximo de dois meses). Podemos supor também que neste período as coberturas de outras temáticas dentro dos portais possam ter ficado em segundo plano, para que as equipes consigam produzir de forma mais numerosa sobre o período eleitoral – entretanto, nesta pesquisa não temos as ferramentas para confirmar esta suposição.

Dando continuidade, podemos observar o segundo e o terceiro gênero jornalístico mais publicado no período: entrevistas e opinativo, respectivamente. As entrevistas, principalmente, podem ser consideradas peças-chave nas coberturas dos três portais. As jornalistas encontram a possibilidade de dar destaque a algum debate de gênero nas eleições, pela característica que o próprio gênero oferece – de dar destaque para uma personalidade e/ou temática. Grande parte das entrevistas realizadas (e essa característica pôde ser observada nos três portais) são com candidatas mulheres, desde candidatas a cargos no legislativo como do executivo.

Como forma de ilustrar essa escolha de entrevistas pelos portais, trazemos o exemplo produzido pelo portal *Gênero e Número*, como forma de série. Intitulada de “Novos Nomes”, o portal enviou perguntas para diversas candidatas a cargos do legislativo e executivo que concorriam em 2018 pela primeira vez, para que destacassem seus projetos, ideias e propostas de campanha, como podemos visualizar a seguir:

Figura 4: Screenshot matéria “NOVOS NOMES: “Eu tenho essa capacidade de diálogo, e minha campanha fala sobre isso”, afirma Tatiana Roque” da *Gênero e Número*

The screenshot shows a news article layout. At the top right is the 'Gⁿ' logo. The main headline reads: "NOVOS NOMES: 'Eu tenho essa capacidade de diálogo, e minha campanha fala sobre isso', afirma Tatiana Roque". Below the headline, it says "9 DE AGOSTO DE 2018" and "A newsletter Política 2018 traz a cada edição quinzenal o perfil de uma mulher que disputará as eleições pela primeira vez em 2018 Por Giulliana Bianconi*". There is a small box on the right with the text "Vem com a gente Já conferiu 'Verde-Esperança: ab documentário da GN?". Below that is a section "Assine nossa news" with a "preencha seu e-mail" field. A table of contents is visible, listing five items with arrows pointing right. At the bottom, there is a short paragraph of text and a small caption about a political militant's daughter.

NOVOS NOMES: “Eu tenho essa capacidade de diálogo, e minha campanha fala sobre isso”, afirma Tatiana Roque

9 DE AGOSTO DE 2018

A newsletter Política 2018 traz a cada edição quinzenal o perfil de uma mulher que disputará as eleições pela primeira vez em 2018
Por Giulliana Bianconi*

por Gênero e Número

COORDENADAS POLÍTICAS

Vem com a gente
Já conferiu "Verde-Esperança: ab documentário da GN?"

Assine nossa news
preencha seu e-mail

1. A trajetória política recente na universidade	→
2. Pauta principal: educação e ciência para todos	→
3. Segunda pauta: sobre mulheres na política	→
4. Trabalho, a terceira pauta de Tatiana Roque	→
5. Capacidade de diálogo a partir da esquerda	→

Na semana em que a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) alertou o Brasil para um dos momentos mais críticos pelos quais passa a ciência no país, o **Gênero e Número** abre espaço na seção "Novos Nomes" para pesquisadora e candidata à deputada federal Tatiana Roque (PSOL), do Rio de Janeiro. Tarimbada na Matemática, Roque, professora do Instituto de Matemática/UFRJ, doutora na área de História e Filosofia das Ciências pela Coppe/UFRJ, já fez muita política na universidade. É uma voz ativa no debate sobre direitos na educação pública. Reconhecida como liderança, em 2015 assumiu a direção do sindicato docente da UFRJ, num momento de forte disputa de narrativas sobre modelos viáveis de universidade pública no país. Não é difícil encontrar artigos escritos por ela na grande mídia, ora defendendo o ensino gratuito, ora defendendo cotas raciais.

Filha de militante político morto em 1973 durante a ditadura militar (Lincoln Bicalho Roque), Tatiana esteve sempre à esquerda no espectro político, mas afirma que até 2016 não

Ainda pensando nos gêneros jornalísticos, nos deparamos durante a análise com três materiais que não se enquadravam totalmente com as listadas anteriormente. Apesar de todos os conteúdos serem publicados e até pensados para o online, os gêneros (com suas adaptações e aspectos multimídia, que discutiremos abaixo) seguem os formatos textuais como suas principais fontes da informação, com exceção desses três. Os enquadrados na categoria denominada “vídeo-reportagem” com o intuito de destacar o formato escolhido pelos portais. Evidenciamos aqui, como forma de registro, o maior trabalho que se destacou entre os portais. Trata-se da série de vídeos produzida pela *Azmina* e pelo Coletivo Fluxa, já mencionada anteriormente neste capítulo. Ela possui cinco vídeos de até dez minutos cada, com entrevistas, dados e informações históricas de toda a trajetória das mulheres brasileiras dentro do ambiente político. Na figura abaixo é possível visualizar a introdução da *websérie*:

Figura 5: Screenshot matéria “Mulheres na política: A luta histórica pela voz” da *Revista Azmina*

The screenshot shows the top navigation bar of the AzMina website with categories: POLÍTICA, VIOLÊNCIA, SAÚDE, FEMINISMOS, MAIS, OPINIÃO, DIVÁ D'AZMINA, and WEBSTORIES. The main headline is 'Mulheres na política: A luta histórica pela voz'. Below it is a sub-headline: 'Websérie resgata histórico de mulheres na política, mapeia movimentos que promovem ocupação feminina na política, apresenta a realidade de mulheres em cargos políticos e discute possíveis caminhos para uma mudança'. The author is 'Fluxa' and the date is '1 de outubro de 2018 (Atualizado em 4 de fevereiro de 2020)'. On the left, there are social media sharing icons and a 'Apoie AzMina' button. On the right, there is a 'ÚLTIMAS' section with a sub-headline 'Upskirting: saiba o que fazer se isso acontecer com você' by Natália Sousa, and a 'Copa do Mundo:' link.

Antes de passar para o próximo destaque da análise, pontuaremos algumas características encontradas em **Editoriais**. O texto “Editorial: Direitos reprodutivos por sobrevivência, saúde pública e equidade de gênero”⁴³, publicado em 11 de setembro pela *Gênero e Número*, vai abordar as discussões sobre os eventos que as discussões de aborto protagonizaram em 2018 nos cenários políticos do país, com uma audiência pública feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Percebe-se, pelo texto, que há diversas reportagens durante aquele período sobre o tema e o editorial os une como forma de representar também o que o próprio portal sugere como soluções e opiniões para os problemas de mortes por abortos ilegais, por exemplo. Em um trecho, conseguimos observar com mais clareza uma espécie de posicionamento quanto a discrepância de abordagens sobre reprodução entre homens e mulheres:

Contraceção não tem sexo ou gênero, mas são as pessoas que têm ovários e útero que tendem a ser responsabilizadas pela reprodução. Os homens cis gênero – os que têm pênis e testículos – com frequência se esquivam da corresponsabilidade pela contraceção e pela saúde sexual e reprodutiva, deles e de suas parceiras e parceiros (GÊNERO E NÚMERO, 2018).

Apesar de ser possível identificar por expressões e apontamentos as posições do portal, elas são revestidas de muitos dados e outros materiais que acompanham estas indicações. Isto é observado de maneira completamente diferente nos outros portais.

⁴³ Disponível em: <https://www.generonumero.media/editorial-direitos-reprodutivos/> Acesso em: 07/06/2023.

Na *Revista Azmina*, por exemplo, o editorial publicado em 27 de setembro trata diretamente das eleições de 2018. O título é autoexplicativo “Bolsonaro: sete motivos para não votar”. Aqui, destaca-se outras nuances, em que o portal se posiciona abertamente contra o até então candidato à presidência Jair Bolsonaro, e lista os motivos para seu público leitor não votar neste candidato nas eleições de outubro de 2018.

O portal não te indica em quem mereceria o voto do seu leitor, mas, por entender que o candidato mencionado no texto viola, em seus discursos, diversos direitos relacionados a gênero, raça etc., definiu como necessário se posicionar contrário ao político:

Se você, como todas nós aqui na Revista AzMina, tem medo dos riscos que Bolsonaro representa para mulheres, negros, indígenas, LGBTs e para a democracia, mas está com dificuldade no diálogo com seus amigos, parentes ou conhecidos que correm o risco de votar nele, listamos respostas para cada um dos argumentos de seus apoiadores (AZMINA, 2018).

Dessa forma, podemos compreender que a utilização do espaço de voz e posicionamento dos portais se tornam essenciais para a discussão e debate de questões caras aos movimentos feministas, LGBTQIA+, movimento negro e outros. Durante a análise das temáticas poderemos ver essas questões permeando boa parte – se não todos – os conteúdos publicados. Os editoriais explicitam o posicionamento que, em outros materiais, também vai existir.

O próximo item de análise da ACJ se debruça na **Localização/Destaque** dos materiais dentro de seus portais de publicação. Por se tratar de uma categoria pensada para o jornalismo impresso, esse tipo de característica no jornalismo online tem suas peculiaridades. A forma de determinar esse tipo de destaque estaria em uma coleta no período em que os materiais são publicados, o que não é o caso desta pesquisa, que teve sua coleta posterior ao período. Dessa forma, não foi possível analisar essa categoria.

Seguimos, então, para as **Editorias**. Nesse item, podemos captar as divisões e formas de divisões escolhidas por cada portal para demarcar seus conteúdos. Iniciamos olhando para as naturezas de cada portal e o número de aparições de cada editoria. É importante explicitar que os números dos quadros a seguir não representam a quantidade de matérias, já que uma publicação pode ser alocada em mais de uma editoria representante, como podemos ver:

Quadro 2: Relação de Editorias do *Portal Catarinas* e número de publicações

Editorias	Quantidade
#SomosMuitas	3

Coluna Barbara Biscaro	1
Editorial	3
Eleições 2018	18
Especiais	1
Jornalismo	2
Lugar de mulher é na política	1
Movimentos sociais	1
Opinião	3
Representatividade	1

Quadro 3: Relação de Editorias do *Gênero e Número* e número de publicações

Editorias	Quantidade
Coordenadas políticas	68
Cultura	1
Direitos reprodutivos	2
Entrevistas	3
Justiça	1
Política	4

Quadro 4: Relação de Editorias da *Revista Azmina* e número de publicações

Editorias	Quantidade
Colunas	10
Dinheiro	1
Divã D'Azmina	2
Feminismo	1
Opinião D'Azmina	2
Opinião Helena Bertho	1
Opinião Rebecca Souza	1
Opinião Rede Feminista de Juristas	4
Política	16
Reportagens	18

A disposição e criação das editoriais de cada portal segue linhas bem diferentes entre si. O que se pode destacar de interessante é a presença de categorias que vão englobar os conteúdos políticos de forma mais específica, como a de ‘Eleições 2018’, do *Portal Catarinas*. Os editoriais e conteúdos opinativos também tem destaque nessas definições, como forma de deixar esclarecido os materiais que detêm de uma carga ideológica mais presente e da autoria desses materiais – como nas escolhas de editoriais da *Revista Azmina*.

Outro ponto que se vislumbra e conversa com o material proposto pela pesquisa, é a criação de categorias além das que englobam política de uma maneira geral. O caso exemplo aqui é o de direitos reprodutivos, uma temática presente na agenda política, e que possui destaque nesses portais – como veremos nas abordagens das temáticas.

O último ponto da Análise de Cobertura Jornalística, antes que passemos para os itens que se destacaram durante a pesquisa, é o dos **Recursos Multimídia**. Já abordamos no capítulo 4 sobre as mudanças que vimos como necessárias para construir esta categoria, entendendo que o jornalismo feito na internet, com plataformas que permitem uma interação e recursos que vão além das palavras, fazem parte das narrativas criadas pelos materiais.

Assim, construímos a lista dos recursos multimídia a partir dos que eram utilizados pelos portais. Durante a análise detalhamos todos os usos e contabilizamos o que foi possível encontrar, de forma manual. A Tabela 2 vai mostrar em números todas as incidências dos recursos que foram utilizados nos portais. Alguns recursos possíveis como áudio, não foram utilizados em nenhum material.

Tabela 2: Relação de recursos multimídia por portais e seus números absolutos

	Portal Catarinas	Revista Azmina	Gênero e Número	Total
Vídeo	1	16	8	25
Hiperlink	93	191	275	559
Infográfico	2	8	37	47
Fotografia	70	35	115	220
Ilustração	9	11	12	32
Total	175	261	447	883

Fonte: A autora (2023)

A predominância dos *hiperlinks* como maior recurso utilizado entre os portais é o item que entendemos ser de maior relevância. Isso pode ser justificado pela facilidade no uso do recurso e em sua usabilidade – tanto para a divulgação de outras reportagens dos portais,

como para divulgar as fontes dos dados utilizados nas matérias. Infelizmente, não é possível dimensionar se os leitores consomem os links ali indicados pelas autoras dos textos, para verificar a eficiência. Entretanto, a preocupação em conectar os assuntos e principalmente divulgar as fontes é perceptível.

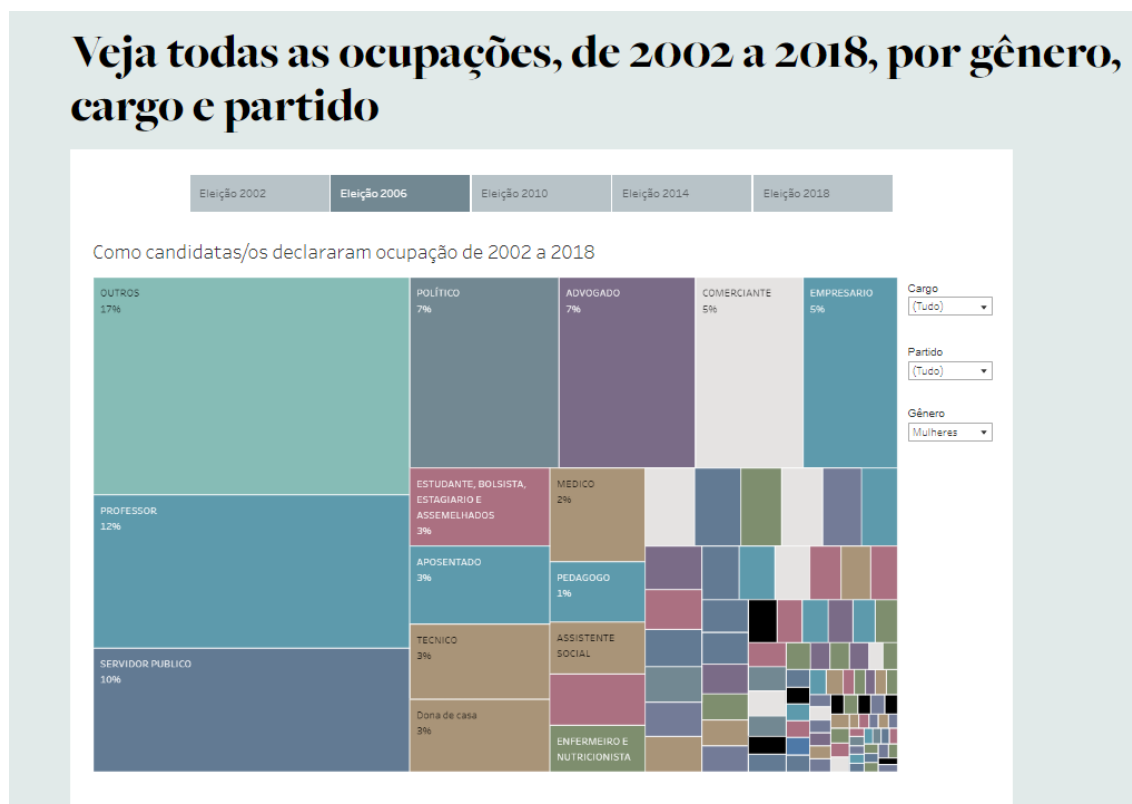
O segundo recurso em evidência são as fotografias, e esse uso se aproxima do jornalismo tradicional impresso, por ser um recurso anterior à internet. O uso se diferencia, entretanto, pelas inúmeras possibilidades que a plataforma oferece na utilização das fotografias, podemos salientar a criação de galerias de fotos e um maior número de imagens nas matérias. As ilustrações também ganham mais espaço e relevância nos materiais dos portais, em geral.

A pesquisa de Gabriela Schander (2021), em sua análise sobre o conteúdo da *Revista Azmina*, identificou em relação às imagens fotográficas que a revista não utiliza de nenhum artifício, retoque ou mudança em relação aos corpos que são registrados pelas lentes. Esse detalhe observado pela pesquisadora destaca uma escolha simples e que impacta na forma como olhamos e interpretamos os conteúdos e as personagens. É uma característica que reflete a forma e as decisões feitas pelo jornalismo, e que pode ser aprofundada também em outros estudos que relacionem as imagens com a perspectiva de gênero na mídia.

Outro ponto de destaque são os infográficos, que estão presentes de forma incisiva e criativa, predominantemente nos conteúdos do portal *Gênero e Número*, que se evidencia pela utilização de dados em seus materiais. As potencialidades de interatividade fazem parte de diversas dessas produções, que se distanciam do uso tradicional das informações dispostas por imagens, que estão presentes no jornalismo impresso. Como é o caso do infográfico publicado na matéria “Donas de casa que tiveram 1 ou 2 votos em 2016 reaparecem como candidatas neste ano”⁴⁴, publicada em 05 de setembro de 2018, pela *GN*, que escolhemos para ser identificado como exemplo desse uso:

Figura 6: *Screenshot* de infográfico “Como candidatas/os declararam ocupação de 2002 a 2018”, da *Gênero e Número*

⁴⁴ Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/donas-de-casa-eleicoes-2018/> Acesso em: 31/01/2023



A matéria em questão vai abordar as ocupações declaradas pelos candidatos e pelas candidatas desde as eleições de 2002, com o objetivo de observar as particularidades. No gráfico, é possível pesquisar por eleição, cargo, partido e gênero, e esse é um exemplo de como são utilizadas as potencialidades de informação na internet. Além das relações que vão ser feitas pelo portal, o leitor ou leitora pode navegar e identificar outras questões no gráfico, visto o volume de informações que ele gera, o deixando mais próximo dos dados e das interpretações que cada pessoa está buscando.

A reportagem observa as candidaturas de mulheres, e o crescimento das candidatas que se declaram donas de casa, o que, pelas pesquisas, identifica a possibilidade de as candidaturas laranjas também aumentarem. É um tema comum e recorrente de ser abordado pelos três portais, como veremos mais para frente.

Ademais, o uso dos vídeos acontece de forma integrada aos materiais textuais, e normalmente estão vinculados a outra plataforma de vídeo, como *Youtube*, *Vimeo*, entre outras.

De forma geral, apesar de um número expressivo de ocorrências de recursos multimídia aparecerem nos materiais, ainda se percebe uma timidez no aproveitamento das possibilidades das plataformas.

Nos próximos itens, iremos realçar as características que mais nos chamaram atenção durante o período de análise, e que nos ajudam a entender melhor as alternativas do jornalismo com perspectiva de gênero.

5.2 ORIGENS DA INFORMAÇÃO – QUEM FALA E QUEM É OUVIDO?

Uma das principais problemáticas mencionadas pelo jornalismo com perspectiva de gênero nos manuais, nas pesquisas e até nos movimentos feministas está no entendimento de quem fala. Ou melhor, na escolha de quem se fala e sobre o que se está falando. Além de pensar em conteúdo que incluam as temáticas de gênero, é significativo incluir as vozes que estão nessa realidade. Parece simples e até rotineiro do jornalismo “ouvir todos os lados” ou qualquer afirmação generalizada da produção. Mas, quando olhamos para a visibilidade de fontes femininas nos meios de comunicação tradicional, percebemos uma ocupação menor de espaço, principalmente no que se refere às fontes de maior “prestígio” ou, relevância, como as fontes oficiais, institucionais e especializadas (ROCHA, WOITOWICZ, 2013)

No estudo de Jessica Gustafson (2018) sobre as práticas das jornalistas feministas do *Portal Catarinas*, a autora percebe as mudanças nas relações entre as jornalistas, tanto entre si quanto pelo tratamento nas escolhas de fontes e enquadramentos das pautas. Gustafson (2018) observa que as jornalistas tendem a serem mais horizontais e colaborativas em seu trabalho, de forma a agregar novos olhares, inclusive dentro da redação, para os conteúdos.

Como forma de combater a prática de invisibilidade nos materiais jornalísticos, em 2016 a ONG Think Olga lançou o projeto “Entreviste uma mulher” em que constantemente eram adicionadas mulheres de diversas áreas do conhecimento que poderiam ser fontes em pesquisas e em conteúdos jornalísticos. Destacamos aqui também, o projeto *Entreviste um Negro*, que, da mesma forma, mantém um banco de dados a fim de visibilizar outras fontes.

Para complementar a discussão, reiteramos as afirmações feitas por Daiane Bertasso e Jessica Gustafson (2022) quando retomam os estudos de fontes e as possibilidades que jornais alternativos representam para a pluralidade. As autoras entendem que nesses espaços “estão oportunizando é a visibilidade para que essas vozes sejam ouvidas em outras instâncias da esfera social” (BERTASSO, GUSTAFSON, 2022, p. 52).

Albertina Oliveira (2020) entende que a produção de um jornalismo com perspectiva de gênero necessita observar as formas como são escolhidas todas as estruturas, e de que forma vão ser reproduzidas: “há de se levar em consideração como a notícia vai impactar a

vida de homens e mulheres, se as perguntas e fontes seguiram uma lógica de equidade ao serem escolhidas” (OLIVEIRA, 2020, p.21).

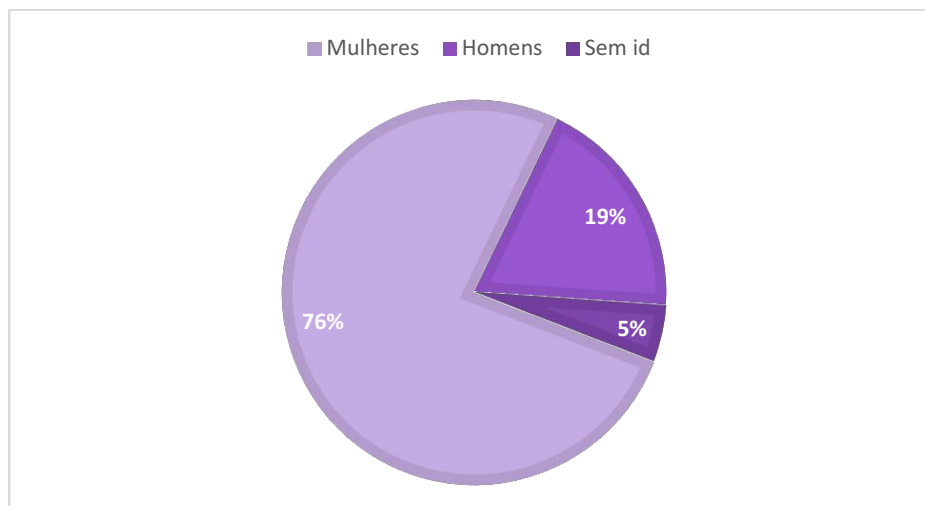
Ou seja, para que a prática de uma consciência de gênero seja realizada pela produção jornalística, é necessário refletir sobre as fontes que vão integrar o conteúdo e a autora vai além, já que indica que as perguntas a serem feitas também precisam ser analisadas pela perspectiva.

É com a relevância do debate e pensando nas ferramentas do jornalismo que vamos olhar para os conteúdos coletados nos portais, e perceber não só as funções que as fontes desempenham nas matérias, como seu gênero atribuído. É essencial destacar que a pesquisa deixou aberta as possibilidades de gênero que poderiam aparecer durante a trajetória. Outro ponto é que decidimos não incluir as demais interseccionalidades nesse olhar das fontes, justificando pelo volume de trabalho que excede o possível para a dissertação, entendendo como uma limitação que, talvez, sejam consideradas em projetos futuros.

Iniciamos pelo panorama geral das fontes consultadas pelos portais durante o segundo semestre de 2018, em materiais políticos. No total, temos 380 fontes ouvidas nas 132 publicações. As fontes referenciais, que dizem respeito aos documentos, levantamentos, livros entre outros não foram contabilizadas nesse levantamento que utilizamos agora, apesar de terem sido registradas pela pesquisa. Iremos destacá-las em um momento mais a frente, como fator de curiosidade e complemento.

No Gráfico 3 podemos visualizar o número relacionado às três primeiras categorias: fontes mulheres, homens e as sem identificação. Para elucidar, a categoria de fontes “mulheres” diz respeito às mulheres cis e trans, da mesma forma acontece com as fontes “homens”. Já as chamadas “sem identificação” englobam as fontes representantes de instituições, empresas ou outros, mas que não se referem a um porta voz oficial.

Gráfico 3: Fontes por gênero nos portais *Catarinas*, *Revista Azmina* e *Gênero e Número*



Fonte: A autora (2023).

Evidente que o primeiro destaque feito nessa análise está na predominância de fontes mulheres no conteúdo. Esta foi a primeira hipótese que tínhamos antes de se debruçar na amostra, em relação às fontes. Para fins de detalhamento, as porcentagens de fontes mulheres em cada portal, em ordem decrescente são: *Portal Catarinas* (83,75%), *Gênero e Número* (76,7%) e *Revista Azmina* (70,96%).

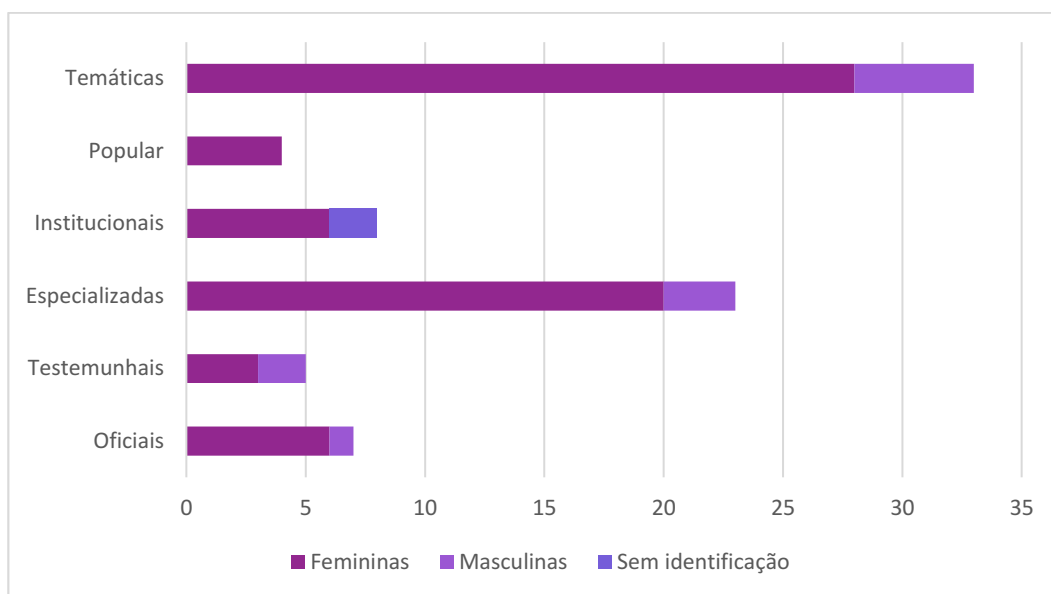
Com esta primeira afirmação, de que os três portais utilizam mulheres como principais vozes de seus conteúdos, podemos olhar para outro objeto de muita intenção desta pesquisa: a função que ocupam, na sociedade e, principalmente, nos textos jornalísticos. Para relembrar, discutimos no capítulo anterior os motivos para se relacionar as fontes de suas funções. A busca aqui é de compreender como os portais feministas auxiliam na visibilidade dessas mulheres, que, no geral dos meios de comunicação é invisibilizada nos discursos e nas próprias atuações dentro das peças jornalísticas. O que se espera, é que encontremos uma diversidade de profissionais e discursos que tenham protagonismo nos materiais.

A seguir, observaremos individualmente como se comportam as fontes em relação ao gênero e funções em cada portal trabalhado.

Para essa delimitação, utilizamos as categorias de Aldo Schmitt (2011) em relação ao grupo de fontes, pode ser definido também como a atuação das fontes. É importante destacar que nem todas as possibilidades propostas pelo autor aparecem nos portais, e que isso foi possível de ser desenvolvido a partir da leitura dos materiais. Em conjunto com as categorias do autor, vimos a necessidade da criação de mais um tipo de categoria, para destacar as fontes sujeito da temática e das campanhas eleitorais: as/os candidatas/os a algum cargo. Em todos os portais, nos alongaremos nas análises dos três principais tipos de fontes ouvidas.

O primeiro veículo analisado é o *Portal Catarinas*, que tem um demonstrativo total de 80 fontes consultadas. A seguir, no Gráfico 4, poderemos visualizar quais são as maiores inferências e atuações das fontes ouvidas, associadas às relações de gênero presentes:

Gráfico 4: Relação de fontes por gênero e categoria no *Portal Catarinas*



Fonte: A autora (2023).

Desde a primeira leitura deste gráfico, já conseguimos perceber a presença destacada das fontes femininas no portal, como sendo a maioria em todas as categorias presentes. As ‘Fontes Temáticas’ são as com maior incidência no veículo, o que indica uma preocupação na escolha das fontes e das formas de abordagem dos materiais. Podemos também interligar esse dado com o dos gêneros jornalísticos, retomando que no *Catarinas Entrevista* é o gênero mais recorrente.

Essas entrevistas, em grande parte, são realizadas com as candidatas, revelando suas propostas. Um dos objetivos dessas matérias está no desenvolvimento de um mapeamento de candidaturas de mulheres, neste caso, de Santa Catarina.

De certa forma, o portal auxilia na construção de uma memória sobre a busca de um maior espaço político pelas mulheres, ao mesmo tempo que publiciza essas candidaturas que vão além de serem mulheres cis ou trans, mas que estão preocupadas com manter uma relação aproximada com os movimentos sociais, com pautas feministas e demais questões de raça e gênero. Como ilustrativo, a seguir temos uma dessas entrevistas realizadas:

Figura 7: *Screenshot* da matéria intitulada “Ideli Salvatti: Coerência política e compromisso com um projeto libertador”, do *Portal Catarinas*



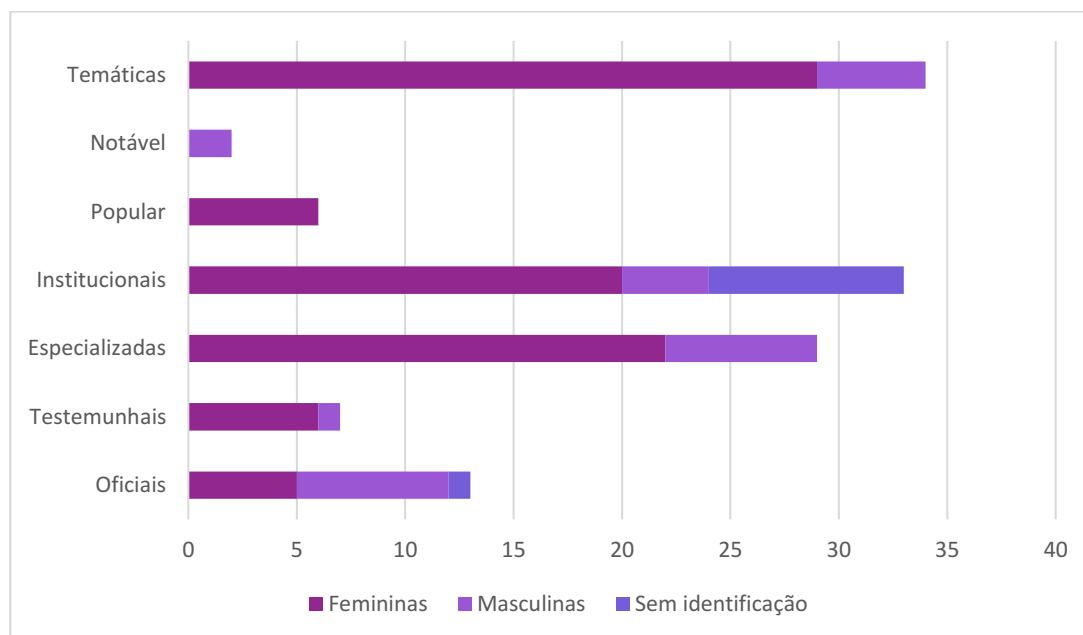
O próximo realce dos dados, promovido pelo Gráfico 4, está no uso das Fontes Especializadas. Essas fontes são utilizadas como forma de aprofundar a temática abordada pelo material, introduzir debates e questionamentos. O uso de mulheres, em maioria comparativa, para ocupar essas funções, trazem as possibilidades de novas perspectivas, que contribuem para a diversidade em visões e teorias.

Tanto nas fontes temáticas como nas especializadas, a presença de homens ouvidos tem maior expressividade. Isso se explica quando as jornalistas se voltam para as candidaturas para a Presidência da República e para de Governantes do Estado de Santa Catarina, no primeiro caso, com uma maioria de candidatos homens, e no segundo caso quando a temática abordada foge, de certa forma, da especificidade das questões de gênero, como questões históricas da ditadura, estudos raciais, entre outros.

De forma numérica e em igual número (quantidade) aparecem as fontes Oficiais e Institucionais, em relação ao número de fontes mulheres ouvidas. A visibilidade de movimentos e organizações aproximadas às questões de gênero é interessante, principalmente no *Catarinas*, que mantém uma relação muito próxima com os movimentos sociais de Santa Catarina e da cidade de Florianópolis.

Em seguida, focamos nas fontes consultadas pela *Revista Azmina*, que, em números totais, ouviu 124 pessoas e entidades. Com o auxílio do Gráfico 5, observamos os detalhes dessa cobertura:

Gráfico 5: Relação de fontes por gênero e categoria na *Revista Azmina*



Fonte: A autora (2023).

A Revista mantém um padrão que se assemelha aos dados do veículo analisado anteriormente, mas, detém de algumas peculiaridades. O maior contingente observado continua sendo as Fontes Temáticas, mas, diferente do que vimos e veremos a seguir, essas fontes aparecem em outros formatos. Principalmente, em Reportagens (não coincidentemente, é o gênero mais recorrente na *Azmina*).

Pensar em que tipo de texto ou recurso que essas fontes aparecem nos ajuda a pensar de que forma os portais pensam em utilizar essas vozes. No caso específico da revista, vemos uma preocupação em alocar essas candidatas a cargos públicos em outras esferas, além de pensar somente em suas propostas.

Um exemplo disso é a matéria “Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018⁴⁵” publicada em 20 de setembro de 2018. A reportagem aborda as novas legislações e buscas pelo Tribunal Superior Eleitoral por

⁴⁵ Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/laranjas-profissionais-com-zero-votos-em-eleicoes-antiores-elas-sao-candidatas-em-2018/> Acesso em: 15/12/2022

candidaturas “laranjas” – registradas apenas com o intuito de completar os números obrigatórios da Lei de Cotas.

Quando apresentamos a revista, no Capítulo 5, conseguimos distinguir algumas características de publicação e de ação. Dentre elas, está um número de publicações menor, quando comparados com outros portais. Entretanto, esse número reduzido proporciona a produção de reportagens mais longas. Tanto é que o número de fontes ouvidas é superior ao do *Portal Catarinas*, apesar da diferença considerável no número de publicações.

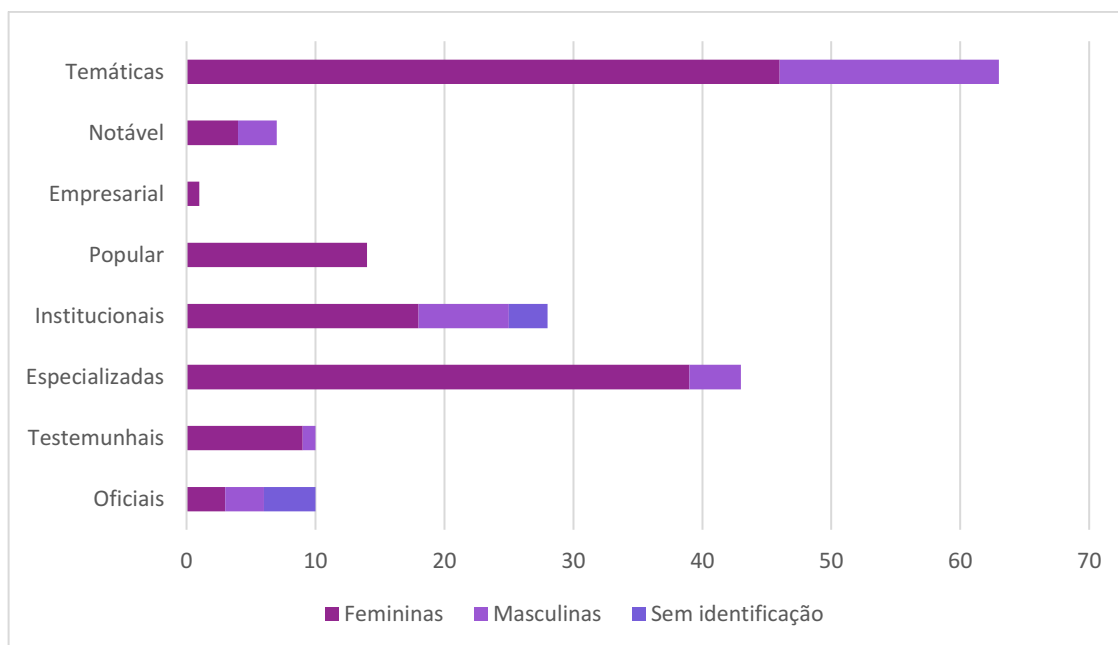
Assim, observar as fontes Especializadas em segundo lugar desse gráfico faz sentido e complementa o que já registramos como uma preocupação de aprofundamento das temáticas abordadas. Não é à toa também que um número muito expressivo de homens na categoria de fonte especializada aparece. Isso indica uma possibilidade de diretriz, característica da *Revista Azmina*: a produção de grandes reportagens.

Por fim, notamos a presença das Fontes Institucionais, em terceiro lugar deste ranking. Escolhemos um texto que representa a maneira como essas fontes aparecem nos conteúdos, intitulado “*Tinder das Eleições: conheça as plataformas para encontrar a candidata ideal*”⁴⁶, publicada em 26 de setembro de 2018. Nela, a jornalista Amanda Célio lista os espaços que auxiliam os eleitores a encontrarem candidatas mulheres que se aproximem de suas convicções, e conversa com as pessoas responsáveis e/ou desenvolvedoras dessas plataformas. Só nessa matéria, pelo menos 10 organizações são citadas e entrevistadas.

Dando sequência aos dados de fontes, iremos agora nos debruçar aos números obtidos pelo portal que teve tanto o maior número de publicações, como o maior número de fontes consultadas: a *Gênero e Número*, com um total de 176. Como nos jornais anteriores, olhamos primeiro para os números dispostos no Gráfico 6, a seguir:

Gráfico 6: Relação de fontes por gênero e categoria no Gênero e Número

⁴⁶ Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/tinder-das-eleicoes-plataformas-para-encontrar-candidata/>
Acesso em: 15/12/2022



Fonte: A autora (2023).

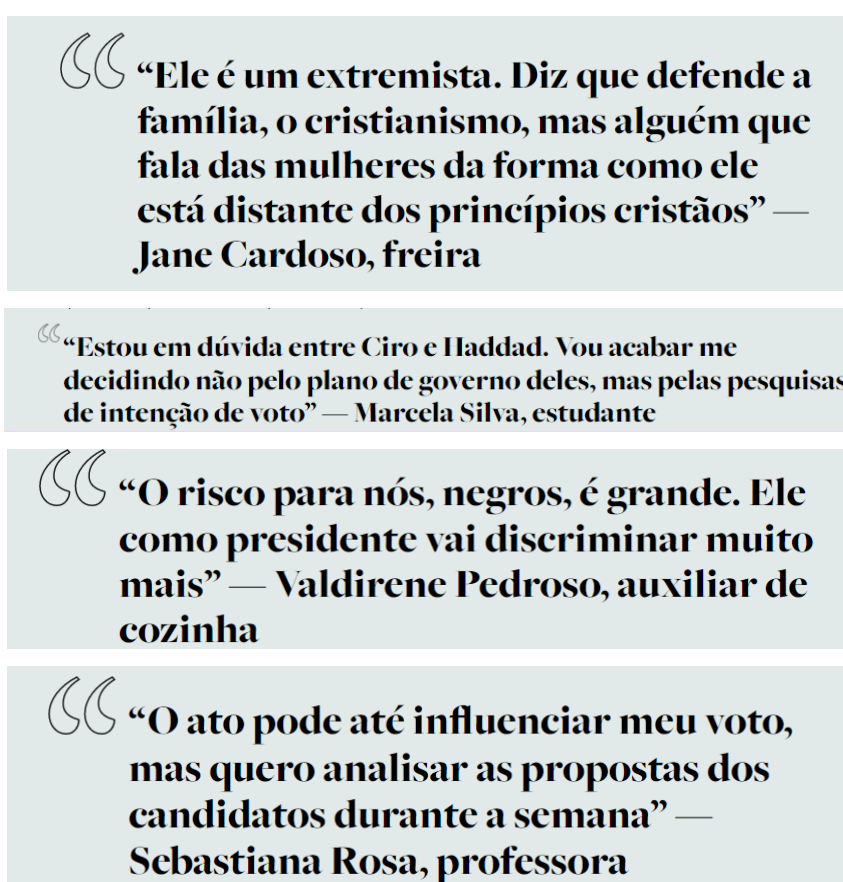
Como este é o último portal que observamos as práticas em relação às fontes, já podemos iniciar as constatações de maneira mais incisiva. É interessante perceber que as três principais (com maior incidência) em relação ao tipo de atuação das fontes se mantêm quase as mesmas nos três veículos, com exceção do *Catarinas*, que inclui as fontes oficiais empatada em terceiro lugar.

Mas, retomando as características da *GN*, as fontes Temáticas, líder de inferências, aparecem de maneira bem parecida com o primeiro portal analisado, por priorizarem o espaço dado para estas fontes em forma de entrevistas. Neste caso, são candidatas que entram pela primeira vez no âmbito eleitoral. Nessa categoria podemos salientar um número expressivo de homens como fontes, contudo, nesses casos não são entrevistas, mas sim, em notícias e reportagens sobre o período eleitoral.

As fontes Especializadas e Institucionais ocupam, respectivamente o segundo e o terceiro lugar dessa lista. A semelhança com os demais portais impressiona, apesar de cada portal se comportar de formas diferentes em relação às fontes. Como já descrevemos anteriormente as funções e implicações delas quando pensamos nas duas categorias, faremos uma “menção honrosa” para as fontes Populares que estão presentes nos três veículos, e no *GN* com certa frequência, já que ocupa o quarto lugar da lista.

Escolhemos a matéria intitulada “Na multidão de mulheres contra Bolsonaro, indecisas se dizem influenciadas pelo grande ato feminino⁴⁷”, publicada em 01 de outubro de 2018, como exemplo. O texto acompanha o primeiro ato de mulheres contra a candidatura e a carga representada pelo candidato Jair Bolsonaro, além de registrar como os atos acontecem pelo país, a reportagem ouviu mulheres de diferentes faixas etárias, profissões, raças, para entender suas dúvidas e receios quanto as suas escolhas eleitorais. A seguir, reunimos destaques das frases das mulheres ouvidas pela reportagem:

Figura 8: Screenshots da reportagem “Na multidão de mulheres contra Bolsonaro, indecisas se dizem influenciadas pelo grande ato feminino”, da *Gênero e Número*



Enquanto presenciam as manifestações em diversos locais do país, as jornalistas que abordam as fontes se deparam com diversas realidades e pensamentos, mesmo que o movimento seja para mostrar o descontentamento com a candidatura de Bolsonaro. Isso indica parâmetros de como a eleição segue, mesmo que o campo polarizado se fortaleça cada vez mais durante a campanha de 2018. O interessante de destacar das vozes e pensamentos dessas

⁴⁷ Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/na-multidao-de-mulheres-contra-bolsonaro-indecisas-se-dizem-influenciadas-pelo-grande-ato-feminino/> Acesso em: 25/11/2022

mulheres, que aqui se comportam como fontes populares, é que é possível que leitores se reconheçam nessas realidades, que se revelam diversas.

Interessante pontuar que, de forma geral, nos três portais, as fontes oficiais não são utilizadas da mesma maneira que vemos em estudos de fontes por outros veículos, que não os analisados aqui. Traquina (2012) já indicava, quando cita o estudo de Gans (1979) que as fontes oficiais são vistas pelos jornalistas como uma forma de credibilidade maior, em relação a outros tipos de fontes. Ele explica que isso acontece pela possibilidade de confirmação ser mais rápida, e considera que as fontes oficiais seriam mais credíveis, honestas.

O uso das fontes oficiais, entretanto, não se desenvolve da mesma maneira quando olhamos para este período de análise dos portais com perspectiva de gênero. Vimos que apenas em um portal as fontes oficiais aparecem no ranking das principais, e ainda empatada em terceiro lugar com outra categoria.

Podemos sugerir que isso acontece por vários motivos, um deles seria o interesse dos portais de ir em busca de outras fontes, já que as oficiais são ouvidas em outras frentes com maior recorrência e, de certa forma, representam mais vozes masculinas (pensando que cargos de chefia são mais ocupados por homens do que por mulheres). Outro ponto seria a mudança dessa perspectiva de confiança dos jornalistas para as fontes especializadas, ao invés das fontes oficiais.

Essa possibilidade fica ainda mais evidente quando olhamos para os dados das fontes especializadas, que aparecem nos três portais com grande destaque. Ou seja, é possível sugerir que esses portais busquem os dados e informações, inclusive teóricas, para embasamento das matérias diretamente com as fontes que fazem esse tipo de trabalho: pesquisadores e pesquisadoras.

5.2.1 Os dados

Antes de abordarmos o último item desta análise, desdobraremos de forma breve as percepções obtidas sobre os dados e pesquisas realizadas e citadas dentro dos conteúdos jornalísticos. Na definição de Schmitt (2011), essas são chamadas de Fontes Referenciais e dizem respeito a todos os arquivos, bancos de dados, plataformas, leis, entre outros que foram utilizados e mencionados pelas reportagens como fontes de informação.

Em uma análise concisa, pontuaremos um dos elementos observados durante esta pesquisa, que consiste na predominância dos dados do TSE quanto às eleições, leis eleitorais e demais numerais. Torna-se obrigatória a presença dos dados oficiais do Tribunal sobre

diversas questões que impactam no andamento e conclusão das eleições. Entretanto, vários materiais acabam se tornando reféns dos números produzidos pelas plataformas, ou sem alguns aprofundamentos. Isso acontece principalmente após as eleições, com os resultados, que acabam só sendo divulgados, sem uma discussão que foi construída nos conteúdos pré-eleições. As limitações das plataformas e dados disponíveis pelo TSE dificultam também que outras questões sejam abordadas, principalmente em questões de interseccionalidade.

É o que os manuais da PNUD (2011), CIMAC (2009) e outros documentos sobre jornalismo com perspectiva de gênero destacam: a dificuldade de acesso e de produção de dados que auxiliem o jornalismo na problematização das questões sociais. Parte dessa produção de dados acaba sendo realizada por iniciativas de ONGs e plataformas, que são trabalhos importantes e merecedores de reconhecimento, entretanto, não eximem a responsabilidade dos órgãos públicos de fornecerem dados que considerem as diversas camadas existentes na sociedade brasileira e em seus problemas.

5.3 TEMÁTICAS E ASPECTOS DO CONTEXTO DE PRODUÇÃO

Como último item de análise deste capítulo, refletimos sobre as temáticas que foram tratadas pelos três portais, e, de certa forma, introduzimos um debate sobre os modos de abordagem e aspectos do contexto de produção. Nossa intenção é, a partir da Análise de Conteúdo, pincelar a escolha das maneiras com que os assuntos foram discutidos pelos portais relacionando com os aspectos do contexto de produção.

A estrutura sugerida pela ACJ para analisar os contextos o divide em dois momentos: o interno (sobre os portais) e externo (sobre o contexto do período de análise). Aqui, escolhemos uma abordagem em que o contexto externo converse com as temáticas analisadas e destacadas. Entendemos que parte dos contextos já foi contemplada em outros momentos desta dissertação – como o capítulo que retoma as Eleições de 2018, e a apresentação dos portais, no capítulo metodológico.

Em relação às temáticas, ao todo, foram nove categorias estabelecidas durante e após a leitura dos textos e demais conteúdos. Essas categorias buscam englobar todos os temas presentes e os aproximam da discussão que fizemos, sendo que a definição e apresentação das categorias já foi descrita no Capítulo 4. No Quadro 5 expomos a relação completa das inferências das categorias nos três portais:

Quadro 5: Relação de temáticas presentes em *Catarinas*, *Revista Azmina* e *Gênero e Número*

	Portal Catarinas	Revista Azmina	Gênero e Número
Campanha	2	2	6
Direitos Reprodutivos	1	3	6
LGBT+	0	0	4
Movimento	10	12	13
Raça	0	2	6
Religião	0	2	1
Representatividade	4	4	19
Violência	4	1	6
Vozes	14	2	8

Fonte: A autora, 2023.

Podemos deter a atenção primeiro para as temáticas que se destacam numericamente pelo panorama geral, que são **Movimento**, **Representatividade** e **Vozes**, respectivamente. Essas categorias endossam o que viemos construindo a partir da análise da cobertura, já que indica possibilidades, ou melhor, modos de abordagem para a produção de conteúdo jornalístico.

A importância dada para os portais para a categoria denominada de **Movimento**, que vai discutir momentos históricos, movimentos sociais, o crescimento das mulheres na política de uma perspectiva documental, entre outros, é muito interessante. Reflete na intenção dos veículos de aproximar seus leitores de conteúdos e conhecimentos que nem sempre são difundidos nos meios de comunicação. Nesta categoria podemos fazer um destaque para reportagens que vão historicizar o momento de ditadura militar no Brasil, como a reportagem “Relatos de mulheres presas pela ditadura militar atualizam resistência a autoritarismo no Brasil⁴⁸”, publicada pela *Gênero e Número* em 8 de novembro de 2018.

A matéria citada acompanha o lançamento de um documentário chamado “Torre das Donzelas”, que iria ser disponibilizado no início de 2019, e, além de uma conversa com a diretora do filme, traz a visão da participação das mulheres na luta contra o período ditatorial, inclusive a ex-presidente Dilma Rousseff. Outro ponto interessante notado pelo portal é a relação do autoritarismo dos anos 70 e 80, com o momento político vivido em 2018. Já destacamos a polarização e o discurso de ódio que se instaurou de maneira exacerbada

⁴⁸Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/relatos-de-mulheres-presas-pela-ditadura-atualizam-resistencia-autoritarismo-no-brasil/> Acesso em:31/01/2023

durante a campanha eleitoral deste ano, e como as declarações de saudosismo e apoio de Jair Bolsonaro a ditadura e a torturadores⁴⁹ durante toda sua vida política incitam essa relação.

Na reportagem, a cineasta Susanna Lira, entrevistada e diretora do documentário afirma: “Eu achei que ia contar uma história, mas estou vivendo essa história na pele. Eu fico arrepiada de falar. É muito assustador” (GÊNERO E NÚMERO, 2018).

Ainda sobre a categoria de **Movimento**, muitos dos textos opinativos aparecem, já que o tom utilizado tanto pelos editoriais quanto pelas colunas, é o de movimentação por parte de seus leitores, enquanto eleitores e transformadores de estruturas sociais. Um exemplo é o editorial publicado pelo *Portal Catarinas*, em 28 de setembro de 2018, com o título: “Mulheres diferentes, mas unidas, seremos cada dia mais a voz da transformação”⁵⁰. O texto reforça as questões de desigualdade, mas de esperança com a possibilidade de mulheres conscientes adentrarem cargos públicos. Em um trecho, o portal incentiva seus leitores a participarem das manifestações do dia seguinte, e define seu lugar como veículo com perspectiva de gênero:

Resistiremos juntas contra todas as ideias reacionárias que nos atacam frontalmente, que colocam em risco tudo o que conquistamos tão duramente ao longo de décadas e que pretendem barrar nossas conquistas futuras, que serão muitas. (CATARINAS, 2018).

É impossível não citar a categoria de **Direitos Reprodutivos**, que poderia “fugir” das temáticas envolvendo as campanhas políticas, mas é vista e reconhecida como um debate público e político essencial, mesmo que não se relacione a candidatos específicos. Quando falamos de diferentes abordagens e até assuntos que são possíveis de desenvolvimento no jornalismo alternativo, falar sobre direitos reprodutivos pode ser um dos exemplos.

Isso indica um olhar de temáticas que impactam as vidas e decisões em relação ao aborto, das mulheres e homens trans. Já comentamos nas apresentações dos portais que a *Revista Azmina* possui uma proximidade com a temática, e já teve matérias de alto alcance que foram desenvolvidas sobre aborto.

Como exemplo de uma reportagem feita em um cenário de ano eleitoral no país, escolhemos a intitulada “O aborto é traumático quando não há atendimento humanizado”, diz Rebeca Mendes, que teve aborto negado pelo STF”⁵¹ publicada em 06 de agosto de 2018. A

⁴⁹ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/03/27/interna_politica.1355776/bolsonaro-elogia-coronel-condenado-por-tortura-lutou-por-democracia.shtml Acesso em: 31/01/2023

⁵⁰ Disponível em: <https://catarinas.info/editorial-mulheres-diferentes-mas-unidas-seremos-cada-dia-mais-a-voz-da-transformacao/> Acesso em: 28/12/2022

⁵¹ Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/o-aborto-e-traumatico-quando-nao-ha-atendimento-humanizado-diz-rebeca-mendes-que-teve-aborto-negado-pelo-stf/> Acesso em: 01/02/2023

matéria vai acompanhar casos em que o acesso, garantido por lei, para o aborto foi negado, e quais as consequências para as vidas dessas mulheres.

Como forma de simbolizar outras questões e vieses que os portais decidem transmitir para seus leitores, já que não é possível descrever todas as nuances, temáticas e modos de abordagem utilizados, agrupamos os títulos de todas as 132 matérias coletadas em uma nuvem de palavras, que pode ser visualizada a seguir:

Gráfico 7: Nuvem de palavras de títulos das matérias de *Portal Catarinas*, *Revista Azmina e Gênero e Número*



Fonte: A autora (2023)

Esta nuvem pode ser considerada uma forma de resumir as características em relação aos temas abordados, envolvendo os três portais analisados. A pesquisa tinha a intenção de perceber alternativas ao conteúdo feito pelo jornalismo, durante um período eleitoral, e as temáticas (junto com as narrativas escolhidas) são peça chave desse desenvolvimento. Pelo gráfico acima, é possível destacar como o aborto aparece, em diversas expressões, com destaque, e que não se contenta apenas à temática, mas a seu aprofundamento como as expressões: “aborto traumático” e “aborto STF”.

A questão dos direitos reprodutivos teve uma agenda pública de debate ampliada em 2018, já que foram realizadas audiências públicas sobre a descriminalização da interrupção da

gravidez até a 12^a semana no Supremo Tribunal Federal⁵². Ou seja, a votação dizia respeito à prisão ou não das mulheres que realizavam o aborto. As audiências foram marcadas por discursos conservadores e restritivos à medida, bem como evidenciou a luta e movimento pelo direito ao aborto.

Albertina Oliveira (2020), que também estuda as possibilidades de um jornalismo com perspectiva de gênero, compreende que evidenciar as temáticas que devem ser do problema público, mas que afetam principalmente as maiorias minorizadas, faz parte desse tipo de iniciativa: “É de grande relevância contextualizar os crimes de gênero como parte de um problema social mais amplo que é a desigualdade entre os gêneros na sociedade” (OLIVEIRA, 2020, p. 12).

A autora ainda reitera que a percepção do público perante as temáticas vai depender e ser determinada pela mídia. “Cabe a ela, buscar de forma justa retratar as situações de forma que a população possa ser levada a entender a notícia como um acontecimento e assim tirar as suas próprias conclusões” (OLIVEIRA, 2020, p. 24).

Dando continuidade à análise da nuvem de palavras, a preocupação com os espaços legislativos e executivos pelos portais estudados, ou seja, da atuação do Estado, aparece de forma bem expressiva, já que facilmente são reconhecidas palavras como audiência, estado, direito, congresso. Observando mais atentamente o momento eleitoral, identificamos várias expressões que se relacionam com a temática. São elas: “política, eleições, fundo eleitoral, laranjas, Fernando Haddad, bancada feminina, voto”. Um dos maiores destaques na nuvem está para “Governo Bolsonaro”, o nome do candidato ter um grande foco, está justamente na luta desses portais, em conjunto com os movimentos sociais, para retrair sua campanha, diminuir sua força e expor os pensamentos de um candidato que fere todas as minorias em seus discursos e ações.

O último item que gostaríamos de destacar na nuvem, é a menção repetida para palavras que se relacionem com o feminismo e o movimento feminista. Essa aproximação não deixa dúvidas em relação às intenções e em quais valores e entendimentos os portais se reconhecem. Aqui, podemos relembrar as apresentações e compromissos que os três veículos apresentam, e estão descritas no Capítulo 5.

A relação que se pode fazer é a da constante aproximação dos portais com o movimento e estudos feministas. Quando se olha para os títulos das matérias e se percebe o uso das terminologias que são caras ao movimento, percebem-se as escolhas e reforçam o

⁵² Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/08/03/stf-faz-audiencias-publicas-sobre-descriminalizacao-do-aborto-entenda-o-processo-e-o-que-esta-em-disputa.ghtml> Acesso em: 31/01/2023

compromisso feito por essas apresentações, para estarem atentas a discussões que envolvam gênero e suas interseccionalidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de realização de um trabalho, como uma dissertação, sempre vem carregada de desafios. É importante pontuar que a produção deste trabalho foi realizada em condições diversas, e completamente fora das ideais. A pandemia de Covid-19 nos forçou a modificar nossa realidade, os encontros, as formas de se relacionar, e, de aprender.

Dito isso, em conjunto com um estado pandêmico, de restrições, da modalidade de estudos à distância, pode-se destacar o período político vivido no Brasil. De 2019 ao fim de 2022 tivemos como presidente Jair Bolsonaro, político de extrema-direita, que, somada a suas ações criminosas, teve como objetivo o desmonte do ensino público. Foram diversos os cortes na pesquisa – mesmo em um momento que se fez ainda mais necessária, na extensão, no funcionamento básico das escolas, e, neste caso em específico, das universidades.

Ainda assim, resistimos.

Este trabalho teve como objetivo principal atentar o olhar para a cobertura jornalística eleitoral, realizada por portais feministas e com perspectiva de gênero. A escolha pelas eleições de 2018 como o período a ser analisado por esta pesquisa foi fácil, ou melhor dizendo, um processo intuitivo. Como já destacamos no capítulo 2, as eleições desse ano foram marcantes para diversas questões sociais, inclusive o debate de gênero. Foram eleições com participação expressiva de candidaturas de mulheres, e uma em que os discursos conservadores e de ataques às maiorias minorizadas foram recorrentes. O resultado dessa eleição não deixou dúvidas de como o país precisa reconhecer seu passado, repensar suas estruturas sociais, suas consciências de classe, de privilégios.

É com essa realidade já instaurada, em 2020, que esta pesquisa começou a ser desenvolvida. E com ela nos veio a pergunta: **Como os portais jornalísticos com perspectiva de gênero cobriram as eleições presidenciais de 2018? Quais as características dessas coberturas?**

Buscando a resposta procuramos refletir sobre a construção do que entendemos como um jornalismo com perspectiva de gênero. No capítulo 4 abrimos um espaço para debater as percepções de autoras que se dedicam a pesquisar a temática. Aqui, realçamos que compreendemos esse jornalismo não como uma teoria ou uma modalidade diferente. E sim, como uma perspectiva de visão para a produção de jornalismo, seja ele hegemônico, alternativo, de política, esporte ou cultura.

Recapitulamos que os manuais de jornalismo com enfoque em gênero destacam a visão de uma produção consciente das problemáticas e desigualdades presentes nas

sociedades. Pensar nas categorias como gênero, raça e classe, na produção do jornalismo, seria, de acordo com os manuais, uma tentativa para retratar a realidade de forma mais verídica e plural.

Assim, buscamos delimitar as características sugeridas pelos manuais e estudos de jornalismo com enfoque de gênero, para que seja possível analisar e identificar quais dessas características estão presentes nos portais analisados nesta pesquisa. A abordagem das coberturas jornalísticas eleitorais nos possibilitou perceber alternativas no tratamento das pautas e fontes.

Quando discutimos no capítulo dois sobre a polarização do campo político e social que se estabeleceu de forma generalizada em 2018, entendemos como a mídia compreende um papel indispensável para o clima gerado. Camyla Terra (2019) aponta as divergências entre coberturas sobre as manifestações que acontecem durante as campanhas daquele ano.

Fomos em busca, então, de elementos que se apresentem como alternativas de ação para a produção do jornalismo, evidenciando a perspectiva de gênero e adequando os modos de produção para diferentes visões.

Nos portais com perspectiva de gênero estudados, por exemplo, percebemos a representação das mulheres candidatas a algum cargo, com uma posição de validação de seu trabalho, diferente de espaços da mídia em que essas candidatas têm sua posição e função questionada, como Rayza Sarmiento observa.

Já na análise piloto realizada para a qualificação deste trabalho, percebemos uma diversificação dos temas que estão relacionados as editorias de política dos portais. Tanto no período eleitoral de fato, quanto nos meses que o antecedem e o sucedem, a busca por pautas que se integram as dos movimentos feministas, podem ser observadas. A partir daí definimos as metodologias que nos auxiliaram a alcançar os objetivos específicos deste trabalho, a Análise de Cobertura Jornalística (ACJ) e a Análise de Conteúdo (AC) que nos permitiu reconhecer as características presentes no jornalismo com enfoque em gênero e demonstrou ser uma combinação metodológica que contempla a análise da singularidade da prática jornalística.

Então, além de ser um método que auxiliou para o alcance dos objetivos da pesquisa, nos ajuda pensar os próprios procedimentos que utilizamos nas pesquisas de comunicação. A escassez de metodologias específicas do campo, em especial do jornalismo, faz com que experiências como as dessa pesquisa e de outras que utilizam a ACJ (em combinação com a AC ou com outros métodos), como um ponto de partida para a busca desses arranjos metodológicos.

Neste trabalho, precisamos adaptar diversas categorias da análise, para que coubessem nos objetivos propostos do trabalho. A Análise de Cobertura Jornalística foi inicialmente estruturada para pensar e analisar o material impresso, e, como as coberturas que observamos estão situadas no jornalismo online, mudanças nessa estrutura foram necessárias. Os recursos multimidiáticos e as fontes também foram categorias que precisaram de uma formulação própria, para incluir características que são importantes para a análise das coberturas. Quando focamos o olhar para as temáticas, percebemos que seria de interesse reunir procedimentos da Análise de Conteúdo, para suprir as demandas de construção das categorias temáticas.

Mesmo assim, a utilização de uma base de análise de cobertura foi de extrema importância e nos auxiliou a perceber diversos detalhes de cobertura, como as editoriais, os recursos, as assinaturas, gêneros jornalísticos e outros. Assim, reforçamos os benefícios que a utilização da ACJ trouxe para a pesquisa e podem trazer para pesquisas futuras. Ademais, pensamos que metodologias podem ser combinadas, e, como foi nosso caso, é possível que outros trabalhos visem esse intercâmbio metodológico para que os objetivos possam ser alcançados.

Como pressuposto de pesquisa, entendíamos que a cobertura dos portais feministas iria se aproximar do que desenvolvemos teoricamente como o jornalismo com perspectiva de gênero. Ao decorrer do trabalho, pudemos identificar essas relações com facilidade. No primeiro momento, as apresentações, histórias e linhas editoriais dos três portais são abertamente construídas a partir de um entendimento de gênero, interseccionalidade, movimentos sociais. O *Portal Catarinas* se intitula como “feminista e antirracista”, a *Revista Azmina*, por sua vez, tem como linha de apoio ao nome “jornalismo e tecnologia pela igualdade de gênero”. Na *Gênero e Número* fica mais claro ainda, já que o nome indica uma perspectiva de olhar para os dados.

A hipótese que formamos antes de nos debruçarmos ao escopo da análise foi que seria possível identificar diferentes alternativas de coberturas jornalísticas sobre política e eleições com temas que são apontados pelas perspectivas de gênero no jornalismo. Ao decorrer do trabalho, foi possível confirmar tal hipótese e demonstrar no decorrer da análise quais foram as características dessas coberturas.

A primeira conclusão que podemos retirar deste trabalho é que os três portais realizam coberturas jornalísticas eleitorais, ou seja, específicas para o período eleitoral. Pelo caráter de produção ser diferenciado, e menos volumoso, seria possível que os portais não conseguissem desenvolver conteúdos que acompanhassem os processos eleitorais. Entretanto, mesmo com as limitações já identificadas como parte da produção de jornalismo alternativo, pudemos

perceber um empenho na publicação de material sobre as eleições de 2018, com todos indicando ser uma cobertura direcionada.

Retomamos agora, alguns dos resultados obtidos pela análise e que nos ajudam a pensar uma cobertura eleitoral no jornalismo, com a visão pelo enfoque de gênero. A principal diferença que notamos, e que é comum aos três portais, é a utilização de maioria de fontes mulheres em seus conteúdos. Ao todo, a porcentagem chega a 76%, em relação a todas as fontes ouvidas pelos três portais. A possibilidade de diversificar as fontes já é uma indicação que os manuais de perspectiva de gênero sugerem, e que é visualizada aqui.

O destaque para vozes femininas indica que os portais percebem o quanto quem fala importa para a forma como o conteúdo será desenvolvido. Veiga da Silva (2014) destaca como o jornalismo vai fazer parte da produção dos entendimentos de gênero e de suas relações. Ou seja, as escolhas que fazemos com o jornalismo vão impactar no trabalho final, e se só reproduzimos o que já nos é exposto estruturalmente, não conseguimos romper com essas concepções.

É importante chamar atenção, entretanto, que não vai ser somente a escolha por homens ou mulheres para serem fontes que designa a pluralidade no jornalismo. Os demais marcadores de diferença como raça, classe, religião, sexualidade, devem importar na escolha das fontes. A visão de qualificar as fontes que serão ouvidas, nos permite chegar em discursos e realidades que não necessariamente seriam representadas. Um exemplo disso é a matéria do portal *GN*, que já foi citada no capítulo de análise, que vai em busca de pensamentos totalmente diferentes sobre as eleições e o candidato à presidência Jair Bolsonaro.

As funções que essas vozes desempenham no material jornalístico também vão impactar no resultado das matérias jornalísticas. Vimos que os portais concentram seus esforços na busca por fontes especializadas, que vão trazer mais fundamento, dados e pesquisas para os trabalhos. Como já citamos em diversos momentos dessa dissertação, a visão sobre as mulheres acerca de suas supostas funções na sociedade vai ser reproduzida estruturalmente pela mídia tradicional (WOITOWICZ, 2011; FRANCO E CERVERA, 2006). Quando o tema é a sua participação política, então, a presença das mulheres é ainda mais invisibilizada. É por isso que, em certa medida, os três veículos oportunizam que candidatas a cargos públicos tenham destaque durante o período de campanha. É a partir dessa tendência que pudemos estruturar uma categoria temática nas funções das fontes: as que desempenham seu papel como candidatas. Como vimos, o *Portal Catarinas* e a *Gênero e Número* produziram séries de entrevistas e perfis para apresentar essas mulheres e suas propostas para

suas leitoras, de forma a facilitar a popularização dessas candidaturas, muitas vezes, esquecidas.

A intenção dos portais em assumir uma postura de enfrentamento dos estereótipos é definido, não somente, mas com grande importância, pelas vozes que são ouvidas. Talvez, esse seja um caminho que nos permita observar quais são as pessoas que estão sendo consultadas pelos materiais jornalísticos, e como poderíamos aprimorar essa seleção.

Outro ponto que podemos destacar sobre a cobertura realizada pelos três veículos, seria o das abordagens temáticas. Só com essa coleta, poderíamos analisar questões como enquadramento, linguagem, ativismos, entre outras. Neste trabalho, conseguimos observar quais temas apareceram nas coberturas e, de forma breve, pontuar de que forma normalmente são tratados.

Pelas categorias temáticas podemos verificar dois pontos principais na cobertura jornalística eleitoral: 1) o enfoque na participação diversa na corrida eleitoral; 2) a discussão política, mas que não diz respeito a campanhas, e sim, a estrutura de políticas públicas. Dentro desses pontos, podemos destacar a discussão sobre a participação desigual de mulheres, negros, LGBTQIA+ nas cadeiras parlamentares e executivas, os direitos reprodutivos e a questão da discriminação do aborto e, também, a inclusão de um debate relacionado à religião, tanto sobre a intolerância religiosa dentro dos ambientes, quanto sobre a forma como a crença religiosa de candidatas pode influenciar em sua caminhada política.

Como forma de sintetizar outras considerações sobre os portais, apontamos que, apesar dos três se aproximarem quanto a questões de abordagem, temáticas e nas perspectivas de gênero, eles possuem formatos e gêneros jornalísticos diferentes nessa produção. Isso indica que não existem formas exclusivas de se fazer o jornalismo alternativo, muito menos o jornalismo com perspectiva de gênero.

As possibilidades das plataformas na internet se destacam de maneiras diferentes, como a *Gênero e Número*, que busca inovar nas formas de contar suas histórias, a partir da visualização de dados por infográficos interativos, com múltiplas possibilidades de visualização. A *Revista Azmina* procura desenvolver suas matérias com o uso de recursos imagéticos, forma de evidenciar a representatividade das fontes e das histórias contadas. Já o *Portal Catarinas* busca se ambientar nos movimentos, para que seus leitores e leitoras se aproximem das pautas, discussões e do que acontece em uma escala menor, regional.

Pensando nas teorias feministas, podemos, nos capítulos 3 e 4, desenvolver as ligações que são pertinentes para entender as atuações do movimento no Brasil e a sua relação com a imprensa alternativa e a política. Entretanto, sabemos que outras perspectivas, como as teorias

do feminismo decolonial, poderiam se fazer presentes nesse trabalho, já que se relacionam diretamente com o contexto latino-americano. Apesar de reconhecer essa como uma teoria possível e importante de ser desenvolvida em conjunto com a temática da dissertação, avaliamos que para o momento e o prazo da pesquisa não seria possível trazer no embasamento teórico, pela falta de tempo para aprofundar as reflexões. Sendo assim, fica como sugestão para pesquisas futuras que tenham objeto de pesquisa semelhante.

A pesquisadora Ana Paula Bandeira (2015), quando estuda os tensionamentos entre jornalismo feminino e feminista, aponta que o jornalismo feminista já que se relaciona com o movimento feminista deste sua gênese: “[...] é identificado pelo destinatário como aquele política e socialmente engajado na busca de direitos e contestação do papel atribuído à mulher na sociedade” (BANDEIRA, 2015, p. 198). Ou seja, o conteúdo se relaciona com as pautas do movimento, e os leitores e leitoras também estarão conscientes dessa relação. Essa consciência oportuniza que um diálogo possa ser estabelecido, em conjunto com participantes de movimentos e simpatizantes. A crítica que podemos fazer e refletir é até que ponto esse jornalismo vai chegar a outras bases, e criar um debate além do que já se espera de sua comunidade. Romper a barreira dos filtros e bolhas de informação, principalmente no ambiente online, é um desafio que requer mais pesquisas e reflexões.

Vemos com este trabalho, que a contribuição de um enfoque de gênero nos conteúdos jornalísticos compreende em um olhar mais diverso e representativo da profissão. Pelos exemplos que trouxemos na análise de cobertura jornalística dos três portais, podemos observar como é possível e quais são os desafios para que a prática do jornalismo siga a sua busca por uma produção consciente e preocupada com os estereótipos e conceitos que reproduz ou não, a fim de repensá-los. A prática de um olhar ciente dos impactos das representações na imprensa nos conduz para que possamos pensar novas pautas, fontes, relações de trabalho, entre outros. É por esse motivo que não podemos entender o jornalismo com perspectiva de gênero como uma categoria de jornalismo, como uma prática destinada e produzida por alguns/mas, e sim, como parte do processo jornalístico como um todo.

Por fim, com a dissertação, tivemos a oportunidade de compreender métodos que o saber jornalístico pode se apropriar e integrar em sua rotina profissional. Caso que relaciona a pesquisa e estudos diretamente com a prática do jornalismo. Ao decorrer do trabalho, podemos ter contato com diversas pesquisadoras e trabalhos que se debruçam no conhecimento por um jornalismo mais inclusivo, representativo e equalitário, ao mesmo tempo que buscam esses valores para a sociedade. Todavia, podemos destacar aqui que a perspectiva de gênero como modos de fazer pode ser ainda muito explorada, tanto em

trabalhos de análise, como de concepções de outras práticas. A relação da política, cobertura jornalística de eleições e as relações com gênero também sofrem com lacunas que podem ser preenchidas em próximos estudos da área. É evidente que os estudos de gênero seguem avançando e se desenvolvendo, e a partir dessas atualizações, novas problemáticas de representações na mídia e da atuação do jornalismo podem ser discutidas.

Outras questões, como a possibilidade de relacionar as diversas interseccionalidades em outras categorias da produção, como por exemplo, no olhar para as fontes, pode nos trazer mais reflexões sobre o jornalismo que fazemos e o que queremos alcançar.

Em tempo, essa pesquisadora entende que, apesar de reconhecer a importância de trabalhos como este, que analisam coberturas alternativas, entende que a perspectiva de gênero não pode se resumir a trabalhos que vão as debater de forma enfática. Quero dizer que os trabalhos em comunicação e jornalismo precisam considerar gênero e outros marcadores da diferença e desigualdades como parte de seus projetos de pesquisa, mesmo quando a proposta que é objeto de pesquisa não vá discutir algum desses pontos integralmente.

A produção de conhecimento, assim como o jornalismo, é atravessada pelas mesmas questões estruturais históricas que já discutimos neste trabalho. Ou seja, é preenchida por relações patriarcais, machistas, sexistas, racistas, heteronormativas. Não podemos deixar de considerar o papel que a ciência tem na quebra de paradigmas e em relação ao que devolvemos para a sociedade como conhecimento e novas perspectivas. Ainda mais que estamos falando sobre uma produção de conteúdo que integra as ciências sociais, que analisam os comportamentos e relacionamentos que temos como sujeitos que vivem coletivamente e participam de diferentes grupos.

Dito isso, entendo que os pesquisadores em comunicação e jornalismo percebam que, mesmo que seus trabalhos não objetivem alguma das temáticas desenvolvidas por essa dissertação e outros trabalhos de temas semelhantes, não se isentam da responsabilidade de criar um ambiente que possam enfrentar as desigualdades. Ainda mais, de considerar esses conhecimentos para a produção de seus projetos, para a suas práticas profissionais e para suas ações e escolhas como indivíduos.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da Notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- AZMINA, Revista. Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018. *Política*, 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/laranjas-profissionais-com-zero-votos-em-eleicoes-antiores-elas-sao-candidatas-em-2018/> Acesso em: 15/12/2022
- AZMINA, Revista. Tinder das Eleições: conheça as plataformas para encontrar a candidata ideal. *Política*, 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/tinder-das-eleicoes-plataformas-para-encontrar-candidata/> Acesso em: 15/12/2022
- AZMINA, Revista. O aborto é traumático quando não há atendimento humanizado, diz Rebeca Mendes, que teve aborto negado pelo STF. *Política*, 2018. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/o-aborto-e-traumatico-quando-nao-ha-atendimento-humanizado-diz-rebeca-mendes-que-teve-aborto-negado-pelo-stf/> Acesso em: 01/02/2023
- BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. “Jornalismo feminino e jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos”. *Vozes e Diálogo*, Itajaí, v. 14, n. 2, p. 190-199, jul./dez. 2015.
- BARBIERI, Catarina Helena Cortada; RAMOS, Luciana de Oliveira. **Democracia e representação das eleições de 2018: campanhas eleitorais, financiamento e diversidade de gênero – relatório final (2018-2019)**. FGV Direito SP, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/27646/RELATÓRIO%20FINAL%202018-2019.pdf?sequence=5&isAllowed=y> Acesso em: 20/11/2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BARSTED, Leila Linhares. Comunicação: é falando que a gente se entende. In: **PROJETO MULHER. Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BENEVENUTO JUNIOR, A. F. M; COGO, D. M; PERUZZO, C. K; KAPLÚN, G. As histórias, as novas mídias e a comunicação alternativa como interlocutores de novas práticas sociais. In: **Encuentro de Docentes y Investigadores de la Comunicación en el Mercosur, 2001, Montevideo**. Comunicação e movimentos sociais: quais redes? São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001, p. 133-153.

BERTASSO, Daiane; GUSTAFSON, Jessica. Das fontes privilegiadas à pluralidade de vozes. In: SILVA, Gislene, VOGEL, Daisi, SILVA, Terezinha (Org). **Apuração, redação e edição jornalística**. Editora UFSC, Florianópolis, 2022.

BRETAS, Ana Beatriz. **Vamos juntas!:** ações políticas online e o ecossistema midiático do ativismo feminista. 2019. 89 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

BRITTES, *et al.* Bolsonaro X Haddad: a configuração da disputa de sentidos a partir de estratégias discursivas presentes nas *fanpages* dos candidatos durante a campanha à presidência. In: **Revista Compólitica**, vol 10(1), 2020.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CATARINAS. Santa Catarina está entre os estados mais feminicidas na pandemia. **Um vírus e duas guerras**, 2021. Disponível em: <https://catarinas.info/santa-catarina-esta-entre-os-estados-mais-feminicidas-na-pandemia/> Acesso em: 24/01/2023

CATARINAS. O Grito #EleNão ecoa na maior manifestação de mulheres da história do país. **#SomosMuitas**, 2018. Disponível em: <https://catarinas.info/o-grito-elena-eco-na-maior-manifestacao-de-mulheres-da-historia-do-pais/> Acesso em: 24/01/2023

CATARINAS. Parlamentar catalão simpático a Bolsonaro persegue vereadora brasileira na Espanha. **Mundo**, 2018. Disponível em: <https://catarinas.info/parlamentar-catalao-simpatico-a-bolsonaro-persegue-vereadora-brasileira-na-espanha/> Acesso em: 24/01/2023

CATARINAS. Editorial – Mulheres diferentes, mas unidas, seremos cada dia mais a voz da transformação. **Editorial**, 2018. Disponível em: <https://catarinas.info/editorial-mulheres-diferentes-mas-unidas-seremos-cada-dia-mais-a-voz-da-transformacao/> Acesso em: 28/12/2022

CAMARGO, Bruna Aparecida, WOITOWICZ, Karina Janz. Formação em Jornalismo e questões de Gênero: Práticas de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de Curitiba e Ponta Grossa/PR. **Revista Brasileira De Ensino De Jornalismo**, 8(23), 26-46, 2018.

CAMPOS, Pedro Celso. Gêneros do Jornalismo e técnicas de entrevista. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 6, n. 1, p. 127-141, 2009.

CANAVILHAS, João. (Org). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilha (Portugal): Livros LabCom Universidade Da Beira Interior, 2014.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino. MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006.

CARTA CAPITAL. Mulheres são 40% das deputadas na Argentina com volta de Kirschner. **Diversidade**, 2019. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/diversidade/mulheres-sao-40-das-deputadas-na-argentina-com-volta-de-kirchner/?fbclid=IwAR1NemGBnVXuwfX_HXCoWKUsS1F7XSMV1JKYtrNagO0kB8P8MW4a22um6uM Acesso em: 24/01/2023

CARVALHO, Guilherme. Jornalismo alternativo na era digital: análise de reportagens da Agência Pública. **Revista Alterjor**, 10(2), 126-142, 2014.

CARVALHO, Guilherme, BRONOSKY, Marcelo. Jornalismo alternativo no Brasil: do impresso ao digital. *Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*, Ponta Grossa, vol. 4, n.1, p.21-39, Jan/Jun de 2017.

CASADEI, Eliza Bachega. A inserção de mulheres no jornalismo e a imprensa alternativa: primeiras experiências no final do século XIX. **Revista ALTERJOR – Grupo de Estudos Alterjor: Jornalismo Popular e Alternativo (ECA-USP)**. Ano 02, vol.01, ed.03, Jan/Jun de 2011.

CHACHER, Sandra. Medios masivos/ medios alternativos y redes de periodistas. In: CHACHER, Sandra.; SANTORO, Sonia. (Orgs.). **Las palabras tienen sexo: introducción a un periodismo con perspectiva de género**. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007. p. 111-124.

CIMAC, Comunicación e Información de la Mujer. **Hacia la construcción de un periodismo no sexista**, 1 ed., México, 2009.

CONSULTORIA LEGISLATIVA. **Breve análise dos dados sobre candidaturas de mulheres nas eleições de 2018**. Estudo técnico, Câmara dos Deputados, 2019.

COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Labrys**, Niterói, v.5, n. 2, p. 9-35, 2005. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/01112009-115122costa.pdf>>.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: **VV.AA. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DATAFOLHA: quantos eleitores de cada candidato usam redes sociais, leem e compartilham notícias sobre política. **G1**, 03 out. 2018. Eleições 2018, Eleição em Números. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/03/datafolha-quantos-eleitores-de-cada-candidato-usam-redes-sociais-leem-e-compartilham-noticias-sobre-politica.ghtml>

DE OLIVEIRA, Dennis. Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia. **Signo pensam**. Bogotá, v. 30, n. 58, p. 52-63, June, 2011.

DOURADO, Tatiane Maria Silva Galvão. **Fake News na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, 2020.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**. Século XIX: dicionário ilustrado. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2016.

DUTRA, Zeila Aparecida Pereira. A primavera das mulheres: ciberfeminismo e os movimentos feministas. **Revista Feminismos**, Bahia, vol. 6, n.2, Mai/Ago de 2018.

EL PAÍS. 73% querem Bolsonaro em debates, mas candidato anuncia que não irá. **Eleições 2018**, 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/19/politica/1539900781_354443.html Acesso em: 26/01/2023

EL PAÍS. Michelle Bolsonaro, uma discreta primeira-dama evangélica. **Eleições Brasil 2018**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/politica/1540760471_920767.html Acesso em: 24/01/2023

ESTADÃO. Em números: A violência contra a mulher brasileira. **Emais**, 2017. Disponível: <https://emais.estadao.com.br/blogs/nana-soares/em-numeros-a-violencia-contr-a-mulher-brasileira> Acesso em: 24/01/2023

ESTADO DE MINAS. Bolsonaro elogia coronel condenado por tortura: 'Lutou por democracia'. **Eleições 2022**, 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/03/27/interna_politica,1355776/bolsonaro-elogia-coronel-condenado-por-tortura-lutou-por-democracia.shtml Acesso em: 31/01/2023

FESTA, Regina. Movimentos Sociais, Comunicação Popular e Alternativa. In: Festa e Silva (Orgs) **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. Editora Paulinas, 1986.

FRANCO, Paki Venegas; CERVERA, Julia Peres. **Manual para o uso não sexista da linguagem**. UNIFEM (ONU), 2006.

FREITAS, Viviane Gonçalves; OLIVEIRA, Lucy. Agenda da imprensa feminista: rupturas e continuidades. In. AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; 208 MARTINEZ, Monica. (Org.) **Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo**. E-book Intercom. São Paulo, SP: Life Editora, 2018. p. 69-88

G1. Mesmo com lei, proporção de mulheres não aumenta nas eleições e justiça precisa notificar coligações para que cumpram cota. **Eleição em Números**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/24/mesmo-com-lei-proporcao-de-mulheres-nao-aumenta-nas-eleicoes-e-justica-precisa-notificar-coligacoes-para-que-cumpram-cota.ghtml> Acesso em: 20/11/2022.

G1. Mulheres respondem por 32% das candidaturas apresentadas e 40% das consideradas inaptas. **Eleição em Números**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/09/22/mulheres-respondem-por-32-das-candidaturas-apresentadas-e-40-das-consideradas-inaptas.ghtml> Acesso em: 15/01/2023

G1. PT pede à Justiça Eleitoral proteção da Polícia Federal para a candidata a vice Manuela D'Ávila. **Eleições**, 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/24/pt-pede-a-justica-eleitoral-protecao-da-policia-federal-para-candidata-a-vice-manuela-davila.ghtml> Acesso em: 24/01/2023

G1. Femicídios dobram em 2022 em SC e média de idade das vítimas é de 36 anos; veja perfil das mulheres. **G1 Santa Catarina**, 2022. Disponível: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/g1-santacatarina-10-anos/noticia/2022/07/14/femicidios-dobram-em-2022-em-sc-e-media-de-idade-das-vitimas-e-de-36-anos-veja-perfil-das-mulheres.ghtml> Acesso em: 24/01/2023

G1. Disponível em: STF faz audiências públicas sobre descriminalização do aborto; entenda o processo e o que está em disputa. <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/08/03/stf-faz-audiencias-publicas-sobre-descriminalizacao-do-aborto-entenda-o-processo-e-o-que-esta-em-disputa.ghtml> Acesso em: 31/01/2023

GÊNERO E NÚMERO. Donas de casa que tiveram 1 ou 2 votos em 2016 reaparecem como candidatas neste ano. **Reportagens**, 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/donas-de-casa-eleicoes-2018/> Acesso em: 31/01/2023

GÊNERO E NÚMERO. Na multidão de mulheres contra Bolsonaro, indecisas se dizem influenciadas pelo grande ato feminino. **Reportagens**, 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/na-multidao-de-mulheres-contra-bolsonaro-indecisas-se-dizem-influenciadas-pelo-grande-ato-feminino/> Acesso em: 25/11/2022

GÊNERO E NÚMERO. Relato de mulheres presas pela ditadura atualizam resistência a autoritarismo no Brasil. **Reportagens**, 2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/relatos-de-mulheres-presas-pela-ditadura-atualizam-resistencia-autoritarismo-no-brasil/> Acesso em: 31/01/2023

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Veja, 1993. Pp. 224-247

hooks, bell. **Teoria Feminista: Da Margem ao Centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019

KIKUTI, Andressa. ROCHA, Paula. **Jornalismo independente e o empoderamento do discurso de gênero nas mídias digitais**. 13º Mundo da Mulheres & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 Transformações, conexões, deslocamentos. Florianópolis, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

LEITE, Rosalinda de Santa Cruz. “Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 1, n. 11, p. 234-241, jan./jun. 2003.

LONGHI, Raquel Ritter. A grande reportagem multimídia como gênero expressivo no ciberjornalismo'. In: **6º Simpósio Internacional de Ciberjornalismo**. Campo Grande, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v, 19, n.2, Campinas: Unicamp, 2008.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. In: **Sociologia & Antropologia**, v.9, n.3, Rio de Janeiro, 2019.

MAKITA, Martha Alvarez Lopes. **“Meu nome não é mãe”**: um estudo dos discursos sobre **maternidade no jornalismo feminista da Revista Azmina**. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional, Produção Jornalística e Mercado) Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2019.

MAPA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO. **Gênero e Número**. Disponível em: <https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>. Acesso em: jan/2023.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis, UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo é uma forma de conhecimento?** Florianópolis, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana. **Teoria e política feminista**: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Teoria política feminista**: textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONTOYA, A. Pensar la comunicación desde América Latina. **Revista Media Development**, Vol. LII, 2005.

OLIVEIRA, Albertina Vieira de Melo Gomes. **Jornalismo na perspectiva de gênero**: reverberações transfronteiras da editoria de gênero do jornal The New York Times . 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2020.

PATEMAN, C. **The Sexual Contract**. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica [pp.77-98]. **História**, v. 24, n.1, São Paulo: UNESP, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone sul**. Florianópolis : Editora Mulheres, 2010, p.115-137.

PEIXOTO, Clarissa do Nascimento. **Hegemonia, Jornalismo e Conhecimento**: possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica. 2019. 141 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2019.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. Contexto, São Paulo, 2005.

PEREIRA, Fabio; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intertexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 24, p. 38-57, jan/jun. 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: F. Perseu 117 Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. (Orgs.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-278, 2008.

PLANT, Sadie. **Zeros + Ones**. London: Fourth Estate, 1998.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Manual de Género para Periodistas** – recomendaciones básicas para el ejercicio del periodismo con enfoque en género, 2011.

PODER360. **Jair Bolsonaro alcança 20 milhões de seguidores nas redes sociais**. Poder 360, 4 nov. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jair-bolsonaro-alcanca-20-milhoes-de-seguidores-nas-redes-sociais/>.

POPADIUK, Barbara Maria; WOITOWICZ, Karina Janz; SCHMITT, Elaine. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 1980. In: Cristina Scheibe Wolff; Jair Zandoná; Soraia Carolina de Mello. (Org.). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil** (1964-1985). 1ed. Curitiba: APPRIS, 2020.

POPADIUK, Barbara Maria; WOITOWICZ, Karina Janz. Diálogos entre jornais alternativos e lutas sociais: Retrato dos temas predominantes na imprensa feminista brasileira (anos 1970-80). In: XXI Seminário de Inverno de Estudos Em Comunicação, 21, Ponta Grossa. **Anais... XXI Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação**. Ponta Grossa: UEPG, 2018.

PORTAL FGV. FGV analisa perfil das candidaturas femininas nas eleições de 2018 para a Câmara Federal. **Notícias**, 2019. Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/fgv-analisa-perfil-candidaturas-femininas-eleicoes-2018-camara-federal> Acesso em: 15/01/2023

PORTO, Mauro, *et al.* Crise hegemônica, ascensão da extrema direita e paralelismo político: Globo e Record nas eleições presidenciais de 2018. In: **Revista Compolítica**, vol 10(1), 2020.

PROJETO GLOBAL DE MONITORAMENTO DE MÍDIA, 2020. Disponível em:
<https://whomakesthenews.org/gmmp-2020-final-reports/>

RENAULT, David. *et al.* Que modelos de negócio sustentam o jornalismo independente? Pesquisa exploratória com blogs, sites e portais que se denominam independentes e jornalísticos. In: **MEJOR. 4º Colloque International. O jornalismo impotente?**, 2017, Quebec.

RIBEIRO, José Hamilton. **Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. **Representações de gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. Florianópolis, 2013.

RODEMBUSCH, Rodrigo Severo; FRITSCH, Gabriela da Silva. Imprensa feminista: o feminismo nas produções jornalísticas da Revista Digital AzMina. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Curitiba, 2017.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade**, 2003.

RUEDIGER, Marco Aurélio. et al. **Bots e o Direito eleitoral brasileiro: eleições 2018.** Policy paper 3. Rio de Janeiro, FGV, DAPP, 2019.

SANTOS, Elias dos. Afinal, o que é a polarização no discurso jornalístico? Uma busca sobre os sentidos nos editoriais de O Estado de S. Paulo. In: **Anais 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 9 a 12 de Novembro de 2021, SBPJor, 2021.

SANTOS, Heloísa Souza dos. **Jornalismo e produção de conhecimento no movimento feminista: análise do *Think Olga* e *Revista Azmina*.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Bauru, 2019.

SANTOS, Leticia Ávila. **Midialivrisimo e feminismos: análise de cobertura jornalística com perspectiva de gênero da Revista AzMina.** 177p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Campo Grande, 2020.

SARMENTO, Rayza. “Mídia, gênero e política. Um balanço das pesquisas nacionais”. In MIGUEL, Luis Felipe; BALLESTRIN, Luciana. **Teoria e política feminista: contribuições ao debate sobre gênero no Brasil**, p.179-195, 2020.

SCHANDER, Gabriela. **Por uma perspectiva de gênero no jornalismo: construção de categorias analíticas e uma análise de conteúdo da Revista Azmina.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2021.

SCHANDER, Gabriela Braga; BERTASSO, Daiane. Qual é a produção de conhecimento da Revista AzMina? In: **6º Colóquio Mulher e Sociedade**, Ponta Grossa, 2019.

SCHMITZ, Aldo. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SCOTT, J. Gênero, uma categoria útil de análise histórica [p. 5–22]. **Revista Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, Porto Alegre: Ufrgs, 1990.

SENADO. **Eleições 2018 têm recorde de mulheres candidatas ao Senado**, mas desigualdade persiste. Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/08/30/eleicoes-2018-tem-recorde-de-mulheres-candidatas-ao-senado-mas-desigualdade-persiste> Acesso em: 25/11/2022

SILVA, Bibiana Garcez da. **O jornalismo alternativo atento às mulheres: uma análise dos portais brasileiros Revista AzMina e Gênero e Número**. Dissertação (Jornalismo e Comunicação) – Universidade de Coimbra, 2020.

SILVA, Francielle Esmitiz da. **Jornalismo feminista: uma análise dos processos de comunicação em rede do Portal Catarinas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **RuMoRes**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**. Porto, 2001.

STUDART, Heloneida. Apresentação. In: TABAK, Fanny; TOSCANO, Moema. **Mulher e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção O Mundo Hoje, v. 43). p. 15-19.

TELES Maria Amelia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**, Editora Brasiliense, São Paulo, 1993.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

TERRA, Camyla. **O feminismo e a disputa de narrativas na eleição presidencial de 2018: um estudo de caso de #Elenão, como mobilização online das mulheres contra Bolsonaro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de Comunicação. Rio de Janeiro, 2019.

THE INTERCEPT. Mulheres Laranjas. **The Intercept**, 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/09/19/partidos-mulheres-laranjas-cota-eleicoes/> Acesso em: 07/02/2023

THE INTERCEPT. ‘Suportaria mais um pouquinho?’ Vídeo: em audiência, juíza de SC induz menina de 11 anos grávida após estupro a desistir de aborto legal. Disponível em:

<https://theintercept.com/2022/06/20/video-juiza-sc-menina-11-anos-estupro-aborto/>. Acesso em: 24/01/2023

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são, Insular, 2012.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. **Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014> Acesso em: 15/01/2023

UNIVERSA UOL. Manuela D'Ávila é interrompida 8 vezes mais que Ciro Gomes no “Roda Viva”. **Direitos da Mulher**, 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/26/manuela-davila-e-interrompida-8-vezes-mais-que-ciro-gomes-no-roda-viva.html> Acesso em: 24/01/2023

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista pós anos 1990: ativismo midiático e novas formas de resistência. In: **VIII Encontro Nacional de História da Mídia**, Unicentro, Guarapuava, 2011.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Periodismo alternativo y militancia feminista**: Experiencias de portales digitales con enfoque de género en Ecuador. Ediciones Ciespal, Quito, Equador, 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz. O jornalismo sob a perspectiva de gênero: análises críticas, experiências profissionais e desafios feministas. In: **Feminismos e democracia** / organizadores Joana Maria Pedro, Jair Zandoná. - 2. ed. (Ebook). - Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz ; ROCHA, Paula Melani . **As mulheres na conquista de espaços no jornalismo paranaense**: invisibilidade, lutas historicas e o processo de feminizacao da profissao. In: BIANCHI, Graziela; WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani. (Org.). Gênero, mídia & lutas sociais: percepções críticas e experiências emancipatórias. 1ed.Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018, v. 1, p. 28-43.

WOITOWICZ, Karina Janz; ROCHA, Paula Melani. **Repensar os parâmetros hegemônicos no jornalismo**: a perspectiva de genero na producao jornalística e na formacao profissional. In: AGUIAR, Leonel; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica. (Org.). Desigualdades, relacoes de genero e estudos de jornalismo. 1ed.Sao Paulo: Life, 2018, v. 1, p. 53-68.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: **Fazendo Gênero 9, 9**, Florianópolis. **Anais...** Fazendo Gênero 9. Florianópolis: Fazendo Gênero, 2010.

APÊNDICE A – TABELAS DE ANÁLISE

Relação total das matérias coletadas no *Portal Catarinas*

Data de publicação	Título	Assinatura	Local	Gênero jornalístico	Editoria	Temática
19/07/2018	Catarinas na política – Mulheres na eleição: Manuela D’Ávila, pré-candidata a presidência da República	Silvia Medeiros	Portal Catarinas	Entrevista	catarinas na política	vozes
04/08/2018	Apenas 8% dos municípios catarinenses têm prefeitas no comando	Magali Moser	Portal Catarinas	Reportagem	lugar de mulher é na política	representatividade
14/09/2018	As mulheres na vanguarda da resistência ao retrocesso	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Reportagem	eleições 2018	violência
18/09/2018	Mulheres nas eleições 2018: a possibilidade de candidaturas mais competitivas	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Reportagem	eleições 2018	representatividade
19/09/2019	Para Manuela D’Ávila, gênero e raça estruturam projeto de país	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018; jornalismo	vozes
20/09/2018	Sayonara de Araújo Pessoa: comprometimento das mulheres com a pauta feminista é indispensável	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes
21/09/2018	“O sistema capitalista transforma nossas diferenças em desigualdade” diz Vera Lúcia do PSTU	Jessica Gustafson	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes
21/09/2018	Ligia Moreiras: acredito mais do que tudo no poder da educação e do acesso à informação	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes
22/09/2018	Ingrid Assis defende investimento de	Jessica Gustafson	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes

	1% do PIB no combate à violência contra as mulheres					
22/09/2018	Mariana Franco: combater o fascismo e todas as injustiças sociais que as mulheres sofrem	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes
24/09/2018	Carla Ayres: precisamos conquistar nossa legitimidade no voto	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes
25/09/2018	O levante feminino	Portal Catarinas/ Edna Garcia Maciel	Portal Catarinas	opinativo	#somosmuítas	movimento
25/09/2018	Ideli Salvatti: coerência política e compromisso com um projeto libertador	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes
25/09/2018	Educação não machista será prioridade de Camasão (PSOL) se eleito em Santa Catarina	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	campanha
26/09/2018	Manifestações marcam a primavera feminista pela legalização do aborto e contra o fascismo	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Reportagem	#somosmuítas	direitos reprodutivos
26/09/2018	Janete Teixeira: criação de grupos de apoio multidisciplinar para mulheres e comunidade LGBTQ+	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes
27/09/2018	Jéssica Michels: defesa de uma política de saúde sexual e reprodutiva emancipadora	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes
28/09/2018	Editorial – Mulheres diferentes, mas	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Editorial	editorial	movimento

	unidas, seremos cada dia mais a voz da transformação					
30/09/2018	O grito #EleNãoecoa na maior manifestação de mulheres da história do país	Portal Catarinas* com colaboração	Portal Catarinas	Notícia	#somosmuitas	movimento
01/10/2018	Luíza Bittencourt: ninguém mais nos representará a não ser nós mesmas	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes
03/10/2018	Caroline Bellaguarda: não nos aliamos a burgueses nem com fascistas	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	jornalismo	vozes
03/10/2018	Acompanhe o mapeamento das candidaturas feministas de Santa Catarina	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Notícia	eleições 2018	representatividade
03/10/2018	Eleições 2018: as demandas das mulheres no estado mais conservador do país	Portal Catarinas/ Jessica Gustafson e Paula Guimarães.	Portal Catarinas	Reportagem	eleições 2018	movimento
03/10/2018	Kerexu: em defesa do ecofeminismo e de uma sociedade que promova a abundância	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Entrevista	eleições 2018	vozes
10/10/2018	O que pensam os dois candidatos ao governo de Santa Catarina sobre desigualdade de gênero	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Reportagem	eleições 2018	campanha
18/10/2018	Distopia anti-feminista	Barbara Biscaro	Portal Catarinas	Opinativo	Coluna de Barbara Biscaro	movimento
24/10/2018	Coletivo lança manifesto #EleNãopoéticas combativas ao inominável	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Notícia	movimentos sociais	movimento
26/10/2018	Por que voto em Haddad e Manuela	Fernanda Mambrini Rudolfo	Portal Catarinas	Opinativo	opinião	movimento
27/10/2018	Editorial – Não existe equivalência quando um lado faz apologia ao	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Editorial	opinião	movimento

	estupro					
12/11/2018	Editorial – Afasta de nós esse “cale-se”	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Editorial	editorial	movimento
25/11/2018	Estado que mais aderiu ao Bolsonarismo é líder em violência contra as mulheres	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Reportagem	especiais	violência
03/12/2018	Parlamentar catalão simpático a Bolsonaro persegue vereadora brasileira na Espanha	Fábio Bispo *especial	Portal Catarinas	Reportagem	mundo	violência
06/12/2018	Por um jornalismo sem medo, engajado e de transformação: somos resistência!	Portal Catarinas	Portal Catarinas	Editorial	editorial	movimento
14/12/2018	Participação das mulheres nas últimas eleições e seus legados para o feminismo	Carla Almeida e Milena Cristina Belançon	Portal Catarinas	Artigo	representatividade	representatividade
27/12/2018	Por que nos querem caladas?	Claudia Regina Nichnig	Portal Catarinas	Opinativo	opinião	violência

Relação total das matérias coletadas na *Revista Azmina*

Data de publicação	Título	Assinatura	Local	Gênero jornalístico	Editoria	Temática
03/07/2018	Mulheres na política: 30% da grana do Fundo Eleitoral é suficiente?	Samanta Dias	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	campanha
03/08/2018	Audiência sobre aborto no STF: tudo o que você precisa saber	Equipe Azmina	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	direitos reprodutivos
06/08/2018	“O aborto é traumático quando não há atendimento humanizado”, diz Rebeca Mendes, que teve aborto negado pelo STF	Helena Bertho	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	direitos reprodutivos
20/08/2018	O que querem as feministas do Direito?	Tainã Góis	Revista Azmina	opinativo	colunas; opinião rede feminina de juristas	direitos reprodutivos
27/08/2018	Como o	Maria	Revista	Reportagem	reportagens;	movimento

	feminismo e as mulheres podem influenciar as eleições em 2018	Martha Bruno	Azmina		política	
03/09/2018	Mulheres no Congresso aumentam confiança na democracia, diz especialista de gênero da OEA	Sara Baptista	Revista Azmina	Reportagem/ Entrevista	reportagens; política	movimento
10/09/2018	Estado e religião: uma relação tão antiga quanto promíscua	Carolina Vicentin	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	religião
10/09/2018	Estado e religião: como funciona uma instituição religiosa de acolhimento a usuários de drogas	Carolina Vicentin	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	religião
19/09/2018	Como seria um governo de Bolsonaro para as mulheres?	Maria Martha Bruno	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	movimento
20/09/2018	Laranjas profissionais? Com zero votos em eleições anteriores, elas são candidatas em 2018	Helena Bertho	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	campanha
26/09/2018	Tinder das Eleições: conheça as plataformas para encontrar a candidata ideal	Amanda Célio	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	vozes
27/09/2018	Bolsonaro: Sete motivos para não votar	Equipe Azmina	Revista Azmina	opinativo	colunas; opinião d'azmina	movimento
27/09/2018	#EleNão: Por que devemos ir nos protestos do dia 29?	Adriana Cecilio	Revista Azmina	opinativo	colunas; opinião rede feminina de juristas	movimento
01/10/2018	Mulheres na política: A luta histórica pela voz	Fluxa	Revista Azmina+ Fluxa	Vídeo	reportagens; política	representatividade
04/10/2018	Mais um motivo para dizermos #EleNão	Luisa Toller	Revista Azmina	opinativo	colunas; divã d'azmina	movimento
04/10/2018	Maternidade e eleições: candidatas	Gabrielle Estevans	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	vozes

	querem mais mães na política					
17/10/2018	Eleições: mesmo no medo houve vitórias	Rebecca Souza	Revista Azmina	opinativo	colunas; opinião rebecca souza	raça
20/10/2018	Nosso desespero é que o pouco que conquistamos nos seja tomado	Divã d'AzMina	Revista Azmina	opinativo	colunas; divã d'azmina	movimento
22/10/2018	Mulheres negras usam estratégias de quilombo na política	Thais Folego	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	raça
23/10/2018	Ideologia de gênero: entenda o assunto e o que está por trás	Helena Bertho	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	movimento
23/10/2018	Campanha #VotePorMim pede que familiares lembrem violências sofridas por mulheres, negros e LGBTs	Anônimo	Revista Azmina	opinativo	colunas; opinião rede feminina de juristas	representativida de
30/10/2018	Falar sobre sexo agora é uma necessidade política	Helena Bertho	Revista Azmina	opinativo	colunas; opinião helena bertho	movimento
31/10/2018	Histórias de resistência para inspirar dias de luta	Thais Folego	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; feminismo	representativida de
12/11/2018	Os planos da oposição para o governo de Bolsonaro	Amanda Célio	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	movimento
03/12/2018	Quem são as mulheres que farão oposição a Bolsonaro no Congresso	Amanda Miranda	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; política	representativida de
10/12/2018	Promessa de Ano Novo: resistir e sair da bolha	Equipe Azmina	Revista Azmina	opinativo	colunas; opinião d'azmina	movimento
15/12/2018	Do Bolsa Família ao “Bolsa Estupro”	deFEMde	Revista Azmina	opinativo	colunas; opinião rede feminina de juristas	violência
17/12/2018	Mulher, solo e pobre: Por que a maioria das mães solo brasileiras vive abaixo da	Victória Damasceno	Revista Azmina	Reportagem	reportagens; dinheiro	movimento

	linha da pobreza?					
--	-------------------	--	--	--	--	--

Relação total das matérias coletadas na *Gênero e Número*

Data de publicação	Título	Assinatura	Local	Gênero jornalístico	Editoria	Temática
12/07/2018	Com avanço do debate sobre aborto, ataques visam silenciar pesquisadora Débora Diniz	Da Redação da Gênero e Número	GN	Reportagem	coordenadas políticas	direitos reprodutivos
12/07/2018	Saiba quanto cada partido terá que destinar às campanhas de mulheres; MDB lidera montante, seguido pelo PT	Da Redação da Gênero e Número	GN	Reportagem	coordenadas políticas	campanha
12/07/2018	Capital familiar ainda é rota de acesso à política para 1/3 das deputadas estaduais	Lola Ferreira e Natália Leão	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade
12/07/2018	Novos nomes: conheça Natalie Unterstell, pré-candidata a deputada federal pelo Paraná	Da Redação da Gênero e Número	GN	Perfil	coordenadas políticas	vozes
26/07/2018	Religiões de matriz africana lançam plataforma eleitoral para candidatos do axé	Vitória Régia da Silva	GN	Reportagem	coordenadas políticas	religião
26/07/2018	Entrevista: “A única resposta possível é um nível de mobilização e atuação política em torno das candidaturas de mulheres negras que precisa ser superior ao dos outros processos”	Vitória Régia da Silva	GN	Entrevista	coordenadas políticas; entrevistas	raça
26/07/2018	Novos nomes: conheça	Lola Ferreira	GN	Perfil	coordenadas políticas	vozes

	Michelle Andrews, pré-candidata a deputada federal pelo Amazonas					
26/07/2018	Por novos modelos de mandato e de ação política, candidaturas coletivas despontam no Brasil	Nana Soares	GN	Reportagem	coordenadas políticas	campanha
09/08/2018	Vices sim, protagonistas também: mulheres em chapas presidenciais não querem cargo decorativo	Vitória Régia da Silva	GN	Reportagem	coordenadas políticas	vozes
09/08/2018	O que disseram os presidencialistas em meio à discussão sobre aborto no STF	Lola Ferreira	GN	Reportagem	coordenadas políticas	direitos reprodutivos
09/08/2018	NOVOS NOMES: “Eu tenho essa capacidade de diálogo, e minha campanha fala sobre isso”, afirma Tatiana Roque	Giulliana Bianconi	GN	Perfil	coordenadas políticas	vozes
09/08/2018	Barrado por maioria masculina, projeto de legalização do aborto deixa legado na Argentina	Aline Gatto Boueri	GN	Reportagem	coordenadas políticas; direitos reprodutivos	direitos reprodutivos
23/08/2018	Ainda sem solução contra ‘laranjas’, Justiça Eleitoral tenta garantir mínimo de 30% de candidatas	Carolina de Assis	GN	Reportagem	coordenadas políticas	campanha
23/08/2018	NOVOS NOMES: “Não somos de forma	Giulliana Bianconi	GN	Perfil	coordenadas políticas	vozes

	alguma um grupo de pessoas iguais, o que temos são valores e lutas em comum”, afirma Raquel Marques, da Bancada Ativista					
23/08/2018	Partido com maior proporção de mulheres candidatas, PMB ainda não reconhece protagonismo feminino	Maria Martha Bruno	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade
23/08/2018	Comprometidos a doar 30% às candidaturas de mulheres, partidos são opacos e não informam como será a distribuição do dinheiro	Vitória Régia da Silva	GN	Reportagem	coordenadas políticas	campanha
29/08/2018	O que esperar de Rosa Weber, primeira mulher a comandar uma eleição presidencial	Maria Martha Bruno	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade
05/09/2018	Donas de casa que tiveram 1 ou 2 votos em 2016 reaparecem como candidatas neste ano	Giulliana Bianconi e José Lery	GN	Reportagem Dados	coordenadas políticas	campanha
05/09/2018	Líder entre as eleitoras em pleito sem Lula, Marina Silva mira nas mulheres, mas segue distante do voto feminista	Maria Martha Bruno	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade
06/09/2018	No RJ, candidatas debatem impacto de política de	Vitória Régia da Silva	GN	Notícia	coordenadas políticas	raça

	drogas e encarceramento em massa sobre mulheres e população negra					
06/09/2018	NOVOS NOMES: “É impossível um projeto de sociedade que em 2018 ainda seja feito por homens brancos”, diz Mônica Francisco	Carolina de Assis	GN	Perfil	coordenadas políticas	vozes
06/09/2018	Desencorajadas por falta de apoio de parceiros e acúmulo de funções, mulheres casadas são minoria entre candidatas ao Legislativo	Lola Ferreira	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade
06/09/2018	Confira como candidatos à Presidência tratam de direitos da população LGBT+ em seus programas de govern	Vitória Régia da Silva	GN	Reportagem	coordenadas políticas	LGBT
11/09/2021	Editorial: Direitos reprodutivos por sobrevivência, saúde pública e equidade de gênero	Carolina de Assis	GN	Editorial	direitos reprodutivos	direitos reprodutivos
19/09/2018	Dos 35 partidos que disputam as eleições, 25 apresentam candidaturas com zero ou um voto em 2018	Maria Martha Bruno e Álvaro Justen	GN	Reportagem	coordenadas políticas	campanha
20/09/2019	NOVOS NOMES: “A sociedade ainda não acredita que nós, indígenas,	Lola Ferreira	GN	Perfil	coordenadas políticas	raça

	somos capazes de cuidar dos nossos direitos”, diz Mônica Marapara					
20/09/2018	Candidatas lésbicas e bissexuais querem maior representatividade de no Legislativo	Vitória Régia da Silva	GN	Reportagem	coordenadas políticas	LGBT
20/09/2018	Observatório Brasil 50-50 reúne dados e análises por equidade de gênero na política	Lola Ferreira	GN	Notícia	coordenadas políticas	representatividade
20/09/2018	Quem são as mulheres que disputam as eleições em 2018	Carolina de Assis	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade
26/09/2018	Para enfrentar Bolsonaro e seu discurso que promove o medo, mulheres prometem ir às ruas defender democracia	Maria Martha Bruno e Vitória Régia da Silva	GN	Reportagem	coordenadas políticas; política	movimento
01/10/2018	Na multidão de mulheres contra Bolsonaro, indecisas se dizem influenciadas pelo grande ato feminino	Maria Martha Bruno, Mirella Falcão, Nathane do Vale, Rosana Souza	GN	Reportagem	coordenadas políticas; política	movimento
04/10/2018	Na reta final das eleições, debates entre vices evidenciam protagonismo de candidatas	Carolina de Assis	GN	Reportagem	coordenadas políticas	vozes
04/10/2018	NOVOS NOMES: “As pessoas falam de inclusão, mas não estão interessadas em nos incluir de	Vitória Régia da Silva	GN	Perfil	coordenadas políticas	vozes

	verdade”, diz Xifroneze Quilombola					
04/10/2018	Por que voto em mulher para o Legislativo?	Gênero e Número	GN	Vídeo	coordenadas políticas	representatividade
04/10/2018	A luta pelos 30%: com fatia garantida do Fundo Eleitoral e da TV, eleição de mulheres para o Legislativo ainda é desafio	Lola Ferreira	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade
04/10/2018	Monitoramento da Lei do Femicídio e criminalização da LGBTfobia são pautas com maior apoio entre candidaturas na plataforma #MeRepresenta	Vitória Régia da Silva	GN	Reportagem	coordenadas políticas	movimento
05/10/2018	Mais indecisas e mais ignoradas: propostas para mulheres são escanteadas em último debate presidencial	Lola Ferreira	GN	Reportagem	coordenadas políticas	movimento
08/10/2018	Após 1º turno, mulheres ainda não ocupam nenhum governo; compare 2014 e 2018	José Lery	GN	Reportagem Dados	coordenadas políticas; política	representatividade
08/10/2018	Em Pernambuco e em São Paulo, mandatos coletivos vencem e mulheres trans chegam às Assembleias	Maria Martha Bruno	GN	Reportagem	coordenadas políticas; política	representatividade
08/10/2018	Câmara dos Deputados terá menos homens brancos e mais mulheres brancas, negras	Carolina de Assis, Marília Ferrari e Natalia Leão	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade

	e 1ª indígena em 2019					
10/10/2018	Dobra número de pretas eleitas deputadas estaduais; MS não elege nenhuma mulher para assembleia legislativa	Carolina de Assis, Marília Ferrari	GN	Reportagem	coordenadas políticas	raça
18/10/2018	Brasil 50-50: parlamentares eleitas firmaram compromisso rumo à equidade de gênero nas políticas públicas	Da Redação da Gênero e Número	GN	Reportagem	coordenadas políticas	movimento
18/10/2018	ENTREVISTA: Como o discurso de ódio se tornou capital político?	Vitória Régia da Silva	GN	Entrevista	coordenadas políticas; entrevistas	violência
18/10/2018	Mais pessimistas, mais insatisfeitas e mais à esquerda: as mulheres nestas eleições, segundo o Ibope	Carolina de Assis e Marília Ferrari	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade
18/10/2018	Para assistir e baixar: #VidaSim e #DireitosSim, contra o discurso de ódio e a favor dos direitos	Da Redação da Gênero e Número	GN	Reportagem Vídeo	coordenadas políticas	violência
25/10/2018	Mulheres de esquerda ou de direita: um vídeo para todas vocês	Da Redação da Gênero e Número	GN	Vídeo	coordenadas políticas	movimento
25/10/2018	Quem são as eleitoras de Fernando Haddad e de Jair Bolsonaro?	Carolina de Assis	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade
28/10/2018	Eleita governadora do RN no 2º turno, Fátima Bezerra	Maria Martha Bruno e José Lery	GN	Notícia	coordenadas políticas	representatividade

	(PT) será única mulher em um governo estadual em 2019					
28/10/2018	Como fica a luta por direitos no país do presidente que prometeu acabar com os ativismos	Lola Ferreira	GN	Reportagem	coordenadas políticas	movimento
29/10/2018	Os votos de Jair Bolsonaro e Fernando Haddad pelo Brasil	Da Redação da Gênero e Número	GN	Notícia	coordenadas políticas	representatividade
29/10/2018	Com Bolsonaro presidente, bancada feminina eleita para o Congresso reflete polarização política expressa nas urnas	Maria Martha Bruno e Marília Ferrari	GN	Reportagem	coordenadas políticas	representatividade
31/10/2018	Na Argentina, movimentos de mulheres impulsionaram condenação de crimes sexuais da ditadura militar	Aline Gatto Boueri	GN	Reportagem	coordenadas políticas; justiça	movimento
01/11/2018	Plataforma TRET aqui envia à OEA denúncias de discurso de ódio nas eleições	Vitória Régia da Silva	GN	Notícia	coordenadas políticas	violência
08/11/2018	Relatos de mulheres presas pela ditadura militar atualizam resistência a autoritarismo no Brasil	Maria Martha Bruno	GN	Reportagem	coordenadas políticas; cultura	movimento
14/11/2018	Prestação de contas das campanhas 2018 revela baixa prioridade dos	Flávia Bozza Martins, Maria Martha	GN	Reportagem	coordenadas políticas	raça

	partidos para impulsionar mulheres negras	Bruno e Marília Ferrari				
14/11/2018	ENTREVISTA: “A vitória das mulheres representa o fortalecimento dos movimentos de resistência por parte da sociedade norte-americana”, diz pesquisadora	Vitória Régia da Silva	GN	Entrevista	coordenadas políticas; entrevistas	representatividade
29/11/2018	Eleições de 2018 têm pico de denúncias de discurso de ódio, apontam dados da SaferNet	Vitória Régia da Silva	GN	Notícia	coordenadas políticas	violência
29/11/2018	Impulsionada pela bancada feminina, Câmara dos Deputados aprova em um dia quatro projetos de lei em prol das mulheres	Carolina de Assis	GN	Notícia	coordenadas políticas	movimento
29/11/2018	Amapá desponta como Estado com maior presença de mulheres na assembleia legislativa	Lola Ferreira	GN	Notícia	coordenadas políticas	representatividade
29/11/2018	Camaronesas são maioria das mulheres que pedem refúgio no Brasil por ser lésbica	Lola Ferreira	GN	Notícia	coordenadas políticas	LGBT
13/12/2018	ENTREVISTA: “Há um plano articulado na educação para combater o debate sobre gênero na América Latina”	Maria Martha Bueno	GN	Entrevista	coordenadas políticas	direitos reprodutivos
13/12/2018	Parlamentares e organizações da	Vitória Régia da	GN	Reportagem	coordenadas políticas	direitos reprodutivos

	sociedade civil mantém mobilização contra Escola Sem Partido	Silva				
13/12/2018	Com queda de 68% no investimento em três anos, Secretaria de Políticas para Mulheres reflete baixa prioridade do tema no governo federal	Carolina de Assis, Flávia Bozza Martins e Marília Ferrari	GN	Reportagem	coordenadas políticas	movimento
13/12/2018	Subnotificação de casos de transfobia evidencia marginalização de vítimas	Lola Ferreira	GN	Reportagem	coordenadas políticas	LGBT
18/12/2018	2018: O ano da violência política e da morte de Marielle	Lola Ferreira e Vitória Régia da Silva	GN	Reportagem/Entrevista	coordenadas políticas	violência
26/12/2018	Diálogos possíveis: Janaina Paschoal (PSL/SP) e Mônica Francisco (PSOL/RJ)	Maria Martha Bruno	GN	Entrevista	coordenadas políticas	movimento
27/12/2018	Futuro da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial preocupa movimento negro	Vitória Régia da Silva	GN	Reportagem	coordenadas políticas	raça
27/12/2018	Desigualdade de gênero na política se amplia e acompanha onda conservadora no Brasil e no mundo	Carolina de Assis, Flávia Bozza Martins e Marília Ferrari	GN	Reportagem	coordenadas políticas	movimento
27/12/2018	ENTREVISTA: “Uma criança	Redação da Gênero e	GN	Entrevista	coordenadas políticas	violência

	educada do ponto de vista sexual está preparada para não ser vítima de abusos”	Número				
--	--	--------	--	--	--	--